

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

TATIANE PEREIRA DA SILVA

**QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SUAS INTER-RELAÇÕES
COM O SERVIÇO SOCIAL**

FRANCA

2016

TATIANE PEREIRA DA SILVA

**QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SUAS INTER-RELAÇÕES
COM O SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profª Drª Analúcia Bueno dos Reis Giometti

FRANCA

2016

Silva, Tatiane Pereira da.

Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social / Tatiane Pereira da Silva. – Franca : [s.n.], 2016.
122 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1. Serviço social. 2. Meio ambiente. 3. Desenvolvimento sustentável. I. Título.

CDD – 301.31

TATIANE PEREIRA DA SILVA

**QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SUAS INTER-RELAÇÕES
COM O SERVIÇO SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Profª Drª Analúcia Bueno dos Reis Giometti

1º Examinador (a): _____

Profª Drª Maria José de Oliveira Lima - FCHS

2º Examinador (a): _____

Profª Drª Rita Cássia Lopes de Oliveira - UFTM

Franca, 19 de agosto de 2016.

*Dedico este trabalho a Deus, por ser a minha inspiração;
Aos sujeitos pesquisados pela transmissão de experiência;
A minha família e aos meus amigos pelo
apoio e incentivo nesta empreitada.*

AGRADECIMENTOS

Ao Criador de todas as coisas neste mundo, que me deu
saúde, sabedoria e inteligência para chegar até aqui.

À Prof^a. Dr^a Analúcia Bueno dos Reis Giometti, por ter sido minha orientadora
no decorrer desse percurso, contribuindo imensamente para a
concretização deste trabalho.

Aos Professores Dr. Ubaldo Silveira e Dr^a Josiani Julião Alves de Oliveira,
por terem composto a banca examinadora, e, qualificado
as ideias construídas nesta pesquisa.

Às assistentes sociais da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA)
do município de São Paulo/SP, por aceitarem o desafio de relatar
a experiência profissional vivenciada nesse universo.

À equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
e do Lar São Vicente de Paulo de São Sebastião do Paraíso/MG (SSVP),
pela compreensão e companheirismo nesta trajetória de estudos.

Às amigas assistentes sociais: Ana Maria, Anihellen, Cidinha, Gislaine, Kellen e Meire,
Pelos momentos da troca epistemológica,
suporte e demonstração de amizade.

Obrigada!

Oração pela nossa terra

*Deus Onnipotente,
que estais presente em todo o universo
e na mais pequenina das vossas criaturas,
Vós que envolveis com a vossa ternura
tudo o que existe,
derramai em nós a força do vosso amor
para cuidarmos da vida e da beleza,
Inundai-nos de paz,
para que vivamos como irmãos e irmãs
sem prejudicar ninguém.
Ó Deus dos pobres,
ajudai-nos a resgatar
os abandonados e esquecidos desta terra
que valem tanto aos vossos olhos,
Curai a nossa vida,
para que protejamos o mundo
e não depredemos,
para que semeemos beleza
e não poluição nem destruição.
Tocai os corações
daqueles que buscam apenas benefícios
à custa dos pobres e da terra.
Ensinai-nos a descobrir o valor de cada coisa,
a contemplar com encanto,
a reconhecer que estamos profundamente unidos
com todas as criaturas
no nosso caminho para a vossa luz infinita.
Obrigado porque estais conosco todos os dias.
Sustentai-nos, por favor, na nossa luta
pela justiça, o amor e a paz.*

Papa Francisco.

SILVA, Tatiane Pereira da. **Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social**. 2016. 122f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

RESUMO

Com a crise ecológica contemporânea, a sociedade mundial se deparou com o maior desafio no que tange à necessidade de mudar as suas ações frente a esta questão. Diante de tal crise, a qual consideramos socioambiental, o Serviço Social, enquanto profissão que se inscreve no tecido das relações sociais, não deve ficar insciente a esta temática. Com isso, o objetivo da nossa pesquisa foi estudar os fundamentos da questão socioambiental e conhecer a atuação do(a) assistente social mediante esta questão. Assim, buscamos na trajetória desta pesquisa aprofundar a problematização das manifestações da questão socioambiental numa perspectiva sócio-histórica, para refletirmos sobre as possíveis contribuições interventivas do(a) assistente social neste universo, e, ademais, apreender através do relato da experiência do exercício profissional de assistente social na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município São Paulo/SP, os traços e as reflexões do trabalho desenvolvido, e com isso confirmando as suas inter-relações com o Serviço Social. Para isto, utilizamos no percurso da pesquisa o método dialético, a partir da pesquisa bibliográfica e de campo. Com base no aporte teórico sobre esse tema, pudemos desvelar e analisar a questão socioambiental, na qual foi desmistificado o binômio: paradigma moderno da relação homem-natureza e o processo estrutural hegemônico – modo de produção capitalista – como sendo os principais fatores para os desdobramentos da degradação social e ambiental. Destarte, contextualizamos sobre a ética, a legislação e a educação ambiental como instrumentos para a construção de um novo paradigma, o ecológico. Ainda nessa análise, compreendemos que a questão socioambiental perpassa como uma das expressões da questão social, objeto de trabalho do(a) assistente social, o que lhe atribui o dever da intervenção também neste âmbito. Finalizamos com a pesquisa de campo, onde retratamos considerações de cunho qualitativo sobre a experiência do exercício profissional das assistentes sociais da SVMA, em que os dados coletados na entrevista possibilitaram uma análise de conteúdo. Em linhas gerais, a pesquisa enseja subsídios para conhecer a prática profissional do(a) assistente social frente às problemáticas ambientais em torno da institucionalização desse trabalho, e, por fim, depreendermos sobre as possibilidades de atuação e os desafios para o Serviço Social.

Palavras-chave: questão socioambiental. Serviço Social. trabalho profissional.

SILVA, Tatiane Pereira da. **Environmental issue and its interrelations with the Social Work**. 2016. 122f. Dissertation (Masters in Social Work) – Faculties of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2016.

ABSTRACT

With the contemporary ecological crisis, global society faced the greatest challenge regarding the need to change their actions going forward on this issue. Faced with this crisis, which we consider as being environmental, social work as a profession, which falls into the fabric of social relations, should not be unaware of this subject. Thus, the objective of our research was to study the fundamentals of environmental issue and know the work of social workers in that issue. Thus, we sought during this research further questioning of the manifestations of socio-environmental issue in a socio-historical perspective, to reflect on the possible interventional contributions of social workers in this universe, and, besides, learn through the account of the experience of professional practice social workers at the Registry of Green and Environment (SVMA) in the city São Paulo/SP, the traits and the reflections of the work, and thus confirming their interrelations with the Social Work. For this, we use as a search route the dialectical method, from the literature and field research. Based on the theoretical framework on this issue, we unveil and analyze the environmental issue, where the binomial: modern paradigm of man-nature relationship and structural hegemonic process - capitalist mode of production - as the main factors for the developments social and environmental degradation was demystified. Thus, we contextualize on ethics, legislation and environmental education as instruments for the construction of a new, ecological paradigm. Still, in this analysis, we understand that social and environmental issues permeate as one of the expressions of social issues, being the work object of social workers, which assigns the duty of intervention also in this area. We end with field research, where we portray considerations of a qualitative nature about the experience of the professional practice of the social workers at SVMA, where the data collected in the interview allowed for a content analysis. In general, the research entails subsidies to know the professional practice of the social worker facing environmental problems around the institutionalization of this work, and, finally, consider the possibilities of performance and challenges for Social Work.

Keywords: environmental issue. Social Work. professional work.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA1 - Antes e depois do rompimento da barragem de Mariana	36
FIGURA 2 - Organograma da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo/SP.....	65

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Principais acidentes ambientais no século XX.....	34
QUADRO 2 - Alguns dos desastres ambientais no início do século XXI	35
QUADRO 3 - Principais desastres/acidentes ambientais no Brasil.....	35
QUADRO 4 - Principais desastres climáticos no Brasil no século XXI	38
QUADRO 5 - Principais Acordos e Convenções, Nacionais e Internacionais	43
QUADRO 6 - Caracterização das principais atribuições do DECONT e UMAPAZ	67
QUADRO 7 - Participação das assistentes sociais em trabalhos desenvolvidos na SVMA	83

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DECONT	Departamento de Controle da Qualidade Ambiental
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FEMA	Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
OMM	Organização Metodológica Mundial
ONG	Organizações Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
UMAPAZ	Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
O caminho percorrido.....	16
CAPÍTULO 1 OS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL.....	21
1.1 As pegadas do <i>Homem</i> na Terra.....	21
1.2 A questão socioambiental na contemporaneidade	26
1.3 Os impactos da crise socioambiental para a humanidade	32
1.4 O grito de manifesto: uma busca pela sustentabilidade.....	39
1.4.1 Os movimentos ambientais frente à questão socioambiental	40
1.4.2 Dialogando sobre a ética ambiental	45
1.4.3 Política pública ambiental: uma ênfase na educação ambiental	47
CAPÍTULO 2 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL.....	51
2.1 O Serviço Social brasileiro	51
2.2 Questão socioambiental e os desafios ao Serviço Social.....	56
CAPÍTULO 3 TRABALHO PROFISSIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	63
3.1 A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município de São Paulo/SP	63
3.2 O trabalho profissional de assistente social na SVMA do município de São Paulo/SP	68
3.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa	68
3.2.2 Análise de conteúdo: a construção do conhecimento sobre o Serviço Social na SVMA	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	95
REFERÊNCIAS.....	100
GLOSSÁRIO	109

APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	113
Apêndice B - Entrevista Semiestruturada.....	114

ANEXOS

Anexo A - Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	116
Anexo B - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global	118

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os homens fazem a sua própria história, mas não o fazem como querem... a tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (Karl Marx).

Foi-se o tempo em que pensávamos a natureza como um bem infinito. Atualmente, com os acontecimentos relacionados à degradação do meio ambiente, tornou-se evidente a crise ecológica; uma ameaça à continuação das espécies e do planeta. Neste sentido, a questão socioambiental evoca as consequências da problemática ambiental advinda da depredação do meio ambiente pelas atividades antrópicas, as quais não se originam naturalmente, e sim pela própria forma de captação inadequada dos recursos naturais do planeta.

Nas últimas décadas, os países passaram por grandes mudanças em todo o globo terrestre, representadas pelas mudanças climáticas, o crescimento urbano acelerado, que por vezes, ocorreu de forma desorganizada, além das mudanças políticas, econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas, as quais trouxeram consigo o aumento e a alteração dos hábitos de consumo das pessoas, gerando um descontrole no que tange ao equilíbrio ambiental. Portanto, junto a estas mudanças, se agravaram também os problemas ambientais, e isto não foi acompanhado pela consciência da população mundial.

Hoje, a sociedade enfrenta um dos mais importantes desafios. Não podemos mais camuflar a situação de ameaça à vida diante desta trágica, cruel e irreversível realidade dos danos causados aos sistemas ambientais do planeta Terra. [...] Portanto, a crise ecológica atual é resultado dos diversos fatores do poder da razão, da técnica, da ciência, da concepção antropocêntrica de que o homem pode tudo e deve dominar a natureza como se ele não fizesse parte deste conceito. Associado a este panorama de ações, tem-se o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico, orientado por um paradigma reducionista que enxerga os recursos naturais apenas como mercadorias. (LACERDA; SILVA, 2008, p. 26).

Um dos pontos cruciais deste panorama da crise ecológica é a confirmação de que as mudanças climáticas se intensificaram nas últimas décadas. Esse fenômeno hoje, sobretudo, se trata de um dos problemas mais preocupantes na atualidade, pois o aquecimento do sistema planetário pode modificar as condições naturais dos ecossistemas da Terra, os quais são essenciais para continuidade da sua biodiversidade e da vida humana.

Com a terra superaquecendo, várias consequências vão se alastrar sobre o globo terrestre, a começar pela alteração nas estações do ano, com invernos mais rigorosos e verões escaldantes, o que pode causar danos gravíssimos ao meio ambiente e às espécies de animais viventes, pois muitos deles acabam entrando em extinção. Além do surgimento das catástrofes

climáticas advindas desse aquecimento descontrolado, outros efeitos ambientais vêm ocorrendo na natureza nos últimos anos.

É neste cenário entre as diversas discussões, reuniões e planos sobre a questão ambiental posta na atualidade que surgiram os debates a respeito das mudanças climáticas, a qual ganhou um novo olhar na esfera mundial após a publicação do quarto relatório *Intergovernmental Panel on Climate Change* (IPCC)¹ em 2007, intitulado “Mudança do clima 2007: a base das ciências físicas”, pois:

O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como está agora evidente nas observações dos aumentos das temperaturas médias globais do ar e do oceano, do derretimento generalizado da neve e do gelo e da elevação do nível global médio do mar. (IPCC, 2007, p. 7).

Nos estudos realizados pelo grupo de cientistas, confirmou-se que o fenômeno do aquecimento do planeta é devido, em grande parte, ao aumento da emissão de gases poluentes na atmosfera. E “[...] este acréscimo ocorre com vistas a manter o atual estágio de desenvolvimento técnico-científico da sociedade contemporânea, ávida do consumismo e inebriada pela melhoria de suas condições materiais de existência.” (GIOMETTI et al., 2010, p. 97).

Esse modelo de desenvolvimento tem sido o principal causador desta crise no meio ambiente, o que fundamenta a necessidade de pensarmos alternativas para o paradigma moderno da relação homem-natureza que vivemos hoje. Por isso, a sociedade precisa tecer a trajetória da organização da vida social com mudanças de valores que salientem a educação e o conhecimento da natureza para que sejam desenvolvidas tecnologias e políticas ambientais em prol de uma relação harmônica do gênero humano com o meio ambiente.

Diante de tal conjuntura desponta o Serviço Social, que enquanto profissão realiza as suas ações no bojo das questões inseridas no tecido das relações sociais, orientado por um projeto ético-político profissional que defende uma nova ordem societária que garanta a liberdade dos sujeitos sociais a construírem sua própria história, assim como a promoção da emancipação humana e social.

Completando este painel de ações, o Serviço Social está apto a contribuir com ações emancipadoras e relevantes para as questões ambientais, e a exercer o papel de educadores e sensibilizadores de uma sociedade sustentável e justa. Neste universo, pode engajar este

¹ Em português: *Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas*. Grupo de cientistas formado em 1988, sob a coordenação da Organização das Nações Unidas (ONU) através dos seus órgãos, Organização Metodológica Mundial (OMM) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) onde se reúnem regularmente para atualizar as informações sobre o clima.

trabalho junto às equipes multi e interdisciplinares que, pela sua transversalidade de saberes, se tornam imprescindíveis para que haja ações efetivas.

A inquietação no tocante à questão socioambiental é uma temática que traz consigo a discussão sobre a relação que a sociedade tem estabelecido com o meio ambiente. Desse modo, é de suma importância essa pesquisa para o programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP) – Câmpus de Franca/SP, pois este estudo objetiva responder as indagações acerca dessa temática no que concerne a crise ecológica contemporânea, e apreender o trabalho de assistente social no trato dessa questão enquanto intervenção profissional.

Com isso, verificamos a importância de realizar uma análise crítica das manifestações da questão socioambiental para ser discutida sobre a relação do homem com a natureza e o destino do futuro do planeta frente à degradação ambiental cada vez maior pela ação antrópica.

Destarte, o objetivo principal da pesquisa foi estudar sobre a questão socioambiental e conhecer a atuação dos(as) assistentes sociais diante desta questão. Com esta premissa, visamos a dialogar a respeito das intervenções do Serviço Social no âmbito ambiental, posto que, por ser um campo novo ainda é pouco estudado, mas, apesar disso, esta temática vem apresentando um acréscimo significativo de produção acadêmica a partir da década passada.

Os objetivos específicos aprofundaram o estudo sobre a problematização das manifestações da questão socioambiental que, em razão desse conhecimento, trouxe dados precisos no que tange às contribuições do trabalho e intervenções precisas do(a) assistente social a partir da análise do relato de experiência do exercício profissional de assistente social no universo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município São Paulo/SP.

Dessa forma, a pesquisa se divide em três capítulos: no primeiro realizamos um levantamento teórico para analisar os fundamentos da questão socioambiental, trabalhando essa questão a partir do contexto sócio-histórico até a contemporaneidade. No segundo capítulo, abordamos a profissão do Serviço Social e das possibilidades de trabalho na área ambiental. No último capítulo, apresentamos um relato inédito acerca da atuação de profissionais do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) da cidade de São Paulo/SP, traçando reflexões do trabalho desenvolvido e confirmando com isso as inter-relações do trabalho do Serviço Social com esta temática.

O caminho percorrido

A construção do conhecimento é um reflexo proveniente do mundo das ideias, que tem no pensamento a sede pelo saber e a intenção por desvendar a realidade. O homem na sua existência vislumbra, na filosofia do conhecimento, uma indagação incessante pelo desconhecido para que trazido a luz seja descoberto. Assim sendo, para Pedro Demo (1995, p. 16, grifo do autor) a pesquisa:

Faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação. Não só para *ter*, sobretudo para *ser* é mister saber.

[...]

Em termos cotidianos, pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mais *atitude* processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõe.

Através da investigação, o ser humano pode pensar e descobrir evoluções científicas capazes de transformar as manifestações impostas nessa realidade, ou seja, uma busca eminente entre o real e a verdade.

De acordo com Pedro Demo (1995, p. 11) a metodologia é a essência para alcançar esse alvo e fazer a ciência, o que significa ser uma forma de estudo dos caminhos e o uso de instrumentos próprios para realizar a pesquisa. A ciência, neste caso, necessita de um alicerce de trabalho científico que venha ditar os percursos e também problematizar criticamente os seus limites, dando-lhe condições para elevar a capacidade de intervir na realidade.

Desse modo, o caminho percorrido é determinado pelo desejo do pesquisador de desenvolver um estudo que seja para além de si mesmo; que eleve a construção prévia de um trabalho científico e de reflexão “[...] pessoal, autônomo, criativo e rigoroso.” (SEVERINO, 2002, p. 145), enfim, um pensamento crítico que promova a emancipação.

Nesta perspectiva, a nossa pesquisa teve sua gênese apreendida aos anseios de estudar sobre o trabalho profissional de assistente social frente à questão socioambiental, em que a pesquisadora se propôs a desvendar este objeto de estudo para refletir acerca das novas demandas postas a profissão.

Para isso, a metodologia da pesquisa se baseou no método *dialético*, a partir da pesquisa bibliográfica e de campo. Este método consiste em desenvolver a compreensão e possíveis explicações dos problemas e contradições que os envolvem no mundo das ideias, bem como sobre as explicações no que tange à produção sobre os fenômenos sociais. Ao penetrar no mundo dos fenômenos, entende essa realidade social como uma totalidade em movimento,

que se constitui como a categoria central para aproximação do que é real, uma vez que se tem nela:

[...] compreensão como a categoria metodológica mais potente no seu movimento e na atitude de investigação; liberdade, necessidade, força, consciência histórica, todo e partes, como categorias filosóficas fundantes e significado, símbolo, intencionalidade e empatia como balizas do pensamento. A dialética, por sua vez, é desenvolvida por meio de termos que articulam as idéias críticas, de negação, de oposição, de mudança, de processo, de contradição, de movimento e de transformação da natureza e da realidade social. (MINAYO, 2002, p. 84).

Para Diniz e Silva (2008, p. 2) a dialética é uma metodologia da qual consiste numa trajetória investigativa em que o pesquisador busca incessantemente conhecer o seu objeto de estudo, que no caso das ciências humanas se trata dos fenômenos sociais ou fatos de investigação. O que permite compreender como o homem enquanto ser sócio-histórico estabelece suas relações com a natureza e na organização da vida social. Em suma, se trata do movimento de transformação ou saber científico que opera mediante a contradição ou a negação da negação.

Dessa forma, o alicerce para o estudo sobre os fundamentos da questão socioambiental se fez presente na pesquisa bibliográfica, na qual realizamos um levantamento de referencial teórico, leitura analítica, resenhas e fichamentos de obras condizentes ao tema pesquisado.

Também foram examinados jornais, periódicos, artigos, documentos eletrônicos e outros impressos ligados a essa temática, já que se trata de um assunto mais atual e pela possibilidade de transversalidade com outros saberes. Pois, segundo Lehfeld e Barros (1990, p. 24) esse processo de investigação “[...] exige do pesquisador o levantamento e seleção de uma bibliográfica concernente, sendo pré-requisito indispensável para a construção e demonstração das características de um objeto de estudo.”

Após o estudo teórico referente à temática socioambiental, estimou-se necessário a investigação em campo através do contato direto com o universo da pesquisa, pois esta complementa e aprofunda as reflexões da teoria estudada.

Diante disso, a pesquisa de campo teve como universo de estudo a Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município de São Paulo/SP, em que os sujeitos participantes da pesquisa foram representados por profissionais do Serviço Social que trabalham nessa instituição com intervenções na área socioambiental.

Portanto, a presença da pesquisa de campo foi imprescindível para que se estabelecesse o contato direto entre o pesquisador e o sujeito pesquisado, a fim de que não fosse trabalhado apenas com as referências teóricas, mas também com a realidade que nos cerca através da fala

de sujeitos pesquisados, possibilitando a construção do conhecimento sobre o objeto investigado.

Dentre as várias formas de trabalhos científicos, esse tipo de pesquisa possibilitou a obtenção de dados mais precisos e concretos sobre a realidade do sujeito e do objeto de estudo, bem como de se trabalhar com “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2011, p. 21). Pois, “[...] apreender os objetos em estudo, espelhando-os então em sua consciência onde se tornam fenomenologicamente representados para serem interpretados [...]” acarreta a determinação de um processo de observação e apreensão da realidade investigada, que por sua vez ao serem absorvidos pelo pesquisador resultam “[...] o próprio *instrumento* da pesquisa [...]” (TURATO, 2005, p. 510, grifo do autor).

Para isso, a pesquisa fundamentou-se numa perspectiva qualitativa. Pois, essa abordagem analisa seus estudos a partir das metodologias qualitativas, onde estas devem ser usadas para se captar o “significado e a intencionalidade” inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. (MINAYO, 2011, p. 14).

Segundo Gomes (2011, p. 79) a pesquisa qualitativa conta com o estudo a partir da opinião das pessoas ou de representações sociais, visando a investigar a materialidade das falas e esclarecimentos dos sujeitos pesquisados, permeando a totalidade das expressões para análise e investigação da realidade dimensional, seja ela por representação sociocultural de grupos ou mesmo na própria singularidade de cada segmento social.

Essa modalidade foi importante para a concretude do método aplicado durante a construção de conhecimento, ou mesmo servindo como um veículo de investigação que se propôs desvendar no assunto tratado. Logo, “A riqueza que essa pesquisa traz para o pesquisador é muito importante, permitindo-lhe aprofundar efetivamente o objeto de análise.” (MARTINELLI, 1999, p. 21).

Outrossim, para melhor elucidação dessa investigação foi empregada a técnica da entrevista semiestruturada² como instrumental de coleta de dados. Com isso produzimos o registro documental das informações colhidas na entrevista, que possibilitou que se fizesse uma avaliação fidedigna da pesquisa, pois segundo Dalberio (2006, p. 81), isso ocorre quando:

² “[...] combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto [...] estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa.” (BONI; QUARESMA, 2005, p. 75).

[...] o entrevistador preparado aciona mecanismos investigativos para obter informações complementares importantes à sua pesquisa. Dessa maneira, insere em seu formulário, dados novos devidamente registrados para análise e discussão na pesquisa.

Também foi importante, no decorrer da pesquisa de campo, empregarmos junto a essa técnica de entrevista a aplicação do instrumental que é considerada *direta*, dado que,

A técnica de aplicação do instrumento pode ser classificada como direta ou indireta. Direta quando há o contato corpo a corpo com o entrevistado e indireta quando é feita a entrevista por e-mail, por telefone ou por satélite, via conferência, por exemplo. Portanto não importa o procedimento, o instrumento ou técnica utilizada para obtenção de dados, o que realmente importa é obter dados concretos e mais verdadeiros possíveis sobre a realidade investigada. (DALBERIO, 2006, p. 86).

O formulário utilizado foi elaborado com perguntas direcionadas, com um roteiro previamente estabelecido a partir de questionário misto. As perguntas foram estabelecidas de forma predeterminada, entre abertas e fechadas, assim definindo aos sujeitos entrevistados perguntas claras e diretas, o que também suscitou uma autonomia para que os sujeitos pesquisados descrevessem suas experiências profissionais, já que isso representa parte concomitante para atingir o objetivo previsto na pesquisa.

Desse modo, na pesquisa de campo, a entrevista foi aplicada a 6 (seis) assistentes sociais que trabalham na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) da cidade de São Paulo/SP. Entre os sujeitos participantes da pesquisa, a predominância do sexo feminino representou a totalidade dos profissionais entrevistados, em que 5 (cinco) assistentes sociais são componentes do quadro de servidores ativos e uma assistente social aposentada recentemente.

Foi utilizado, para a coleta de dados, um gravador de voz para obtenção dos elementos precisos, a fim de apreciar as informações durante a aplicação da entrevista aos sujeitos entrevistados.

Ademais, elaboramos um termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) para os sujeitos participantes da pesquisa, de acordo com os princípios éticos, sendo este documento aprovado pelo comitê de ética da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (UNESP/FCHS) – Câmpus de Franca/SP, em que foi enfatizada e confirmada a autenticidade fidedigna das informações e dados coletados na pesquisa de campo, como também a sua disponibilidade para as reflexões neste estudo e mantendo-as resguardados através do termo. Também:

A pesquisa obedeceu à Resolução nº 196, de 20 de outubro de 1996 e a Legislação Complementar, uma vez que a mesma envolveu seres humanos. Todo o trabalho foi

embasado pelo Código de Ética do Assistente Social e pelos princípios do projeto ético-político, em defesa da liberdade, cidadania, equidade, justiça social, pluralismo, direitos humanos, entre outros. (ROSA, 2015, p. 18).

Depois de aplicada a entrevista, as respostas foram fielmente transcritas, organizadas e subdivididas para que fosse realizada uma análise de conteúdo, pois esta categoria permite apreender a: “[...] categorização, inferência, descrição e interpretação.” (GOMES, 2011, p. 87). O que possibilitou ao pesquisador: conhecer, avaliar e interpretar a *realidade* investigada e disponibilizada pelo sujeito da pesquisa.

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. [...] Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. (MORAES, 1999, p. 8).

Dessa forma, tivemos a possibilidade de analisar as vertentes, no que concernem as formas de conteúdo, composição, fundamentação, história e outros elementos que movimentam as partes da totalidade concreta da realidade investigada.

A partir das qualificações científicas neste ensaio, percebemos que o Serviço Social, ao se mover nas relações sociais, acaba transcorrendo aos diversos saberes num viés interdisciplinar, e, com isso, se torna significativo para o trabalho profissional que desde sua abrangência teórica e prática também se move como pesquisador da sua própria atuação.

O vínculo entre a produção de conhecimento em Serviço Social e o processo sócio-histórico gerou, por sua vez, a capacidade de interlocução entre pesquisadores provindos do Serviço Social com aqueles ligados a outros saberes. Ampliou-se a inserção e a interlocução interdisciplinar, e com elas, a construção do reconhecimento científico dessa ‘nova’ perspectiva de análise do real. (SPOSATI et al., 2007, p. 18, grifo do autor).

Assim, no final, após a conclusão desta pesquisa, a socialização dos resultados obtidos será disponibilizada por meio de cópias impressas da publicação do material aos sujeitos participantes da pesquisa, a fim de divulgar o desfecho final do trabalho desenvolvido. Pois isso reflete a importância dessa temática para os presentes e futuros estudos, dado que esse assunto está longe de ser esgotado, mas pela sua amplitude e complexidade exige cada vez mais que a sociedade invista nesta ciência.

CAPÍTULO 1 OS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Toda auto-alienação do homem de si e da natureza, aparece na relação que ele confere a si e à natureza com outros homens diferentes dele. (Karl Marx).

A palavra ecologia, criada pelo alemão Ernst Haeckel em 1.866, é derivada da palavra grega *oikos*, que significa “casa” ou “lugar onde se vive”. A ecologia é uma ciência que estuda as relações dos organismos com o meio em que vivem, ou as inter-relações que agrupam os organismos vivos ao seu ambiente. Pois, de acordo com Freitas (2002, p. 17),

[...] a ecologia é a parte predominante do estudo do meio ambiente, mais conhecida, a que suscita maiores cuidados e preocupações. No entanto, o conceito de meio ambiente é mais amplo. Inclui urbanismo, aspectos históricos, paisagísticos e outros tantos essenciais, atualmente, à sobrevivência sadia do homem na Terra.

Assim, iniciamos o nosso estudo, buscando reflexões acerca da relação do gênero humano com o meio ambiente para que possamos depreender as inter-relações dos organismos vivos existentes no planeta Terra.

1.1 As pegadas do *Homem* na Terra

A natureza é o *corpo inorgânico* do homem, ou seja, natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. *O homem vive da natureza*, ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que *o homem é uma parte da natureza*. (MARX, 2006, p. 116, grifo nosso).

As pegadas do homem na Terra são uma parte da sua biodiversidade, “[...] nas quais o homem é, antes de tudo, parte do grande organismo da natureza, concebido como totalidade viva e divina [...]” (MULLER, 1996 apud MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 30). E, a partir disso, somos representados por laços de interdependência com a natureza.

A evolução da humanidade desde os primórdios incide sobre a relação do homem com a natureza como parte sublime nesse processo. Desse modo, para desprendermos essa relação na atualidade, faz-se necessário realizar uma reflexão a partir de uma perspectiva sócio-histórica, para termos a possibilidade de compreender a trajetória do percurso que determinou a interação do homem com a natureza, assim como afirma Meszáros (2011, p. 96) que:

Para entender a natureza e a força das restrições estruturais prevalecentes, é necessário comprar a ordem estabelecida do controle sociometabólico com os seus antecedentes históricos. [...] no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si.

Nessa trajetória, salientamos que, dentre as espécies de animais viventes nos ecossistema terrestre, o ser humano é o que possui maior capacidade de criar condições adaptáveis para a sua sobrevivência.

Diante disso, para desenvolver condições favoráveis a sua espécie, o ser humano necessita dos recursos da natureza para conseguir manter a subsistência, sobretudo, o homem precisa dos elementos naturais que disponham de energia, abrigo e alimentação, assim como “[...] a água, ar limpo, alimentos, solos férteis, regulação dos climas e outros [...]” (BOFF, 2015, p. 13) para suprir as suas necessidades básicas.

No passado remoto, o homem primitivo, considerado pré-histórico, mantinha a cultura da caça e captava energia somente para o seu aquecimento e provimento dos alimentos através da queima de madeira, porém isso acontecia de modo pacífico com a natureza. À medida que os homens deixaram de viver como nômades para desenvolverem outro manejo da vida, passam a se agrupar e criar novas técnicas e ferramentas para superar as dificuldades na aquisição de comida e abrigo, oportunizando o desenvolvimento das técnicas de agricultura.

Neste estágio, ocorreu o crescimento populacional, gerando a economia para produção de excedente agrícola e pastoril. Com acréscimo dessa população também surge o comércio, e, mediante esse processo de civilização se manteve a “[...] construção pelos seres humanos de um espaço próprio de vivência, diferente do natural, se deu sempre à revelia e com a modificação do ambiente natural.” (DIAS, 2011, p. 1).

Ademais, Dias (2011, p. 3) afirma que essas atividades foram realizadas pelo ser humano no entorno do ciclo natural, que pela sua interferência ocasionada na natureza acabou por modificá-la para satisfazer suas necessidades. E esse processo é chamado de trabalho, que ao desenvolvê-lo materialmente, o homem passa a ser capaz de sofrer a transformação do seu modo de pensar, podendo melhorar sua condição de existência e qualidade de vida, pois “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (MARX, 1996a, p. 297).

Com o ambiente modificado a partir do cultivo de vegetais e a domesticação de animais, foram sendo desenvolvidos mecanismos e ambientes de ordem cultural para uma produção que fosse excedente às suas necessidades. Diante das alterações da condição natural, outras necessidades também determinaram que os territórios habitados fossem cercados, para a proteção contra as ameaças e perigos advindos do ambiente exterior, constituindo-se nesse momento a propriedade privada.

O aumento da população humana pela aglomeração dos povos antigos viabilizou a construção das cidades, que, em maior intensidade, seu crescimento também culminou na

destruição dos ambientes naturais (paisagens naturais: matas, florestas e campos). Com a propriedade privada e a população crescendo, o homem foi à busca de novas terras habitáveis, acometendo a expansão pela dominação da posse da terra já conquistada por outros homens, como também a dominação desses homens.

A dominação da Terra em si, para Marx, assumiu um significado complexo, dialético, derivado do seu conceito de alienação. Ela significava tanto a dominação da terra por aqueles que monopolizavam a terra, e, portanto os poderes elementares da natureza [...] sobre a vasta maioria dos seres humanos. Assim a alienação da Terra, e daí a sua dominação [...]. (FOSTER, 2014, p. 109).

Assim foram, com o tempo, alterados os ambientes naturais, a partir da Antiguidade, por meio de construções urbanas e com a apropriação da Terra. Porém, a infraestrutura das cidades era precária ao ponto de suscitar grandes epidemias e doenças que ocasionaram a morte de milhares de pessoas. A partir do século IV, com as invasões bárbaras e a decadência do Império Romano incitaram-se mudanças econômicas e sociais, as quais foram introduzindo o sistema da propriedade privada e de produção no início da Idade Média. Foi-se então, caracterizando um novo sistema econômico, político e social, denominado sistema feudal³. Este período, na Europa, também ficou conhecido como a época Medieval, em que a população era praticamente campesina e mantida sob a influência da ideologia da Igreja Católica.

Posteriormente, do século XIV ao XVI, o movimento conhecido como Renascimento⁴ marca a transição do feudalismo (por sua decadência e destruição) para o regente modo de produção capitalista⁵. Todavia, a partir do século XVI, sucedeu a Revolução Científico-Tecnológica, demarcando as diversas transformações da vida humana na sociedade, cultura, economia, política e religião. Com isso, aos poucos foi se constituindo a época moderna,

³ “Feudalismo é um sistema sociopolítico baseado numa economia rural e caracterizado pela dispersão do poder através de uma variedade de domínios semi-independentes chamados feudos, mantidos sob a condição de prestação de serviço pela massa campesina. A organização política é dominada pelos – senhores – das grandes propriedades, sendo a economia determinada pela subordinação uns dos outros por uma hierarquia de vínculos de dependência.” (FEUDALISMO..., 1986, p. 474).

⁴ “Renascimento é a retomada ao estilo clássico de inspiração Greco-romana pelo pintor Giotto no séc. XIV, que rompe com a arte predominante do período medieval. O traço característico é o humanismo e considera-se que o movimento inicia de meados do séc. XV, sobre tudo nas cidades Estados italianas como Florença, a meados do da modernidade.” (JAPIASSÚ, 2008, p. 239).

⁵ “Capitalismo designa um sistema de desenvolvimento econômico a serviço da produção do *capital* – tendo na sua gênese e expansão uma ocupação das condições de produção e reprodução do capital em si, que numa dada fase de reestruturações demarca os conceitos para a “produção capitalista” e “produção do capital”. Ocupa-se do modo de funcionamento da sociedade capitalista, das condições de origem (caráter privado e mercado livre) e desenvolvimento da produção de capital, marcado pela particular fase: *a produção para a troca* (mediação e dominação do valor de uso pelo valor de troca) é *dominante*; *a força de trabalho* em si é tratada como *mercadoria*; a motivação para o *lucro* é uma força reguladora fundamental para a produção; o mecanismo de extração da *mais-valia* é apropriado privadamente pelos membros da classe capitalista; possui *interativos econômicos* de crescimento e expansão, tende a produção do capital à *integração global*, por intermédio da lei do mercado internacional, como um sistema de dominação e subordinação econômica. Um sistema fadado a ordem reestruturativa de acordo a livre iniciativa dos indivíduos.” (MESZÁROS, 2011, p. 1029, grifo do autor).

regida pela sociedade burguesa, através do modelo urbano e mercantil. A partir disso, “[...] a natureza foi classificada segundo sua utilidade em suprir as necessidades humanas imediatas.” (CARVALHO, 2012, p. 97).

A visão da natureza como domínio do selvagem, do ameaçador e do estabelecimento desagradável estabeleceu-se sobre a crença de que o progresso humano era medido por sua capacidade de dominar e submeter o mundo natural. Tal visão, que situa o ser humano como centro do universo, é denominada pelo ecologismo como antropocêntrica. [...] A idéia de civilidade e cultura era então construída como pólo oposto à esfera associada à natureza, ao selvagem, à barbárie, à desrazão e à ignorância. [...] Assim, o repúdio à natureza expressa-se tanto na desqualificação dos ambientes naturais (matas, florestas, campo), quanto em uma nova disciplina de controle da natureza associada as funções biológicas do ser humano. (CARVALHO, 2012, p. 95).

Para tanto, no século XVIII, a Terra sofreu as mudanças mais decorrentes desse pensamento concomitantemente com outra grande Revolução, que, sob a influência da construção ideológica do Iluminismo⁶, consolidava a era moderna⁷ através da “[...] grande transformação da capacidade produtiva humana.”, conhecida como Revolução Industrial. (DIAS, 2011, p. 5).

Mediante isso, o empirismo, o mecanicismo, o racionalismo e o tecnicismo designaram e intensificaram profundamente o pensamento de ciência moderna, em que “[...] tudo podia ser medido, experimentado, entendido e controlado pela razão humana [...] os fenômenos podiam ser transformados em lei e regras, formulados pela razão e pela ciência.” (LACERDA; SILVA, 2008, p. 42). Desse modo, o paradigma moderno no processo capitalista de (re)produção enxerga e toma os recursos naturais apenas como mercadorias para o fornecimento de matéria-prima para produção de bens e fontes de energia, em que o homem experimenta um sentimento de exterioridade, separando-se da natureza pela sua subjugação.

Na visão cartesiana, a natureza é vista como uma ideia abstrata, ou seja, é todo o mundo externo, é logo composto por elementos matemáticos. Tanto Bacon como Descartes, percussores do Iluminismo, tinham a questão da ciência moderna como da libertadora da natureza. (ROSA, 2015, p. 20).

⁶ “Iluminismo é um movimento filosófico, também conhecido como Esclarecimento, Ilustração ou Século das Luzes, que se desenvolve particularmente na França, Alemanha e Inglaterra no séc. XVIII, caracterizando-se pela defesa da ciência e da racionalidade crítica, contra a fê, a superstição e Omã religioso. Possui uma dimensão literária, artística e política. No plano político, defende as liberdades individuais e o abuso do poder.” (JAPIASSÚ, 2008, p. 142).

⁷ “A modernidade institui, assim, como o modelo explicativo do real, fundando no primado da razão, ou seja, na capacidade do homem em formular teorias científicas a partir de leis objetivas. Essa forma de pensar do projeto epistemológico da tradição racionalista inaugurada por Descartes e da perspectiva empirista iniciada por Francis Bacon. Será, no entanto, o filósofo alemão Immanuel Kant quem ampliará as reflexões acerca das possibilidades da razão na organização e sistematização dos dados empíricos de forma mais científica.” (SIMIONATTO, 2009, p. 88).

Com a globalização do paradigma moderno ocasionada pela mundialização do modo de produção capitalista, vieram consigo grandes problemas sociais e ambientais, pois o processo produtivo, da acumulação capitalista, traz em seu bojo o processo industrial e a urbanização forçada e desordenada da população camponesa que, ao serem transformados em grandes polos urbanos e industriais sem infraestruturas adequadas acabam prejudicando o meio ambiente e a saúde humana.

Com vistas disso, as várias questões advindas da exploração no processo industrial denotam “[...] a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e seus reflexos no crescimento econômico.” (DIAS, 2011, p. 7). Estas questões acabam refletindo imensamente na condição natural do meio ambiente.

A exploração industrial do meio ambiente manteve-se sem contestação durante todo o século XIX e a maior parte do século XX. A visão equivocada de que os recursos naturais eram ilimitados e estavam à disposição do homem somente começou a ser questionada e exigiu maior reflexão da humanidade na década dos anos 70 [...] quando os processos de deterioração ambiental e a possibilidade de esgotamento de determinados recursos naturais se tornaram evidentes. [...] Um dos problemas mais visíveis causados pela industrialização é a destinação dos resíduos de qualquer tipo (sólido, líquido ou gasoso) que sobram do processo produtivo, e que afetam o meio ambiente natural e a saúde humana. (DIAS, 2011, p. 7).

Dentre essas e outras questões, isso tem sido o principal fator para as manifestações dos impactos ambientais⁸ decorrentes dos impactos advindos do sistema capitalista de produção, pois, entre as suas causas e consequências, repercute o aumento em níveis cada vez maiores do desequilíbrio ecológico.

Durante os últimos 200 anos é que se agravou o problema ambiental na Terra, com a intensificação da industrialização e o conseqüente aumento da capacidade de intervenção do homem na natureza. Essa situação é facilmente verificável pela evolução do quadro de contaminação do ar, da água e do solo em todo o mundo e pelo número crescente de desastres ambientais. (DIAS, 2011, p. 13).

Ao delinear este breve ensaio sobre as pegadas do homem na Terra, podemos apreender que as manifestações da questão ambiental⁹ são os reflexos produzidos pela relação que o homem tem estabelecido com a natureza. “[...] *Os perigos agora se estendem por todo o planeta; mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de manutenção e saturação [...]*.” (MESZÁROS, 2011, p. 95, grifo nosso).

⁸ “Qualquer alteração significativa no meio ambiente em um ou mais de seus componentes provocada por uma ação humana. Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; a qualidade dos recursos ambientais.” Resolução nº 001 (CONAMA, 1986).

⁹ “Referimo-nos ao conjunto das manifestações de destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano.” (SILVA, M. G., 2010, p. 144).

Desse modo, desde as suas causas às suas consequências, a hegemonia da ciência moderna pelo seu modelo de desenvolvimento econômico tem sido determinante para a questão socioambiental que presenciamos na contemporaneidade.

1.2 A questão socioambiental na contemporaneidade

É impossível refletir a dimensão social sem pensar o ambiental. Pois o social e o ambiental não estão em campos diferentes na sociedade capitalista. Desse modo, a expressão “*socioambiental*”¹⁰ refere-se aos processos sociais resultantes da relação da sociedade com o meio ambiente. Sobretudo, a atual conjuntura mundial revela que a crise ecológica contemporânea está vinculada ao modo de (re)produção capitalista, onde tal crise, por estar atrelada às atividades/ações antrópicas, oprime e devasta vorazmente os recursos naturais pela exploração inesgotável dos seus ecossistemas e, com isso, colocando em risco a vida do ambiente planetário.

[...] gritam as florestas, abatidas em todas as partes do mundo sob a voracidade produtivista, pois no lugar de árvores frondosas e centenárias pasta gado para carne de exportação. Gritam os rios contaminados pelos agrotóxicos da monocultura de soja, do fumo, dos cítricos e outras. Gritam os solos contaminados por milhões de toneladas de pesticidas. Gritam os ares envenenados por gases de efeito estufa. Gritam as espécies, dizimadas aos milhares a cada ano. Gritam inteiros ecossistemas devastados pela supreeexploração de seus bens e serviços. Grita a humanidade inteira ao dar-se conta de que pode ser eximada da face da Terra por dois tipos de bombas: pela bomba ecológica representada pelo aquecimento global, que não acaba e aumentar ano após ano. Enfim, grita a Mãe Terra contra a qual está levando uma guerra total: no solo, no subsolo, no ar, nos oceanos, em todas as frentes; guerra da qual não temos qualquer chance de ganhar, pois nós precisamos da Terra, mas ela não precisa de nós. (BOFF, 2015, p. 5).

Destarte, atualmente, a questão socioambiental vem se tornando o principal painel de discussões dos mais diversos organismos sociais de todo mundo, em decorrência da preocupação com o futuro do planeta. Assim, temos visto que “Nas últimas décadas, todo um conjunto de práticas sociais voltadas para o meio ambiente tem instituído tanto das legislações e dos programas de governo quanto às diversas iniciativas de grupos, de associações e de movimentos ecológicos.” (CARVALHO, 2012, p. 24).

¹⁰ “A utilização da expressão ‘socioambiental’ se justifica como opção política para reforçar uma demarcação discursiva do componente crítico do ambientalismo. Esclarece-se, por ora, que se considera que a questão socioambiental se expressa na denominada crise ambiental [...]” (NUNES, 2013, p. 212, grifo do autor).

Em referência a isso, é importante citarmos a publicação de Francisco¹¹ (2015), na inédita *Encíclica Sobre o Cuidado da Casa Comum*, por se tratar de um documento atual, autêntico, de representação social, de cunho filosófico e sócio-histórico sobre as reflexões e discussões a respeito desta temática num âmbito mundial, em que foram traçados elementos de ordem científica da realidade global no que tange à relação humana com o meio ambiente, a qual denominou de – *Casa Comum* – para os presentes e futuros herdeiros da Terra.

Estas contribuições dos Papas recolhem a reflexão de inúmeros cientistas, filósofos, teólogos e organizações sociais que enriqueceram o pensamento da Igreja sobre estas questões. Mas não podemos ignorar que, também fora da Igreja Católica, noutras Igrejas e Comunidades cristãs – bem como noutras religiões – se tem desenvolvido uma profunda preocupação e uma reflexão valiosa sobre estes temas que a todos nos estão a peito.

[...]

As reflexões teológicas ou filosóficas sobre a situação da humanidade e do mundo podem soar como uma mensagem repetida e vazia, se não forem apresentadas novamente a partir dum confronto com o contexto atual no que este tem de inédito para a história da humanidade. Por isso, antes de reconhecer como a fé traz novas motivações e exigências face ao mundo de que fazemos parte, proponho que nos detenhamos brevemente a considerar o que está a acontecer à nossa casa comum. (FRANCISCO, 2015, p. 7, 17).

Em escala mundial, temos assistido a confirmação sobre as mudanças ambientais, principalmente a partir do aumento significativo dos desastres ecológicos. Este é um resultado que “[...] aponta a ação humana, o consumo irracional dos recursos naturais como causa fundamental da insustentabilidade do planeta.” (SILVA, M. G., 2010, p. 46).

Isso refere-se à degradação ambiental entre as mais variadas formas de manejo inadequado dos recursos naturais; da produção em larga escala de mercadorias descartáveis; da urbanização descontrolada; das ações humanas de uma sociedade deseducada e uma sociedade advinda dos diferentes fatores econômicos, políticos, tecnológicos, sociais e culturais. À vista disso, segundo Loureiro (2002, p. 46), “A dinâmica capitalista é base estrutural dessa degradação, qualificada pela urbanização, pelo industrialismo e pelo modelo antropocêntrico, inerente ao iluminismo [...]”.

Os impactos do sistema capitalista de produção repercutem de distintas formas no meio ambiente e constata-se o acúmulo cada vez maior de capital e poder para uns e, para outros, a precarização dos direitos do trabalho, as políticas sociais pobres, a terceirização, o desemprego e a informalidade que alinhava o leque de prejuízos e injustiças sociais. (MENDES, 2009, p. 28).

¹¹ Em latim FRANCICUS (Papa), nascido como Jorge Mario Bergoglio na cidade de Buenos Aires - Argentina, em 17 de dezembro de 1936. É 266º Papa da Igreja Católica e atual Chefe de Estado do Vaticano, abdicando ao papado em 28 de fevereiro de 2013.

Dessa forma, o sistema de produção capitalista hegemônico é o que espolia o social e interfere no ciclo natural dos sistemas ambientais, que, sob influência do pensamento mecanicista e reducionista cartesiano (fundamentos da ciência moderna), não incluem a biosfera como elemento primordial para continuação genuína do Planeta Terra. Dentre as diversas elucidações acerca das questões que permeiam a degradação ambiental, enfatizamos que o: “[...] ambiente humano e ambiente natural degradam-se em conjunto [...]” (FRANCISCO, 2015, p. 37).

Outros fatores também revelam a apreensão desta degradação através das inconstantes manifestações das problemáticas defrontadas com: “[...] a mundialização financeira, a ‘acumulação por espoliação’, a ideologia do progresso técnico e a obsolescência programada [...]” (SILVA, M. G., 2010, p. 32, grifo do autor).

Para tanto, Adorno e Horkheimer (1985, p. 24) evidenciam que o paradigma da ciência moderna descende a *racionalidade* como meio de dominação da natureza frente à organização da vida socioambiental. Pois o poder da razão submete o pensamento para apreender a natureza, a fim de empregá-la para a sua própria dominação.

Desse modo, esse modelo tem subjugado a natureza para gerar uma dinâmica cíclica da produção para o consumo e o consumo para a produção, porém, em decorrência disso tem resultado catastróficas crises cíclicas.

[...] as nossas atitudes serão as do dominador, do consumidor ou de um mero explorador dos recursos naturais, incapaz de pôr um limite aos seus interesses imediatos.

[...] o que interessa é extrair o máximo possível das coisas por imposição da mão humana, que tende a ignorar ou esquecer a realidade própria do que tem à sua frente. (FRANCISCO, 2015, p. 11, 83).

Consequentemente, ao sermos dominados e alienados pelo paradigma moderno, “[...] por causa da revolução tecnológica, da informatização e da robotização, são dispensados, precarizados, e os trabalhadores excluídos [...]” (BOFF, 2015, p. 28) para atender o modo de (re)produção capitalista. Pois, de acordo com Marx (1996b, p. 133) “A produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo social ao minar, simultaneamente, as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador.” Destarte, “Este comportamento evasivo serve-nos para mantermos os nossos estilos de vida, de produção e consumo.” (FRANCISCO, 2015, p. 47).

Desse modo, estamos condicionados a um estilo de vida imposto e subordinado por uma geração que não conhece e não se relaciona com a natureza, a não ser para a sua própria satisfação (conforto e consumo).

Ao apreendermos essa crise anunciada pelo aumento dos desastres ecológicos nas últimas décadas, também devemos compreender que isso está atribuído acrescente destruição e depredação da natureza. “Hoje a Terra se encontra em fase avançada de exaustão [...]” (BOFF, 2015, p. 28), que em níveis cada vez maiores, evidenciam a escassez e o esgotamento dos recursos não renováveis; o aumento nos níveis de aquecimento do sistema climático; os efeitos advindos dos dejetos industriais e diversos poluentes acrescidos à Terra.

Com essa (re)produção da questão ambiental, desvela-se que estamos destruindo a natureza e exterminando a sua biodiversidade ao poluirmos os seus rios, os seus oceanos, os seus solos e os seus ares, contaminando a terra com as sobras do processo produtivo e produzindo resíduos sólidos demasiadamente, pois, “A terra, nossa casa, parece transforma-se cada vez mais num imenso depósito de lixo.” (FRANCISCO, 2015, p. 19). Com isso, temos presenciado nessa voraz degradação mundial a atravessada trajetória do problema gerado pela cultura do descarte dos resíduos sólidos e industriais.

Outro fator sobre os problemas no campo ambiental está ligado ao estilo e à ordenação da vida urbana e rural, onde o homem urbano é aquele que convive com o processo industrial, alta escala de poluição, construções de cimento desfigurado do ambiente natural, conflitos socioeconômicos, e as contradições do estilo de vida nas cidades ascendem à questão urbana. Já o homem do campo convive com a precária condição de vida, domínio e posse de terras, produção a serviço do capital, produção de alimentos em larga escala, usos de agrotóxicos, desmatamentos, extração ilegal da madeira, e, etc..., das quais se tornam prerrogativas determinantes para a questão agrária.

Essa violência estrutural, da qual determina a separação homem-natureza, separa o urbano do rural e separa o social do ambiental, e também é a mesma que gera a questão urbana, a questão agrária e a questão ambiental, “[...] cada qual assinalado por características bem definidas, mas também marcado por uma forte articulação mútua.” (LOUREIRO, 1995 apud NASCIMENTO, 2012, p. 175). À vista disso a autora analisa que muitos são os efeitos dessa questão ao identificar o seu agravamento no campo ambiental referente à crescente ameaça atravessada pelo poder econômico, e cita como exemplo disso a sua pesquisa sobre o território Amazônico.

A violência no campo, à exemplo da violência urbana, [...] compreendida como expressão da “questão social”, continua a ser tratada como caso de polícia. Na Amazônia, os conflitos pela posse da terra se constituem numa problemática complexa porque resultam de infindáveis situações de posse que configuram diferentes personagens: posseiros – nativos e/ou migrantes, grileiros, pequenos

proprietários – legais e/ou ilegais, – latifundiários – legais e/ou ilegais –, fazendeiros, madeireiros, seringalistas, multinacionais, grandes empresas nacionais, etc. Entretanto, tem-se como elemento imutável, em meio a essa complexidade, a ação do Estado no sentido de induzir a emergência desses conflitos devido à estrutura mesma da sociedade capitalista, na qual a terra, como meio de produção, encontra-se nas mãos do capital. [...] Assim, se quiserem gerar divisas, os países retardatários terão que extrair e exportar, cada vez mais (e com maior prejuízo social e ambiental), os seus recursos naturais. Considerando que, na Amazônia brasileira, se podem encontrar recursos minerais, hídricos e energéticos em grandes quantidades e, ainda, enormes extensões de terra, é estratégico que se debata sobre as questões que dizem respeito à região.

[...]

À luz da teoria crítica, o exame dos efeitos da implantação de grandes projetos, sobre o espaço amazônico, conclui por afirmar que o privilegiamento do modelo de desenvolvimento – inclusive em suas versões pseudo alternativas, como é o caso do chamado desenvolvimento sustentável – tem (re)produzido conflitos agrários, problemas urbanos e questões ambientais sobre a Amazônia brasileira como expressões da “questão social” na região. (NASCIMENTO, 2012, p. 185, 187).

Entre essas e outras questões advindas desse processo, estendem-se a questão urbana, a questão agrária e a questão ambiental através da sua gênese nas sequelas das mais variadas manifestações da questão socioambiental no âmbito local, regional e global. Para tanto, esta questão é originada pela *questão social*¹², advinda das contradições elementares da dinâmica do modo de produção capitalista, onde a sociedade subdividida em *classes sociais*¹³ tem sido alienada por uma parte da classe dominante para que a subjugação movimentada no mundo das aparências venha perdurar a dominação da natureza.

Sobre a contínua (re)produção da questão social no processo de acumulação de capitais, “[...] também o é em relação à ‘questão ambiental’, cuja expressão mais emblemática é a incessante produção de descartáveis.” (SILVA, M. G., 2010, p. 76, grifo do autor).

[...] os níveis de degradação ambiental nas sociedades anteriores ao capitalismo não chegaram a configurar um quadro de ameaças à sustentabilidade planetária, tendo em vista que o objetivo precípua da produção não residia na formação do excedente com vistas ao mercado, e, conseqüentemente, à obtenção do lucro. O baixo nível de eficácia da técnica, observado nas sociedades que antecederam o mundo burguês – para as quais a natureza aparece como uma fonte de magia e mistérios – não possibilitou o efetivo domínio da natureza. (SILVA, M. G., 2010, p. 48).

¹²“Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.” (IAMAMOTO, 2005, p. 27, grifo do autor).

¹³“Chamam-se classes a grandes grupos de homens que se diferenciam pelo seu lugar no sistema historicamente determinado de produção social, pela sua relação (na maioria dos casos confirmada e precisada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelos meios de obtenção e pelo volume da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de homens em que uns podem apropriar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam num sistema da economia social.” (LENIN, 1977, p. 13).

Ao mencionar o aspecto “mudanças” para a evolução da humanidade, podemos remeter a isso como algo bom e desejável para a sociedade, mas quando estas mudanças se transformam na deterioração e destruição da natureza, e, conseqüentemente, da vida humana, também se tornam questionáveis. É questionável no sentido que esse mesmo sistema que *aliena, domina e explora* os homens é o mesmo sistema que também *polui, depreda e destrói* a natureza.

A lógica que explora as pessoas, as classes e submete os povos aos interesses de uns poucos países e poderosos é a mesma que depreda a Terra e espolia suas riquezas naturais, sem solidariedade para com o restante da humanidade e para as futuras gerações. (BOFF, 2015, p. 9).

Por isso que das promessas do tão sonhado crescimento econômico só tem restado o chamado *mito* do progresso, pois a sociedade vivencia o crescimento da degradação da vida através da lei das desigualdades, tendo nas suas maiores expressões o aumento da violência, da pobreza e da miséria entre os povos. Para tanto, não maldizemos a busca pelo progresso, mas os ditames que resultam o poder que explora e domina os homens e ao mesmo tempo destrói o ambiental. “A natureza tem seus limites, nós seres humanos inclusive. Estamos ultrapassando os limites suportáveis [...]” (AGOSTINI, 1996, p. 2), e com isso, pauperizando cada vez mais a vida socioambiental.

[...] a utopia dos mercados livres e da globalização tornam-se a referência. Mas o vazio e a crise pairam no ar. Sente-se um mundo fragmentado, seu sentido se perdendo nessas fraturas, com múltiplos significados, orientações e paradoxos. Juntas, ciência e técnica não param de surpreender e revolucionar. A capacidade de produzir mais e melhor não cessa de crescer. Mas esta ciência vencedora começa a admitir que seus efeitos são perversos. [...] Nesse mundo de poder, produção e mercadoria, o progresso traz consigo desemprego, exclusão, concentração de renda e subdesenvolvimento. (DUPAS, 2001, p. 102).

Além do mito do progresso, na pós-modernidade¹⁴ a humanidade também estará sujeita e fadada à ambiguidade, dicotomia e mito do *desenvolvimento sustentável* como método alternativo para sustentar os interesses econômicos através da atual denominação estabelecida pela economia verde. Pois, “O *Deus que falhou*, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do *interesse ecológico* universal [...]” (MESZÁROS, 2011, p. 987, grifo do autor).

¹⁴ “[...] a pós-modernidade, enquanto idéia, não seja recente, sua expressão no âmbito do conhecimento pode ser verificada com maior intensidade a partir da metade dos anos de 1970. No campo filosófico, as primeiras reflexões aparecem na obra *A condição pós-moderna*, de Jean-François Lyotard. Nela, o autor concebe a sociedade não como um todo orgânico ou um espaço de conflitos, mas como uma “rede de comunicações linguísticas”, uma “multiplicidade de jogos”, não mais apreendidas através das formas de conhecimento próprias do pensamento moderno.” (SIMIONATTO, 2009, p. 92, grifo do autor).

Quanto mais fragmentados estamos pelas incorporações alternativas das quais sustentam o sistema capitalista¹⁵ diante do “[...] binômio produção de mercadorias-destruição do meio ambiente [...]” (SILVA, M. G., 2010, p. 25), mais distante estará a nossa consciência ambiental. Desta maneira, temos visto a desqualificação do bem-estar humano e do equilíbrio do sistema ambiental, dado que o homem, ao interferir na vida da natureza, também dispensa riscos para a vida da própria espécie humana.

Coma questão socioambiental posta na contemporaneidade, é importante dizermos que avanços adjacentes a esta questão vêm acontecendo no âmbito da legislação ambiental, porém numa dimensão lenta em relação ao processo de (re)produção capitalista, por isso, pouco tem avançado sua aplicabilidade na comunidade mundial. Pois persiste a resistência e a falta de adesão à *sustentabilidade ambiental* versus ao desenvolvimento produtivo por alguns dos países ricos e pela parte da classe dominante que ainda visam a manter os interesses de ordem econômica.

Por essas e outras razões, vivemos as incertezas de um futuro ambientalmente sustentável, e, com as possíveis chances de a Terra aos poucos sucumbir diante de tão acelerada destruição ambiental. Diante disso, hoje, somos desafiados a enfrentar essa questão e munirmos as forças para movimentar a conscientização humanitária sobre isto. O destino do planeta vai depender do que fizermos agora para mitigar e frear os legados da produção econômica para outra que mantenha a sustentabilidade socioambiental.

1.3 Os impactos da crise socioambiental para a humanidade

Os desastres naturais significam a ocorrência de um conjunto de fenômenos da natureza que são predominantes da geodinâmica da Terra, entre esses estão os eventos climáticos (tempestades, tufões, furacões, tsunamis...). São fenômenos do ciclo natural da Terra e sempre aconteceram, contudo, com a veemência humana em relação às modificações do ambiente natural, esses desastres intensificaram-se sistematicamente nos últimos tempos.

¹⁵ “As transformações societárias desencadeadas nas últimas décadas do século XX e seus desdobramentos no início do século XXI, sob o domínio do capitalismo financeiro e da sua afirmação enquanto sistema hegemônico, exacerbaram os problemas e contradições em todas as esferas da vida social.” (SIMIONATTO, 2009, p. 92).

Diante disso, os impactos advindos da questão socioambiental mais evidente, são aqueles “[...] quando os seres humanos contaminam as águas, o solo, o ar... [...].” (FRANCISCO, 2015, p. 8), por intermédio das suas atividades, e, predominantemente para aquelas destinadas ao produtivismo. O ato de contaminar deriva da poluição degradável da qualidade ambiental¹⁶ e uma alteração das características físicas (naturais) dos ecossistemas por meio da remoção ou adição de seus componentes substanciais, que na qual podemos configurar como desastres ambientais, pois:

[...] os desastres expõem os efeitos cumulativos de decisões (individuais e coletivas) previamente tomadas, relacionadas ao planejamento do território (incluindo a expansão desregulada de áreas urbanas), técnicas construtivas, implantação de infraestruturas de saneamento, fraco investimento em programas educativos, de combate à pobreza, de integração social, além de outras causas que, conjugadas com a ocorrência de eventos naturais de grande intensidade (e.g. cheia e deslizamento de terra, tempestade, terremoto), desencadeiam uma sequência de impactos ambientais e socioeconômicos. (MATA-LIMA, 2013, p. 45).

No Brasil e no mundo, os efeitos e danos do impacto ambiental pela crescente degradação ambiental caracterizam o aumento do desequilíbrio do sistema ecológico, e com isso podem resultar: a falta de água potável, as mudanças climáticas, o derretimento das geleiras, as ameaças de submersão das ilhas e de cidades costeiras, tempestades (acrescidas: enchentes, furacões, ciclones, tufões), terremotos, perda da biodiversidade, longos períodos de estiagem, o surgimento de desertos, o aumento da pobreza, o aumento da incidência de doenças, dentre outros.

Os avanços da pegada do homem na Terra têm acarretado uma passagem gradual da problemática ambiental no planeta, em que os impactos ambientais instaurados nas últimas décadas vêm ocorrendo para além das causas naturais.

Segundo Dias (2011), muitos acidentes e/ou crimes ambientais no século XX foram causados pelas atividades/ações do ser humano, onde tomaram uma grande proporção no assunto da mídia global pela sua visibilidade, entre os principais desastres, citamos:

¹⁶ “Qualidade ambiental mantém “[...] a saúde, a segurança, o bem-estar da população, as condições normais das atividades sociais e econômicas, preservação da biota (fauna e flora), a manutenção das condições estéticas (paisagem) e sanitárias do próprio meio ambiente [...].” (FIORILLO; RODRIGUES, 1997, p. 130).

Quadro 1 - Principais acidentes ambientais no século XX

Ano	Descrição
1947	Navio carregado de nitrato de amônia explode no Texas, causando mais de 500 mortes e deixando 3.000 feridos.
1956	Contaminação da bacia Minamata, Japão. Foram registrados casos de disfunções neurológicas em famílias de pescadores, gatos e aves. A contaminação acontecia desde 1939 devido a uma companhia química instalada às margens. Moradores morreram devido às altas concentrações de mercúrio, que causavam a chamada ‘doença de Minamata’.
1966	Na cidade de Feyzin, França, um vazamento de GLP causa a morte de 18 pessoas e deixa 65 intoxicadas.
1976	No dia 10 de julho, em Seveso, cidade italiana perto de Milão, a fábrica Hoffmann-La Roche liberou densa nuvem de um desfolhante conhecido como agente laranja, que, entre outras substâncias, continha dioxina, altamente venenosa. Em torno de 733 famílias foram retiradas da região.
1978	Na cidade de San Carlos, Espanha, caminhão-tanque carregado de propano explode causando 216 mortes e deixando mais de 200 feridos.
1984	Em San Juanico, México, incêndio de GLP seguido de explosão causa 650 mortes e deixa 650 feridos.
1984	No dia 2 de dezembro, um vazamento de 25 toneladas de isocianato de metila, ocorrido em Bhopal, Índia, causou a morte de 3.00 pessoas e a intoxicação de mais de 200.000. O acidente foi causado pelo vazamento de gás de Fábrica da Union Carbide.
1986	No dia 26 de abril, um acidente na usina de Chernobyl, na antiga URSS, causado pelo desligamento do sistema de refrigeração com o reator ainda em funcionamento, provocou um incêndio que durou uma semana, lançando na atmosfera um volume de radiação cerca de 30 vezes que a bomba atômica de Hiroshima. A radiação espalhou-se, atingindo vários países europeus e até mesmo o Japão.
1986	Em Basileia, Suíça, após incêndio em uma indústria foram derramadas 30 toneladas de pesticidas no Rio Reno, causando a mortalidade de peixes ao longo de 193 km.
1989	Na madrugada de 24 de março de 1989, o navio-tanque Exxon-Valdez, ao se desviar de um iceberg, bateu num recife e a seguir encalhou no estreito do Príncipe Willian, no Alasca. O rombo aberto no casco deixou vazar cerca de 44 milhões de litros de petróleo. O vazamento de óleo, o pior da história dos EUA, atingiu uma área de 260 km, poluindo águas, ilhas e praias da região. Morreram milhares de animais – peixes, baleias e leões-marinhos.

Fonte: Dias (2003), Bogo (1998) e Cetesb (apud DIAS, 2011, p. 9).

Quadro 2 - Alguns dos desastres ambientais no início do século XXI

Ano	Descrição e Observações Relevantes
2002	Em novembro, o petroleiro grego Prestige naufragou na costa da Espanha, despejando 11 milhões de litros de óleo no litoral da Galícia. A sujeira afetou 700 praias e matou mais de 20 mil aves. Em comparação com o Exxon-Valdez, a quantidade de óleo derramado foi menor, e a biodegradação do produto foi facilitada pelas temperaturas mais altas. Nos meses seguintes ao desastre, o submarino-robô Nautilo soldou o navio afundado a 3 600 metros de profundidade. Mas, como a vigilância diminuiu, os ambientalistas alertam que vazamentos pequenos ainda podem acontecer (RATIER, 2016).
2010	4 de outubro ocorreu um derrame de lama tóxica de uma fábrica de alumínio em Ajka, 165 km a oeste de Budapeste, na Hungria, que matou nove pessoas e mais de 150 foram hospitalizadas por queimaduras químicas. Milhares de moradores de sete povoados vizinhos a foram afetados pelo desastre sendo removidos de suas casas (DIAS, 2011, p. 8).
2011	20 de abril, um acidente provocado pelo vazamento na plataforma da BP após explosão e afundamento da Plataforma <i>Deepwater Horizon</i> , no Golfo do México, matando 11 trabalhadores e a mancha tomou conta do litoral do EUA, provocando mudança na cor do mar e surgindo pássaros e peixes cobertos de petróleo. O vazamento colocou em risco 40% dos pântanos costeiros e que são difíceis de limpar (DIAS, 2011, p.8).

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2016).

Quadro 3 - Principais desastres/acidentes ambientais no Brasil

Ano	Descrição e Observações Relevantes
1984	24 de fevereiro, uma falha em dutos subterrâneos da Petrobras espalhou 700 mil litros de gasolina nos arredores da Vila Socó, em Cubatão. Ao vazamento, seguiu-se a explosão e o incêndio que destruíram parte da favela. Foram contabilizados oficialmente 93 mortos, porém estima-se que o número de mortos tenha sido próximo de 500 (SANTOS, 2015, [p. 6]).
1987	13 de setembro, na cidade de Goiânia, dois catadores de recicláveis recolheram um equipamento abandonado de radioterapia que ao ser desmontado contaminou 249 pessoas com partículas de césio 137, para tanto, a radiação do acidente atingiu 2.000 m ² não contínuos, sendo necessários a derrubada de árvores e plantas contaminadas e os dejetos foram transferidos para outro local provisório (CHAVES, 2007, p. 1).
1996	Relatório do laboratório americano Lancaster informou que os níveis de contaminação da área da Shell instalada em Paulínia/SP – Fábrica de pesticidas é 16 vezes maior do que os permitidos para a saúde humana (DIAS, 2011, p. 11).
2000	No dia 18 de Janeiro, um grave desastre ecológico aconteceu no mar do Rio de Janeiro. Em decorrência de um problema originado em uma das tubulações da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), aproximadamente 1,3 milhões de litros de óleo foram lançados na Baía de Guanabara; quantidade esta, equivalente a 4 Milhões de latinhas de refrigerante (só que cheias de petróleo) no mar (SANCHES et al., 2011).
2004	Relatório do “Estado das Águas no Brasil” apontou que a principal fonte de contaminação dos rios, lagos e lagoas. É o despejo de material tóxico proveniente das atividades industriais e agroindustriais, sendo um dos piores casos de contaminação de águas foi provocado pelo aterro Mantovani, uma área do município Santo Antônio de Poses, região metropolitana de Campinas/SP, onde 50 empresas multinacionais depositaram toneladas de resíduos tóxicos de forma inadequada entre os anos de 1973 e 1987 (DIAS, 2011, p. 10).
2008	13 de março ocorreram um lançamento criminoso de dejetos de uma tinturaria que poluíram completamente o Rio Dona Luiza, no centro da cidade de Atalanta, alcançando também o Parque Natural Municipal Mata Atlântica. Este crime ambiental coloca em risco toda a vida da fauna existente no parque, seja a vida aquática, quanto os animais que se alimentam de peixes e crustáceos ou que bebem a água do rio (PROCHNOW, 2008).
2011	07 de novembro foram à vez de o petróleo causar estragos ambientais sérios na Bacia de Campos, na região Norte do estado do Rio de Janeiro. Um vazamento ocorrido no campo de Frade, uma área de exploração petroleira offshore (em águas profundas) gerou o vazamento de milhares de litros de petróleo no mar, provocando um dos maiores acidentes deste tipo no país (RETROSPECTIVA, 2011).
2015	No dia 05 de novembro, ocorreu o rompimento da barragem de Fundão, pertencente ao complexo minério de Germano, no município de Mariana/MG. A barragem continha 50 milhões de rejeitos de mineração de ferro. Trinta e quatro milhões desses rejeitos (Lama) foram lançados no meio ambiente, e 16 milhões restantes continuam sendo carreados, aos poucos, para jusante e em direção ao mar, já no estado do Espírito Santo. Foi registrado o desaparecimento de 20 pessoas vítimas do desastre (IBAMA; DIPRO; CGEMA, 2015, p. 3).

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2016).

A partir do que destacamos neste último quadro sobre os principais desastres/acidentes ambientais ocorridos no Brasil, é retratado que *o rompimento da barragem de Mariana* foi considerado o maior desastre ambiental acontecido na história brasileira. Esse acontecimento representa um cenário da injustiça ambiental, em que uma minoria exerceu a exploração ambiental, enquanto a maior parte da população sofreu as consequências dos danos ambientais causados pelo acidente, pois, dentre todos os tempos, “2015” marcou um panorama de destruição e depredação do seu ambiente natural, deixando vítimas e desaparecidos, e, também, prejudicou a condição de vida do povoado local e causou impactos irreversíveis às áreas do território atingido. Isso é constatado através da imagem do que era antes e o depois do rompimento da barragem, conforme a *ilustração* da figura a seguir:

Figura 1 - Antes e depois do rompimento da barragem de Mariana



Fonte: Junior (2015).

A partir dos acontecimentos elencados, é tangível a interferência do ser humano no ciclo natural das riquezas da Terra, onde a sociedade do progresso industrial e tecnológico visa a atender somente a seu bel-prazer e satisfação, isentando a conscientização sobre os prejuízos ambientais quando passam a produzir inadequadamente em larga escala e sem pensar nos seus impactos para a natureza.

Assim sendo, as práticas de produção da indústria e a agroindústria espoliam as riquezas naturais. O nosso estilo de vida produz mais gases de efeito estufa, desmatamentos, queimadas, produção demasiada de resíduos (tóxicos, orgânicos e inorgânicos), captação inadequada dos recursos não renováveis, despejo de dejetos sanitários e industriais, e contaminação das águas, solos e ares, etc. Esse processo da relação do homem com a natureza acelera mudanças nos fenômenos naturais da Terra, e, assim, a poluição e os desastres ambientais refletem na própria humanidade.

Um desastre natural pode ser decorrente de atividades humanas, como o desmatamento de encostas próximas a áreas urbanas ou construções em áreas de risco, que pode intensificar as consequências de chuvas fortes. As chuvas dificilmente causa mais morte de pessoas por si só, mas os deslizamentos produzidos por elas em áreas próximas a leitos de rios ou abaixo de inclinações desmatadas podem causar danos às populações. (MARENGO, [2015], p. 5).

O cenário da poluição e os danos ambientais que afetamos sistemas ambientais retratam a crise socioambiental, que no bojo de suas questões elementares denotam que o evento climático representa hoje o principal fator de risco para a humanidade, que é “[...] composto de 3 (três) variáveis, a saber: vulnerabilidade, exposição e ameaça.” (ROAF, 2009 apud MARENGO, [2015], p. 50). Esse evento acometido pelo fenômeno do aquecimento do

sistema climático acontece pelas mudanças que interferem diretamente na manutenção da temperatura adequada do Planeta Terra.

O clima é um fenômeno natural da Terra onde parte do calor recebido do Sol mantém o globo aquecido, sendo esse um fator primordial para que haja a existência de *vida* no planeta. Contudo, o aumento dos eventos climáticos na escala mundial confirma a ocorrência de mudanças no sistema climático através do aquecimento global. Desse modo, temos assistido à intensificação desse aquecimento por intermédio das atividades/ações realizadas pelos homens ao lançarem demasiadamente gases de efeito estufa na atmosfera, desmatar as matas e florestas, poluir os rios e etc., e, com isso, superaquecendo a Terra.

De modo geral, cerca de 98% dos climatologistas no mundo concordam que o aquecimento global é um fenômeno em desenvolvimento e que, de acordo com o IPCC (2007), 95% das causas se devem à atividade antrópica. As opiniões contrárias dos 2% restantes dos pesquisadores, os chamados “céticos”, não são baseadas em argumentos científicos que demonstrem as incorreções dos trabalhos existentes. São apresentados apenas argumentos, a maioria com base em fenômenos astronômicos, sobre o aumento ou diminuição do CO₂, sobre a variação das temperaturas em milhões de anos e sobre eras glaciais [...]. (MARENGO, [2015], p. 50).

Para tanto, sobre isso no tocante às questões sobre os problemas socioambientais, Francisco (2015, p. 25) diz que as mudanças climáticas:

[...] são um problema global com graves implicações ambientais, sociais, econômicas, distributivas e políticas, constituindo atualmente um dos principais desafios para a humanidade. Provavelmente os impactos mais sérios recairão, nas próximas décadas, sobre os países em vias de desenvolvimento. Muitos pobres vivem em lugares particularmente afetados por fenômenos relacionados com o aquecimento, e os seus meios de subsistência dependem fortemente das reservas naturais e dos chamados serviços do ecossistema como a agricultura, a pesca e os recursos florestais. Não possuem outras disponibilidades econômicas nem outros recursos que lhes permitam adaptar-se aos impactos climáticos ou enfrentar situações catastróficas, e gozam de reduzido acesso a serviços sociais e de proteção. Por exemplo, as mudanças climáticas dão origem a migrações de animais e vegetais que nem sempre conseguem adaptar-se; e isto, por sua vez, afeta os recursos produtivos dos mais pobres, que são forçados também a emigrar com grande incerteza quanto ao futuro da sua vida e dos seus filhos. É trágico o aumento de emigrantes em fuga da miséria agravada pela degradação ambiental, que, não sendo reconhecidos como refugiados nas convenções internacionais, carregam o peso da sua vida abandonada sem qualquer tutela normativa. Infelizmente, verifica-se uma indiferença geral perante estas tragédias, que estão acontecendo agora mesmo em diferentes partes do mundo. A falta de reações diante destes dramas dos nossos irmãos e irmãs é um sinal da perda do sentido de responsabilidade pelos nossos semelhantes, sobre o qual se funda toda a sociedade civil.

No Brasil, isso não difere ao constatarmos que entre as diversas questões sobre os efeitos sobrevividos dos impactos ambientais, temos, por exemplo, a migração dos “nordestinos” para outras regiões do país, demonstrando o citado por Francisco, pois o mundo

está conectado a uma mesma esfera e lógica, a do “capital”. Os efeitos dos impactos ambientais demonstram que estamos sofrendo as consequências do modo que nos ligamos à natureza. Não obstante, com mais frequência os brasileiros também tem convivido com o aumento dos desastres ambientais no seu território.

Quadro4 - Principais desastres climáticos no Brasil no século XXI

Ano	Descrição e Observações Relevantes
2001	Foi registrado o déficit de chuvas durante o verão, e o outono de 2001 resultou em uma redução significativa do fluxo dos rios de toda a região Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil (MARENGO, [2015], p. 8).
2004	Em março de 2004, uma furacão atingiu a região litorânea do Estado de Santa Catarina. O evento foi denominado de Furacão Catarina, em que pela primeira vez foi registrado e documentado no oceano Atlântico Sul, inaugurando a visão de como um evento em grande escala pode contribuir para a mudança tropical em uma região antes considerada livre de furacões (MARENGO, [2015], p. 8).
2005	Grande parte do sudoeste da Amazônia sofreu uma das secas mais intensas dos últimos cem anos. A seca afetou gravemente a população humana ao longo do canal principal do rio Amazonas. Os níveis fluviais chegaram aos mais baixos da história, e a navegação ao longo desses rios teve que ser suspensa, isolando vilarejos e afetando o turismo e as moradias ao longo dos rios Solimões e Madeira (MARENGO, [2015], p. 9).
2008	No sul do Brasil, as chuvas fortes afetaram o estado de Santa Catarina de 22 a 24 de novembro de 2008 e causaram grandes inundações e deslizamentos fatais, que afetaram 1,5 milhões de pessoas, resultando em 120 mortes e deixando 69.000 pessoas desabrigadas (MARENGO, [2015], p. 6).
2011	Ocorreu na região serrana do Rio de Janeiro, com chuvas intensas, de volume anormal, atingindo toda a região serrana. Com isso “Os fenômenos naturais que ocorreram em janeiro de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro e que culminaram na morte de mais de novecentas pessoas, resultaram em uma tragédia que merece uma análise mais aprofundada, tanto do ponto de vista técnico, quanto político e social. [...] Este desastre climático foi considerado o maior da história do país, afetando diretamente 20 municípios e 90 mil pessoas. Foram 30 mil desabrigados e desalojados, bem como 916 vítimas fatais de enchentes, deslizamentos e desabamentos ocorridos entre 11 e 12 de janeiro de 2011.” (CASTILHO; FABRIANI; OLIVEIRA, 2012, [p. 2]).
2015	Ocorreu uma crise hídrica em várias regiões do país. “O prolongamento da seca mais severa dos últimos 80 anos manteve os efeitos da estiagem na maior parte dos municípios brasileiros, atingidos em 2014. Como resultado, o primeiro bimestre de 2015 registrou 932 municípios em situação de emergência, devido à seca ou à estiagem, conforme dados do Ministério da Integração. Em todo o ano de 2014 a quantidade de municípios na mesma condição foi de 1.265.” (SANEAR, 2015, p. 14).

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2016).

Ao destacarmos os impactos gerados pela crise socioambiental, incitamos a seguinte pergunta: Quem tem pagado o preço? Nesse caso, os únicos penalizados até hoje com os desastres ambientais foram a natureza e as suas próprias vítimas. Diante disso, cabe à sociedade cientificar que das suas causas e efeitos, a humanidade necessita repensar a instabilidade e o risco que estamos vivenciando, pois “[...] cada continente sofrerá os impactos ambientais e demais consequências conforme as particularidades locais.” (BARSANO; BARBOSA, 2013, p. 122). Sua gravidade apresenta conotações que advertem sobre a forma com que tem sido tratada essa questão até agora. Mais do que nunca precisamos construir e ampliar os aparatos legais para a *defesa* do socioambiental e contra os legados da injustiça ambiental.

1.4 O grito de manifesto: uma busca pela sustentabilidade

Ao pensarmos em meio ambiente, também são imprescindíveis reflexões sobre as relações tecidas na teia da vida social. Por isso, a *Legislação Ambiental* surge em resposta à questão socioambiental relacionada às contingências criadas pelo próprio homem. A preocupação social em razão à questão ambiental é algo recente, discutida num primeiro momento na cidade de Estocolmo, em 1972, na primeira *Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente*, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), tendo outras subsequentes conferências em prol da defesa do meio ambiente.

Através das Conferências sobre o Meio Ambiente foram sendo constituídos documentos e tratados de proteção ambiental, e também se fez presente o surgimento da ideia de sustentabilidade, que discute a produção e reprodução das atividades humanas, buscando garantia de igualdade entre os homens e deste com o ambiente. Com isso, “[...] incentivando a população a criar meios para resolver os problemas decorrentes da degradação ambiental e salvar o planeta.” (MENDES, 2009, p. 26). Pois o objetivo principal é que gerações futuras também possam ter condições de desfrutar dos recursos naturais que temos hoje à nossa disposição.

Foi nesse contexto que houve a elaboração da legislação ambiental, pois o *Direito* faz parte da organização da vida social e da história do desenvolvimento da sociedade, visto que para a constituição de muitos povos e nações, se fizeram permeadas pelas marcas de muitos conflitos e transformações societárias. E, junto a isso, a presença do Direito se faz necessário para instrução da sociedade civil.

[...] o Direito, dentre os mais diversos exemplos de conhecimento especializado, é aquele que mais diretamente interessa ao sistema social, pois é ele, basicamente, uma técnica de controle de comportamento, seja proibindo, obrigando ou permitindo determinadas ações, seja penalizando *aqueles que não se comportaram de acordo com o estatuto*. (ROVER, 2000, p. 4, grifo nosso).

Diante disso, o direito ambiental torna-se um exercício lógico dos demais direitos constituídos pelo homem, tendo por finalidade principal, por meio de suas leis, aplicar sanções, estudar e viabilizar os modos mais adequados de ordenar e organizar a sociedade, através das normas e regras constituídas para um convívio harmônico, “[...] daí incluído, mais recentemente e de forma necessária, um indispensável relacionamento saudável da sociedade com o meio ambiente.” (SILVA, D. M., 2007, p. 27).

Ainda nesta perspectiva é importante compreender que,

O Direito Ambiental, portanto, se constrói e evolui dentro de um estágio muito recente do fenômeno social, manifestando-se como efeito do reconhecimento da

dependência que a humanidade mantém em relação ao meio, haja vista sua necessidade de perpetuar a si própria, com padrões mínimos de bem-estar e diante da constatação de que os modos de produção e consumo por eles adotados são incompatíveis com a perpetuação de toda a teia da vida. [...] O jurídico, como resposta ao clamor social, toma como objetivo ordenar as relações socioambientais. Para tanto, busca instituir o meio ambiente como bem universal, propondo-se a protegê-la em benefício da própria humanidade assim, estabelecer o direito a um meio ambiente sadio e equilibrado como direito fundamental da humanidade de caráter intergeracional. (SILVA, D. M., 2007, p. 30-31).

Deste modo, um ambiente ecologicamente equilibrado e sustentável é um direito fundamental da humanidade e também está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

Art. 225 Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988).

E do mesmo modo encontra-se regida pela *Política Nacional do Meio Ambiente*¹⁷, onde esta lei:

Art. 2º [...] tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (BRASIL, 1981).

Neste caso, quando se trata da necessidade de manter a qualidade do meio ambiente, a legislação ambiental constitui um ato primordial para a proteção da vida humana e a sua dignidade, ademais, uma proteção ao meio ambiente como um todo, mantendo a sua saúde natural e a preservação das espécies, que são responsáveis por manter o equilíbrio do ecossistema, no qual o homem está inserido.

Para esse fim, o direito ambiental é normatizado a partir dos princípios éticos para elaborar suas normas e regras, buscando o que é justo, o caminho do bem, pois o direito é dotado de fê pública, a fê no sentido de dogmas e doutrinas a serem cumpridas com a finalidade de construir em linha reta a trajetória do bem, contendo normas e regras para o bem estar de todos, assim, a sociedade deve acreditar que o *Direito* existe com o objetivo de estudar, verificar e fazer valer o que é justo através da lei.

1.4.1 Os movimentos ambientais frente à questão socioambiental

¹⁷ BRASIL, Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Em meados do século XIX, com o agravamento dos impactos ambientais ocasionados no sistema ambiental pela ação antrópica, evidenciaram o surgimento da crise ecológica. Pois o estado de inquietação da sociedade consubstanciava sob a “[...] era do esgotamento da fertilidade do solo, só compatível com as preocupações e com a crescente poluição das cidades, o desflorestamento de continentes inteiros e os temores malthusianos de superpopulação.” (FOSTER, 2014, p. 211).

Com as manifestações da questão socioambiental aumentada a partir do século XX, incitaram a sociedade sobre o questionamento no tocante à necessidade do enfrentamento desta questão, seja para mitigar, deter ou ao menos frear a degradação ambiental causada ao meio ambiente e a provável escassez dos recursos naturais.

Os estudos acerca dessa questão emergiram neste período através dos movimentos ambientalistas¹⁸. Tais grupos muniram forças para lutar pela consciência ambiental em prol da preservação do meio ambiente. Por isso, foi de extrema importância a configuração dos movimentos sociais e ambientalistas, pois os movimentos representam as “[...] ações coletivas deliberadas que visam à transformação de valores e instituições da sociedade [...]” (CASTELLS, 2003 apud RODEGHERI; OLIVEIRA, 2013, p. 16).

Assim ocorreram indagações concomitantes a necessidade da preservação dos sistemas ambientais, sobretudo, a precisão de investimentos na realização eficaz e permanente para o desenvolvimento sustentável¹⁹, termo este que foi definido inicialmente como “[...] o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.”²⁰ Com isso, houve a propagação de que não deveria ser visado somente o crescimento econômico, mas a um desenvolvimento que respeite o equilíbrio ecológico, que faça uso racional dos recursos naturais, a fim de preservá-los para o hoje e o amanhã, desta forma garantindo a continuidade da espécie humana na Terra. Uma vez que,

A dinâmica destrutiva do sistema se mantém e se aprofunda a despeito do avanço das discussões sobre a necessidade de preservação/conservação dos bens naturais e dos investimentos realizados neste campo, seja através de tecnologias, da intensificação dos processos de educação ambiental ou mesmo da incorporação de indicadores socioambientais nas atividades mercantis, como expressão das

¹⁸ Sobre o movimento ambientalista destacamos que “Ambientalismo é o conjunto de ações teóricas e práticas visando à preservação do meio ambiente.” (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 29).

¹⁹ O termo desenvolvimento sustentável surgiu na *Conferência sobre o Meio Ambiente*, em Estocolmo, 1972, e posteriormente, evidenciou divergências entre os estudiosos da questão ambiental, ocorrendo mudanças quanto aos significados do termo para o âmbito da sustentabilidade em vários documentos subsequentes.

²⁰ Estabelecido na publicação do Relatório Brundtland no ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). (CMMAD, 1991, p. 9).

iniciativas de integração de fatores econômicos, ambientais e sociais [...]. (SILVA, M. G., 2010, p. 45).

Durante a Conferência de Estocolmo, 1972, foi criado o Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (PNUMA) para o monitoramento e avaliação dos problemas ambientais na esfera mundial.

Após 20 anos foi realizada pela Cúpula da Terra no Rio de Janeiro – Brasil, a ECO 92 ou RIO 92 – *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD). Onde os líderes e governantes de vários países se reuniram novamente para discutir sobre a questão ambiental e o desenvolvimento sustentável. A conferência contou com a participação de 179 países e a presença de organizações não governamentais (ONG's) ambientalistas de todo o mundo. Foi realizada a aprovação de medidas concretas para a preservação ambiental e apresentaram-se alguns avanços para o progresso do ecodesenvolvimento. Nesta conferência foi introduzida a Declaração do Rio de Janeiro para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 21²¹.

No ano 2000, a comissão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), após uma série de debates, aprovou *A Carta da Terra*, que foi elaborada com as definições sobre os princípios destinados a “restabelecer, proteger e conservar” o meio ambiente, bem como sobre sua importância para a conscientização e participação mundial na luta pela preservação ambiental. (BARSANO; BARBOSA, 2013, p. 112).

A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. O documento procura inspirar em todos um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral. É uma expressão de esperança e um chamado a contribuir para a criação de uma sociedade global num contexto crítico na História. A visão ética inclusiva do documento reconhece que a proteção ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento humano equitativo e a paz são interdependentes e inseparáveis. Isto fornece uma nova base de pensamento sobre estes temas e a forma de abordá-los. O resultado é um conceito novo e mais amplo sobre o que constitui uma comunidade sustentável e o próprio desenvolvimento sustentável. (COMISSÃO DA CARTA DA TERRA, 2000).

Posterior a isso, em 2009 foi realizada na cidade da Dinamarca a *Conferência das Nações sobre as Mudanças Climáticas*. Conhecida também como Conferência de Copenhague, teve a participação de 190 delegados de todo o mundo, onde foram debatidas

²¹ “A Agenda 21 é um documento que registra o compromisso com mudanças para o século XXI. Abrange temas como a preservação dos cursos das águas, dos oceanos, da biodiversidade e outros temas de cunha ambiental, social, econômico e político, sendo o documento base de orientação para os parâmetros do desenvolvimento de dois importantes acordos: a Convenção da Biodiversidade e a Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.” (BARSANO; BARBOSA, 2013, p. 123).

resoluções necessárias para prevenir as mudanças climáticas do aquecimento global. Contudo, houve poucos progressos nas negociações para adoção de medidas para conter os impactos para diminuir as emissões de gases poluentes na atmosfera. Os impasses foram os mesmos das conferências anteriores, ou seja, ainda prevaleceram os interesses econômicos, frente às necessidades e riscos apresentados. Sempre se coloca em primeiro plano questões políticas em vez de serem traçadas novas propostas (BARSANO; BARBOSA, 2013, p. 113).

Além do mais, também aconteceram outros encontros nacionais e internacionais para debater os problemas ambientais e estabelecer acordos entre os países signatários para, assim, determinar medidas e responsabilidades de preservação do meio ambiente entre os mais abrangentes aspectos existentes desta questão.

Quadro 5 - Principais Acordos e Convenções – Nacionais e Internacionais

Ano	Acordo	Descrição
1987	Protocolo de Montreal	A camada de ozônio, que é responsável por filtrar os raios ultravioleta B emitidos pelo Sol, teve sua degradação pela influência de gás clorofluorcarbono (CFC) e outras substâncias químicas halogenadas artificiais, que em reação com as moléculas de ozônio destroem essa barreira natural. Por isso, foi firmado neste ano o Protocolo de Montreal, com adesão de 47 países e a redução de mais 80% da utilização desses agentes nocivos.
1992	Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas	Teve como objetivos a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais e a distribuição dos benefícios gerados na utilização desses recursos, e teve a confirmação de 168 países em respeitar o acordo. O Brasil ratificou sua posição, para o cumprimento dos compromissos acordados, com a criação do Programa Nacional da Diversidade Biológica.
1992	Tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global	No Fórum Global das Organizações Não Governamentais foi realizado, simultaneamente à reunião de chefes de Estado ocorrida na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio de Janeiro, em 1992, contando com a participação de 15.000 profissionais atuantes na temática ambiental. Nesse evento foram ratificados 32 tratados, dentre eles o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, documento que constitui marco referencial da Educação Ambiental – EA. Tornou-se a Carta de Princípios da Rede Brasileira de Educação Ambiental, e das demais redes de EA a ela entrelaçadas.
1994	Convenção da Biodiversidade	Foi assinada durante a Cúpula da Terra (ECO 92) por 155 países e entrou em vigor em março de 1994, com a finalidade de obter a estabilidade das concentrações de gases que provocam o efeito estufa na atmosfera a níveis que não interfiram no sistema climático do planeta, com proposta de redução de até 20% da emissão de poluentes (principalmente o CO ₂) até o ano de 2000, meta que foi recusada pelos EUA e os países árabes.
1998	Protocolo de Kyoto	Teve como objetivo afirmar acordos e outras discussões, com intuito de estabelecer metas de redução de gases poluentes dos países industrializados e outras atividades potencialmente poluidoras. Para o êxito no cumprimento das metas de redução os países são obrigados a reduzir em torno de 5,2% a emissão de gases poluentes entre os anos de 2008 e 2012, que incluem, entre outros, compostos poluentes originários de dióxido de carbono (CO ₂), gás metano e hidrocarbonetos.

Ano	Acordo	Descrição
2001	Tratado de Estocolmo	127 países assinaram o “Tratado de Estocolmo”, na Suécia, para o banimento de substâncias conhecidas como Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), com o intuito de erradicar os compostos tóxicos mais agressivos ao meio ambiente, os quais constituem 12 substâncias com características cancerígenas, a maioria utilizada na fabricação de inseticidas e herbicidas, além de resíduos provenientes de queimas em incineradoras.

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva baseado em (BARSANO; BARBOSA, 2013, p. 112, 141).

Por último, depois de 20 anos da ECO 92, no ano 2012, foi realizada a Rio+20 – *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*, tendo a sede para o encontro a cidade do Rio de Janeiro. A Conferência debateu dois temas principais: o primeiro assunto destacado foi sobre a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e o segundo tema desenvolveu discussões sobre o quadro institucional para o desenvolvimento sustentável. Sendo os objetivos primordiais do evento a constituição de pautas que assegurassem um comprometimento político renovador, sendo avaliado o progresso e as lacunas existentes na implementação e nos resultados dos principais encontros já realizados sobre o desenvolvimento sustentável.

Dos eventos elucidados apreendemos que a temática pobreza e o meio ambiente nortearam desde o início os estudos frente às formulações dos documentos intrínsecos às agências internacionais. Segundo Maria das Graças Silva (2010, p. 34), esse binômio comparece como temas centrais para a chamada sustentabilidade social e são representados a partir de duas teses distintas que seriam a do “círculo vicioso” e a do “duplo caminho”, em que ambas as hipóteses “[...] a pobreza ocupa o lugar determinado como fator elucidativo da degradação ambiental.” E na segunda concepção atenta que “as políticas sociais são enfatizadas”, visto que é preciso “resolver” a pobreza para atacar os efeitos da destrutividade sobre o meio ambiente. Quanto a isso, a autora ressalta a efeito da crítica, que

Os limites destas formulações, tanto a tese do ‘círculo vicioso’ quanto a do ‘duplo caminho’, são evidentes. A primeira, ao responsabilizar a pobreza pela degradação ambiental aponta para uma saída moral a que seriam os pobres – em especial os dos países periféricos – que devem ter sua capacidade de reprodução biológica reduzida. Nestes termos, a redução da pobreza equivale à redução do número de pobres, enquanto a dinâmica de acumulação, o crescimento econômico e a desigualdade social seguem intocados, mantendo-se o mercado como principal regulador da relação entre sociedade e natureza. [...] No segundo caso, o combate a pobreza representa um *veículo* ou um *meio* para se obter sustentabilidade ambiental, não sendo, portanto aquela considerada um problema em si mesmo. Esta abordagem dual – sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social – é marcada por sucessivas tensões entre ambas, já que as saídas apontadas para o equacionamento desta questão conferem primazia à sustentabilidade ambiental e são de natureza essencialmente técnica. (SILVA, M. G., 2010, p. 35, grifo do autor).

Assim sendo, o discurso representa uma falácia no sentido de prever o combate à pobreza como mecanismo para se obter a sustentabilidade ambiental, com isso camuflando ainda mais a (re)produção da questão socioambiental e suas múltiplas expressões através das relações capitalistas. Desse modo, o desenvolvimento sustentável acaba permeando uma dicotomia de interesses inerentes à manutenção do desenvolvimento produtivo.

1.4.2 Dialogando sobre a ética ambiental

Segundo Sánchez Vázquez (1996, p. 4) a ética é um comportamento pautado por normas, ou em que consiste o fim - o bom - visado pelo comportamento moral, de que faz parte o procedimento do indivíduo concreto ou o de todos. Portanto, a ética estuda o comportamento humano e possui como objeto de estudo a moral, a qual se constitui dos valores, princípios e costumes culturais.

Etimologicamente, embora tanto a antiga língua grega como a latina utilizem os dois termos, *éthos* inscreve particularmente na cultura da Grécia clássica, enquanto o termo *mos-moris* inscreve-se na cultura romano-latina. A civilização latina herdou o conceito de ética do debate filosófico da Grécia clássica e preservou-lhe o sentido de reflexão teórica. Assim, ética significa, em primeiro lugar, o ramo da filosofia que fundamenta cientificamente e teoricamente a discussão sobre valores, opções (liberdade), consciência, responsabilidade, o bem e o mal, o bom e o ruim etc., enquanto o termo *mos-moris* (moral) refere-se principalmente aos hábitos, aos costumes, ao modo ou maneira de viver. Assim, qualifica-se um certo hábito ou costume de virtuoso ou vicioso e um certo modo de agir ou viver de moral ou imoral. Ao contrário, o termo ética, por remeter à fundamentação filosófica da própria moral, geralmente não se qualifica. (NOSELLA, 2008, p. 256).

Como abordamos anteriormente, hoje temos vivenciado uma cultura globalizada da dominação do homem pela natureza, da (re)produção, do consumo e do descarte, e, assim, “A ética da sociedade dominante é utilitarista e antropocêntrica. Considera o conjunto dos seres a serviço do ser humano, que pode dispor deles a seu bel-prazer, atendendo aos seus desejos e preferências.” (BOFF, 2015, p. 25-26). Com isso, a ética que vivemos é condizente com a exclusão moral e camufla qualquer possibilidade de outra forma de relação com o meio ambiente.

Assim, vivemos uma crise ecológica que perpassa pelo campo social, político, econômico, ambiental e cultural, onde a crise dos valores (da moral) também prevalece no campo da vida – do ser social como ser ontológico – em que os sujeitos já não reconhecem o “ser”, mas sim o “ter” ou mesmo “o aparecer ter”. Através disso, é possível compreender a

conduta humana pela busca incessante de bens materiais e pela riqueza (consumo e conforto) em face da degradação social e ambiental.

Nas condições da sociedade burguesa, ela é alienada porque contribui para reprodução de um determinado *ethos* funcional à ordem social reificada; atende, através de suas mediações particulares, a necessidades sócio-econômicas e ideopolíticas de (re)produção das relações sociais capitalistas. (BARROCO, 2007, p. 58, grifo do autor).

Para tanto, a ameaça em torno dos sistemas ambientais da qual acompanhamos na atualidade é uma questão similarmente de conduta ética, assim como afirma Nalini (2001, p. 22, grifo do autor):

A ameaça ao meio ambiente é uma questão eminentemente ética. Depende de uma alteração de conduta. A antiga filosofia sustentava que a função do conhecimento era sustentar uma ética. Já o pensamento *moderno obedece a um designo transformador: a finalidade do saber é procurar domínio sobre o entorno para poder modificá-lo.*

Com isto, podemos entender que a degradação socioambiental também está eminentemente interligada às questões da *ética*, por meio de comportamentos, crenças, valores e costumes culturais constituídos na sociedade. Mediante a isso, podemos dizer que “A ecologia dá corpo a uma preocupação ética, também cobrada de todos os saberes, poderes e instituições [...]” (BOFF, 2015, p. 20). Pois:

[...] a ética possibilita a elevação aos valores humano-genéricos, mas sua necessária abstração teórica não a isola da práxis; como filosofia crítica interfere indiretamente na realidade, contribui para a ampliação das capacidades ético-morais [...] A ética realiza sua natureza de atividade propiciadora de uma relação consciente com o humano-genérico quando consegue apreender criticamente os fundamentos dos conflitos morais e desvelar o sentido e determinações de suas formas alienadas; quando apreende a relação entre a singularidade e a universalidade dos atos ético-morais; quando responde aos conflitos sociais resgatando os valores genéricos; quando indaga radicalmente sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu principal fundamento. (BARROCO, 2007, p. 55-56).

Desse modo, necessitamos despertar para novos princípios e valores “[...] que dizem respeito à consciência moral, isto é, à capacidade humana de escolher valores, de agir com base nestas escolhas e se responsabilizar por elas [...]” (BARROCO, 2007, p. 57), para assim desmistificar o comportamento de dominação da natureza e quebrar paradigmas. A ética, por sua vez, também representa reflexões tangíveis à transformação da sociedade para que a visão ecológica seja interligada e de dependência entre social e o ambiental. Com isso, a ética ambiental norteará sua constituição e o aperfeiçoamento de outra ferramenta de apoio: a legislação ambiental, bem como sua própria efetivação.

A ética ambiental analisa nossos deveres morais diante dessas questões: quais os direitos e obrigações que temos quanto ao meio ambiente, e os temos por quê? Parece que temos obrigações de cuidado ambiental derivadas do respeito aos que, como nós, vivem hoje, aos que viverão no futuro e, também, a entidades do próprio ambiente. Há filósofos e ambientalistas se dedicando a cada um desses compartimentos e há muito bom material produzido. Um fato importante é que os avanços do conhecimento científico a respeito do funcionamento de biomas e ecossistemas podem influenciar muito as posições, atitudes e estratégias da ética ambiental. (AZEVEDO, 2010, p. 2).

Assim sendo, utilizá-la como ferramenta para a educação ambiental é relevante ao diálogo da construção sobre a *ética socioambiental*, como também para nortear as definições de *sustentabilidade* socioambiental a partir da conscientização da população de que o meio ambiente não é uma fonte inesgotável de matérias primas para a produção de bens materiais e que, neste caso, a sociedade tem o dever de preservá-la.

Para isso, apreendemos que neste cenário da questão socioambiental necessitamos de mecanismos legais para constituir um aparato disciplinar diante da atual conjuntura da realidade mundial, ou seja, para defesa e luta pela preservação do meio ambiente. A ética é uma via essencial nesse processo, já que esse é um instrumento que discute a conduta da ação humana, e desta com a natureza. Pois deve ser pautado o bem estar dela e de todos os seres vivos, nas quais prevaleçam valores e comportamentos sustentáveis ao equilíbrio do sistema ambiental. Assim devemos pensar uma nova maneira de viver, com novos paradigmas de vida, que elevem o sujeito a ser um cidadão ecológico, ou seja, sujeitos ecológicos baseados em direitos e deveres, valores éticos que promovam o respeito, o compromisso, a sensibilidade e a responsabilidade com a vida e a natureza.

À vista disso, a ética ambiental se faz presente no que tange ao ato da conscientização sobre o comportamento humano frente à degradação dos recursos naturais, tomando para si como alicerce destinado à construção do paradigma ecológico, e, ainda, para efetuação da justiça social e ambiental, pois é impossível haver justiça social sem que haja justiça ambiental.

1.4.2 Política pública ambiental: uma ênfase na educação ambiental

A gestão das políticas públicas é um processo importante para o desenvolvimento da organização da vida social contida no tecido das relações sociais. De certo modo “[...] é revelador da interação de um conjunto muito rico de determinações econômicas, políticas e culturais, no mesmo passo em que é coberto pelo véu ideológico do ‘mundo pseudoconcreticidade’.” (BEHRING; BOSCHETTI, 2009, p. 25, grifo do autor).

A característica dominante das políticas públicas é a capacidade de o Estado intervir na sociedade no sentido de equilibrar conflitos entre os planos individual e coletivo, sobretudo aqueles provocados pela economia de mercado. As políticas públicas são determinações estratégicas de curto ou longo alcance que podem ser econômicas, sociais, militares, científicas, ambientais, educacionais etc. E as condições que as envolvem são: 'reflexão', 'escolha' e 'decisão', que por sua vez se desdobram em formulação, planejamento, execução e avaliação. Importa saber, a despeito de algumas opiniões divergentes, que toda política pública é uma ação estatal, uma vez que sua formulação, incentivo e recursos são patrocinados pelo Estado. É óbvio que o Estado pode delegar uma ou outra ação a terceiros, isso, claro, desde que consentida pela norma jurídica, pelo interesse público, necessidade coletiva sem ingenuidades. (TROTТА, 2010, p. 82, grifo do autor).

Em relação à política pública ambiental, Barbieri (2011, p. 65) retrata que gestão ambiental passou a ser desenvolvida pelos governos dos Estados nacionais à medida que os problemas ambientais começaram a provocar danos sociais. “As primeiras manifestações de gestão ambiental procuravam solucionar problemas de escassez de recursos, mas só após a Revolução Industrial os problemas que concernem à poluição começaram a ser tratados de modo sistemático.” Assim, as iniciativas surgiram a partir de medidas corretivas, “[...] os governos só enfrentavam os problemas ambientais depois que eles haviam ocorrido, embora isso ainda aconteça.” Como esse modo de agir era fragmentado, ele demonstrava baixa eficácia, portanto, após a década de 1970, começaram a surgir novas formas de tratar as questões ambientais, para que assim fossem de modo articulado e preventivo.

Assim, os debates e os acordos internacionais foram relevantes para o desenvolvimento das políticas ambientais, no âmbito do global para o local e vice-versa.

Para o cumprimento dessa política, tomam como base a legislação ambiental para a fundamentação dos instrumentos e aparatos legais que visam à regulamentação da ação antrópica.

Mediante isso, é significativo vislumbrarmos que a “[...] política pública ambiental deve contemplar a educação ambiental como um de seus instrumentos [...]” (BARBIERI, 2011, p. 82), visto que a educação ambiental também complementa os demais instrumentos por ser um aparato educativo. Por isso que, na interface da educação na sociedade, tem-se como base fundamental neste processo o “ensinar e aprender”, num contínuo processo de sociabilização, pois “Se a educação sozinha, não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p. 67).

Assim, a educação ambiental deve emergir como um mecanismo para a construção de um novo paradigma, o ecológico. Para isto, buscamos apreender como parte desse processo as

conotações incitadas no preâmbulo do *Tratado de Educação Ambiental para Sociedade Sustentáveis e Responsabilidade Global*²²:

Consideramos a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário. (CNUMAD, 1992).

A partir disso, no Brasil também é deliberada a *Política Nacional de Educação Ambiental*, em que constam todos os níveis e modalidades do processo educativo, assim como prescreve o Art. 2 da Lei n. 9.795/99 que:

A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal. (BRASIL, 1999).

Além disso, esta mesma lei apresenta como alguns de seus objetivos:

Art. 5 O desenvolvimento de uma compreensão integrada sobre o meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos a garantia de democratização das informações ambientais; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social; o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania; o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade; o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia e o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade; o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social. (BRASIL, 1999).

Sobremaneira, para falarmos sobre os problemas ambientais é uma matéria que também está imbricada à educação ambiental, pois é no processo da educação que podemos desvendara conscientização acerca desses problemas, as quais demandam a promoção de reflexões que indagam à construção de um novo paradigma para que venham prover outra forma de agir com o meio ambiente, ora seja para tratar dos direitos e/ou dos deveres, ou mesmo para elevar o cidadão a tornar-se um sujeito ecológico. Pois, como tem sido tratada a

²² Pela relevância do Tratado, o texto completo constitui parte dos anexos neste trabalho.

questão ambiental na atualidade? Quais são os valores que temos dado a esta questão? A partir disso, devemos refletir que as questões ambientais transfiguram a essência para o diálogo da vida.

Para tanto, ao ser conceituado o papel da educação ambiental nas políticas ambientais, recorre que no seu primeiro cenário surge a partir da compreensão inicial baseada numa tradição naturalista da visão socioambiental, onde eram vistas as relações da interação homem-natureza definidas a partir do homem social e a natureza biológica. Isso representava uma dicotomia entre a natureza e o ser humano. Por isso, hoje Carvalho (2012, p. 65) ressalta que a educação ambiental troca as lentes pedagógicas para exercício da crítica e a formação do sujeito ecológico como base de atuação, pois:

Os processos de formação de uma consciência ecológica passam [...] pela história do movimento ecológico e da própria Educação Ambiental. A tomada de consciência do problema ambiental tem que ver também a crescente visibilidade e legitimidade dos movimentos ecologistas que vão ganhando força e conquistando adeptos para um núcleo de crenças e valores que apontam para um jeito ecológico de ser, um novo estilo de vida, com modos próprios de pensar o mundo e, principalmente, de pensar a si mesmo e as relações com os outros neste mundo. (CARVALHO, 2012, p. 65).

Por conseguinte, a sociedade traz no seu contexto sócio-histórico as diversas crises cíclicas entorno da vida social, da qual resultam a crise ecológica atual. Sob a égide da crise socioambiental muitos são os desafios para superar esses conflitos, pois os debates e os esforços para a consciência ambiental são recentes equiparados ao tempo de relevância do modo de produção capitalista. Por isso a ética, a legislação e a educação ambiental como instrumentos epistemológicos na sociedade são um novo percurso para trilhar a construção do paradigma ecológico a partir da sustentabilidade socioambiental. Em suma, presumimos acerca dos aspectos apreendidos nesta temática, “[...] de que toda mudança tem necessidade de motivação e de um caminho educativo [...]” (FRANCISCO, 2015, p. 15).

Por fim, de modo geral não foi nossa pretensão esgotar o estudo sobre os fundamentos da questão socioambiental, por se tratar de um assunto amplo e complexo; incitamos contextualizar os principais elementos do movimento real acerca desta questão, para então podermos analisar no próximo *Capítulo* as suas inter-relações no exercício profissional do Serviço Social mediante a temática.

CAPÍTULO 2 QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL

A exigência de abandonar as ilusões sobre sua condição é a exigência de abandonar uma condição que necessita de ilusões. (Karl Marx).

2.1 O Serviço Social brasileiro

A mundialização da lógica mercadológica sob a hegemonia do grande capital financeiro rege as relações sociais em todo o mundo. São acompanhadas pelas linhas das forças que constituem o poder da sociedade capitalista moderna. Esse sistema é o condutor da exclusão e da desigualdade social e “[...] tende à redução da condição humana e, nesse sentido, relaciona e fundamenta diversas formas de violência à existência individual e coletiva.” (SALGADO, 2010, p. 1).

Nesse cenário, o Serviço Social tem sua gênese marcada pelas “[...] demandas sócio-históricas que incidem sobre o enfrentamento das sequelas da ‘questão social’ por parte do Estado e das classes dominantes, no contexto do capitalismo moderno.” (BARROCO, 2007, p. 73, grifo do autor). Desse modo, o Serviço Social é uma profissão permeada pelas relações sócio-históricas²³ e tendo suas dimensões interligadas pela dinâmica tecida por meio dessas relações e nos processos sociais que determinam a vida em sociedade.

Os assistentes sociais *trabalham* com a *questão social* nas suas mais variadas expressões cotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública, etc. *Questão social* que sendo desigualdade é também rebeldia por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do Serviço Social. (IAMAMOTO, 2005, p. 28-29, grifo nosso).

A autora também enfatiza em seus estudos que:

A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma *arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas*. Suas expressões condensam suas múltiplas desigualdades *mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais*, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2009a, p. 27, grifo do autor).

Hoje, os países vêm sofrendo os impactos do ajuste da reestruturação produtiva em torno das suas políticas sociais. No Brasil, as políticas públicas estão vivenciando mudanças

²³ “O assistente social convive cotidianamente com as mais amplas expressões da questão social, matéria-prima de seu trabalho.” (FALEIROS, 2011, p. 36).

adjuntas ao desmonte dos direitos democráticos promulgados na sua Carta Magna – Constituição Federal de 1988. Foram conquistas e lutas do povo brasileiro, mas que estão sendo espoliadas pela a atual conjuntura política, econômica e social.

Em síntese, no caso brasileiro, a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional. Ela aprofunda as disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial da renda, prestígio e poder. Engendra uma forma de dominação política, de cunho contra revolucionário, em que o Estado assume o um papel decisivo não só na unificação do interesses das frações e classes burguesas, como na imposição de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade. (IANNI, 1984 apud IAMAMOTO, 2007, p. 132).

Por isso, a fragilidade nas políticas públicas vem representando mudanças que demarcam a constituição de: políticas compensatórias; programas focalizados; manutenção aparente do equilíbrio social; privatização dos direitos sociais; políticas eminentemente seletivas; participação e resolução individualistas dos problemas sociais e ambientais.

São conotações resultantes da reestruturação produtiva do capital moderno a partir de políticas de ajuste estrutural. É importante levar em consideração que seus avanços atravessaram fronteiras, onde o atual projeto ideo-político neoliberal orientam os países na sua organização social:

Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonham, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas [...]. (ANDERSON, 1995, p. 18).

Segundo Iamamoto (2005, p. 9) as resultantes dessa política delegam à concentração do “capital, renda e poder” da atual conjuntura do país, acarretando o “[...] agravamento da questão social, que tem no emprego e subemprego suas mais nítidas expressões.” Com isso, certifica-se uma *precarização* dos elementos essenciais da condição de vida da maior parte dos segmentos da população brasileira.

Ao apreender essa realidade no trabalho cotidiano, o(a) assistente social²⁴ intervém em prol dessa população pauperizada nas suas “[...] múltiplas expressões da questão social.” (IAMAMOTO, 2005, p. 18). Pois, “[...] o Serviço Social é uma *especialização do trabalho, uma profissão particular inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo da sociedade.*” (IAMAMOTO, 2005, p. 22, grifo do autor). E também pela “[...] chamada

²⁴ “[...] atua no âmbito das relações sociais, junto a indivíduos, grupos, famílias, comunidade e movimentos sociais, desenvolvendo ações que fortaleçam sua autonomia, participação e exercício de cidadania, com vistas à mudança nas suas condições de vida. Os princípios de defesa dos direitos humanos e justiça social são elementos fundamentais para o trabalho social, com vistas à superação da desigualdade social e de situações de violência, opressão, pobreza, fome e desemprego.” (CFESS, 2010).

‘prática profissional’ profundamente condicionada pelas relações entre o Estado e a Sociedade Civil, ou seja, pelas relações entre classes na sociedade, rompendo com endógena no Serviço Social.” (IAMAMOTO, 2005, p. 23, grifo do autor).

O assistente social ingressa nas instituições empregadoras como parte de um coletivo de trabalhadores que implementa as ações institucionais, cujo resultado final é fruto de um trabalho combinado ou cooperativo, que assume perfis diferenciados nos vários espaços ocupacionais. (IAMAMOTO, 2007, p. 421).

Mediante esta tarefa, os(as) assistentes sociais constituem contundentes balizas nas suas relações de trabalho por meio do seu projeto ético político profissional, da qual embasam as suas intencionalidades e os entraves através de um cunho teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político que fundamenta e ao mesmo tempo conduz sua mediação em direção às rupturas, o que equivale à abolição da sociedade pelo domínio do sistema capitalista. À vista disso, a categoria profissional realiza ações para novas formas de promover mudanças e reflexões para além de si mesmas. Por isso, se torna essencial que profissionais vislumbrem suas intervenções cotidianas para a construção de uma sociedade alternativa ao cenário contemporâneo.

O exercício da profissão exige um sujeito profissional que tenha competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além de rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho. (IAMAMOTO, 2007, p. 25).

Segundo Paulo Netto (1999, p. 95), os projetos societários representam os projetos construídos no coletivo, em que “[...] seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade”, para que estes projetos possam refletir também noutros elementos sociais, como, os de: gênero, raciais, culturais, étnicas, e etc. Ou seja, os projetos societários são os projetos da vida social, onde o Serviço Social enquanto profissão partilha dos projetos que apresentam valores legítimos socialmente; que tenha finalidade com a transformação social e a luta de classes. Outrossim, nos termos de Paulo Netto (1999, p. 95), os projetos profissionais “[...] apresentam a auto imagem da profissão [...]”, onde são definidos valores profissionais que os viabilizem socialmente; que sejam determinados os seus objetivos e funções, das quais são elaborados requisitos técnicos, institucionais e práticas a serem desempenhadas; também são prescritas as normas de conduta e estabelecidas a natureza da relação com os usuários dos seus serviços e com outras profissões e as organizações, públicas e privadas.

Pensar o projeto profissional supõe articular uma *dupla dimensão*: de um lado, as condições macros-societárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2007, p. 222, grifo do autor).

Por isso, essa categoria profissional trabalha sob o intermédio do seu código de ética profissional²⁵, sendo este um documento legal em que o(a) assistente social “[...] *afirma seu compromisso com a autonomia, com a emancipação e com pleno desenvolvimento dos indivíduos [...]*.” (SILVA, J. F. S., 2013, p. 185, grifo do autor).

Sobremodo, para que sejam estabelecidas práticas de *emancipação*, subentendemos que a emancipação social constitui-se como parte nesse processo, da qual também representa o seu próprio resultado. Desse modo, os(as) assistentes sociais fundamentam sua atuação por meio de valores éticos críticos, leitura contextual da história movimentada pela investigação e argumento de defesa vinculada à emancipação como processo essencial para desvendar as características mascaradas a humanidade e suas consequências desumanas. (LUIZ, 2013, p. 89).

Para chegar a constituir uma revolução processual serão necessários procedimentos intermediários, consideradas como ‘rupturas moleculares’, como, por exemplo: a elevação cultural das massas, a propagação de perspectivas pedagógicas críticas, a ocupação de posição na sociedade civil, organizações sociais e demais categorias [...]. (LUIZ, 2013, p. 112, grifo do autor).

Ademais, para Luiz (2013, p. 84) “[...] a emancipação social passa pelo alargamento e aprofundamento da democracia [...]”, e, está implicado no cultivo de um campo imenso de revalorização da comunidade, da história, da experiência, da cultura, da participação, que constituem, por excelência, a pedagogia da emancipação.

Abreu (2002, p. 17), ao falar sobre o processo pedagógico, incita que a prática profissional do(a) assistente social dispõe da materialização de sua função pedagógica (educativa) mediada pelas políticas públicas e pelos processos de organização cultural, onde tal função deve ser exercida nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, na relação cotidiana com os usuários, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta, consubstancia-se no terreno da elaboração e difusão ideológica dos elementos moleculares de uma cultura, entendida no sentido gramsciano como sociabilidade.

[...] a função pedagógica do assistente social em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. (ABREU, 2002, p. 17).

²⁵ Código de Ética Profissional do Assistente Social, resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993.

Significando, com isso, que o Serviço Social possui desafios nos quais permeia a expansão da pedagogia emancipatória frente às mediações profissionais para além de sua imediatividade, com ações da práxis transformadora que demandam a construção da participação, da formação e o exercício da cidadania, pois “A emancipação só acontece de fato quando o cidadão exerce seus direitos políticos, que tem por essência de conteúdo a participação na vida da comunidade.” (MARX, 2005, p. 22). O que também requer considerações para uma concepção de democracia que inclua “[...] a socialização da economia, da política e da cultura na direção da emancipação humana, isto é, da erradicação dos processos de exploração, dominação e alienação.” (IAMAMOTO, 2009b, p. 35).

O Serviço Social, enquanto profissão inscrita no tecido das relações sociais, assim se manifesta a partir do *paradigma da correlação de forças*²⁶ como possibilidade de alternativas de *empowerment*²⁷ frente às forças do poder estabelecido, pois com elas podemos encontrar novas formas de conduzir a vida do gênero humano e, para isto, levando em consideração a priori que “[...] temos de emancipar-nos a nós próprios, antes de podermos emancipar os outros.” (MARX, 2005, p. 5). Reconhecemos, com isso, que a emancipação é um processo que produz a autonomia intelectual, política e cultural dos indivíduos e do coletivo.

Sobretudo se ainda prevalecer essa configuração permeada pelo sistema hegemônico, tão longe estaremos de atingir o *empowerment* para a emancipação humana, e ainda mais longe de concretizar a emancipação social e política dos sujeitos enquanto cidadãos de direitos universais. Pois essa dinâmica da vida social caminha para uma gradual sucataização dos mecanismos sociais e também os ambientais, tão *necessários e essenciais* para o desenvolvimento e a perpetuação da vida humana.

²⁶ “[...] *paradigma da correlação de forças*, a concepção da intervenção profissional como confrontação de interesses, recursos, energias, conhecimentos, inscrita no processo de hegemonia/contra-hegemonia, de dominação/resistência e conflito/consenso que grupos sociais desenvolvem a partir de seus projetos societários básicos, fundados nas relações de exploração e de poder.” (FALEIROS, 2011, p. 44, grifo do autor).

²⁷ “[...] conceito de fortalecimento ou empowerment como objeto de intervenção profissional. [...] Que é definido, por, Solomon, na citação de Lee (1994, p. 13), como processo em que o assistente social se engaja num conjunto de atividade como cliente... que objetivam reduzir a falta de poder a um grupo que foi criada pelas avaliações negativas sobre seu pertencimento a um grupo estigmatizado. Envolve a identificação dos blocos de poder que contribuem para o problema, assim como o desenvolvimento e implementação de estratégias específicas objetivando tanto a redução dos blocos de poder indiretos como a redução das operações dos blocos diretos de poder.” (FALEIROS, 2011, p. 22, 51).

2.2 Questão socioambiental e os desafios ao Serviço Social

Iniciamos neste momento uma reflexão sobre as inter-relações à vista da questão socioambiental e o Serviço Social, posto que ao apreendermos em síntese que *o objeto* de trabalho do Serviço Social se configura de acordo com as transformações e demandas sócio-históricas, denotamos que estas se apresentam à profissão entre os conjuntos generalizados das sequelas produzidas pela *questão social*. Não obstante, à *questão socioambiental* também se coloca a profissão como sendo uma das suas expressões, pois

[...] a questão social fomentou o surgimento do Serviço Social, para intervir junto às expressões das relações contraditórias no capitalismo, podemos admitir que a problemática ambiental, se configura também como um reflexo das determinações hegemônicas no contexto sócio-histórico, sentida até os dias atuais. (OLIVEIRA, 2013, p. 41).

De acordo com Maria das Graças Silva (2010, p. 147), constata-se nos seus estudos que “[...] a exacerbação da questão ambiental e de suas múltiplas expressões vem configurando um novo campo de intervenção profissional, mediado pela incorporação dessa temática ao universo das empresas, das ONG’s e do Estado.” A temática vem instigando o Serviço Social brasileiro a contemplar novos estudos e intervenções nessa área, devido ao surgimento de novas demandas postas à profissão.

O Serviço Social tem junto as questões ambientais um espaço que deve ser ocupado, dada a importância de que se revestem tais questões. Estas oportunizam inúmeras condições de intervenção do Serviço Social em ações de mobilização, organização das populações, quando ameaçadas pela degradação do seu Meio Ambiente, ou de educação dessa mesma população para sua preservação, bem como pelas inúmeras possibilidades de estudos interdisciplinares nessa área em que o assistente social pode contribuir com sua fundamentação teórico-metodológica. (ANDRADE; CRUZ; SILVA, 2007, p. 84).

Além disso, o Serviço Social é uma profissão que luta por melhor qualidade de vida no que tange à condição da habitação, trabalho, saúde, educação, lazer, e etc, que similarmente deve estar interligado a um ambiente sadio e preservado, a fim de possibilitar que as presentes e futuras gerações possam suprir as suas necessidades e usufruir das suas riquezas naturais, ou melhor, para que a vida se perpetue e não se acabe.

E quando nos referimos ao termo *qualidade de vida*, buscamos compreendê-la através dos conceitos de Barroco (1999, p. 73), pois a autora a define como sendo uma noção que envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização dos acessos à condição de preservação do homem e do meio ambiente, uma vez que

[...] a qualidade de vida é a possibilidade de melhor distribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica dos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo de respeito ao homem e a natureza, como o menor grau de degradação e precariedade. (BARROCO, 1999, p. 73-74).

Contudo, a crise ecológica contemporânea vem permeando um novo quadro na esfera social acrescido pelas manifestações da questão socioambiental, englobando os problemas sociais e os ambientais, significando uma indissociabilidade em que o primeiro está diretamente interligado ao outro. Desse modo, quando nos deparamos com questões particularizadas à miséria, pobreza, desigualdade social, violência, desemprego, precarização do trabalho, falta infraestrutura (saneamento básico) habitacional, subnutrição, proliferação de doenças, e entre outros, também poderá ser essa uma questão que estará diretamente relacionada a outras situações advindas da poluição, degradação ambiental, exploração desmedida da natureza, esgotamentos de recursos naturais, problemas originados do consumo de descartáveis, o descumprimento das leis de proteção ambiental, e, etc.

Esses elementos denotam a caracterização da desqualificação da qualidade ambiental, e, por conseguinte, sobre a qualidade de vida dos indivíduos e do coletivo, e vice-versa.

Por isso, a (re)produção da questão ambiental e suas múltiplas expressões, quando acrescidas pela condição sócio-histórica, consequentemente, os seus efeitos têm passado a configurar o cotidiano de muitas pessoas.

A sua dimensão social, econômica, política, ideológica e cultural aparecem em cena de forma fragmentada da totalidade concreta, o que dissemina a integração necessária com os diversos campos do saber, por se tratar de uma temática transversal entre as áreas das pesquisas, “[...] quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, mundo do trabalho, juventude etc.” (SILVA, M. G., 2010, p. 147).

O Serviço Social encontra-se entre as profissões aptas a captar o movimento da realidade para mediar intervenções em prol das demandas sociais e, também as ambientais, numa perspectiva que integre a interdisciplinaridade. Isso vai exigir do(a) assistente social uma atuação que apreenda as dimensões socioambientais. “Essa proposta refere-se diretamente à necessidade dos cientistas e assistentes sociais de trabalhar em *equipes multi e interdisciplinares*.” (IRIGALBA, 2005, p. 15, grifo do autor). Em suma, para que os trabalhos sejam desenvolvidos por equipes multiprofissionais.

Assim, algumas estratégias adotadas para fazer as mediações para transformar as múltiplas expressões da questão socioambiental em alternativas de intervenção profissional, passam pela abertura do diálogo interdisciplinar, pela mobilização e organização das comunidades, da sociedade civil organizada, identificando as

articulações políticas em torno dos serviços socioambientais (sejam eles de moradia, educação, assistência, trabalho, lazer, dentre outros aspectos que possuem conexão com a questão socioambiental), a fim de que estes intervenham nos espaços institucionais, nas instâncias de controle social, tendo como horizonte universalizar os serviços, programas e políticas sociais, bem como fomentar seu protagonismo, sua participação efetiva na tomada das decisões que são fundamentais para a compreensão dos problemas socioambientais, uma vez que a qualidade do ambiente influi consideravelmente na qualidade de vida dos seus moradores. (NUNES, 2012, p. 59).

O Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2012a, [p. 2]) publica o informativo em que descreve o Serviço Social enquanto profissão atenta a intervir junto à temática ambiental, de onde devem ser depreendidos os seus fundamentos a partir da realidade inscrita sob a égide do capital. Pois sobrevém numa “[...] dinâmica que beira a barbárie, [...] de forma crítica e ética, as possibilidades para a efetivação do nosso projeto profissional, sendo mais uma profissão a se inserir no amplo debate acerca da questão socioambiental.” Ou melhor, os(as) assistentes sociais reconhecem na qualidade de categoria profissional que se efetuem intervenções também nesse âmbito, visto que possuem na *regulamentação da profissão*²⁸, as seguintes competências:

[...] elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; [...] V orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...] VII planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso; II deste artigo; IX prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; [...]. (CFESS, 1993).

Também o CFESS (2012b) publicou o informe de que, para prestar socorro à população provenientes da situação de desastres, requerem a atuação dos(as) assistentes sociais. No tocante às intervenções neste âmbito, sobretudo, a categoria se coloca regulamentada pelo seu código de ética profissional (Artigo 3º, alínea d), em que prevê como dever do profissional: *participar de programas em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades*.

Normalmente, em casos de tragédias, como enchentes ou desabamentos, assistentes sociais desenvolvem inúmeras atividades, como: assumem locais de abrigos temporários, participam de grupos de discussões sobre o acontecimento com a

²⁸ BRASIL, Lei n. 8.662, de 13 de março de 1933.

população atingida, com outras categorias profissionais e com as autoridades, fazem encaminhamentos das pessoas para atendimento médico e psicológico, atendem e cadastram as famílias, coletando dados sobre as perdas materiais e, principalmente, buscando informações sobre pessoas desaparecidas ou vítimas fatais, orientam a população quanto a seus direitos, entre outras atividades. (CFESS, 2012b).

Ademais, no que diz respeito à atuação profissional, é sabido que as demandas postas à profissão se apresentam entre essas e outras expressões da questão socioambiental, pois traz em seu bojo situações da acelerada destrutividade social e ambiental sob os ditames do processo de acumulação, haja vista a sua interferência na vida dos indivíduos e da coletividade. Pois, quanto maior a força humana sobre as riquezas da Terra, maiores os embates previstos a respeito do esgotamento dos recursos naturais. Neste cenário, fomenta o aumento da fome, das guerras e da proliferação de doenças e, por fim, das migrações populacionais – os *refugiados* das “catástrofes” ambientais. Tudo isso acarretará danos irreversíveis à humanidade se nada for feito para mudar a atual interação estabelecida na sociedade com o meio ambiente.

Assim sendo, o papel do Serviço Social objetiva o enfrentamento da questão socioambiental em que se possa tecer um caminho entre meio às mediações interventivas sobre o conjunto das sequelas da questão social, pois emergem entre si. Ou seja, que o(a) assistente social viabilize o seu exercício profissional “[...] como mediador entre o ‘ecológico’ e o ‘social’, entre o ser humano e seu meio, entre o cidadão e a sociedade. Em suma, em facilitadores sociais de uma nova cultura: a participação social.” (IRIGALBA, 2005, p.17, grifo do autor).

A perspectiva é o fortalecimento da articulação com os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. (CFESS, 2012a, [p. 2]).

Por sua vez, o trabalho do(a) assistente social passa a incorporar a dimensão ambiental numa perspectiva recente da sua história profissional, tecendo gradualmente para o campo de pesquisas e intervenções e, aos poucos, ampliando o seu exercício profissional. Segundo Maria das Graças Silva (2010, p. 149) certifica-se que a profissão vem se inserindo com a sua intervenção no âmbito da gestão ambiental, trazendo maior destaque para os trabalhos mediados pelos instrumentais da educação ambiental. Com isso, seguindo a cultura ambientalista, onde a educação ambiental representa a base para os programas direcionados ao meio ambiente por intermédio “[...] de campanhas educativas, da realização de seminários, oficinas, reuniões e vem adquirindo visibilidade profissional seja no âmbito da pesquisa, criando novos objetivos de estudo, seja na intervenção profissional cotidianas em projetos e

programas socioambientais.” Em sequência, a autora enfatiza que esse processo é refletido no mercado de trabalho, apresentando novas demandas e considerando o aspecto pedagógico da profissão para intervir nesse processo. Contudo, evidencia que entre os diversos horizontes da qual permeiam a educação ambiental, verifica a presença simultânea de duas vertentes, onde estão situadas: aquela em que está vinculada à gestão da questão ambiental e à manutenção da suas vertentes, versus outra, que elabora a educação ambiental crítica, e que apresenta as concepções das contradições do sistema hegemônico e aponta uma perspectiva transformadora do sujeito.

Tal como ocorre com a questão social, a “questão ambiental” recebe tratamento cuja mediação fundamental é, em sentido último, uma questão de classe: ora diz respeito à administração de suas manifestações sob o prisma da reprodução do capital, ora inscreve-se na perspectiva da superação do sistema e, neste caso, da construção de uma sociedade emancipada. (SILVA, M. G., 2010, p. 150, grifo do autor).

Por isso, a partir de tais considerações, depreendemos que “Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e construir *propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*.” (IAMAMOTO, 2005, p. 20, grifo do autor). Esse pressuposto vai de encontro com a natureza pedagógica ou educativa da profissão, dando ênfase nesse momento às atividades da educação ambiental nas quais incidam na emancipação do sujeito.

A educação ambiental referenciada numa perspectiva emancipatória – ainda que transite no âmbito das ações públicas ou mesmo privadas – realiza-se (ou busca realiza-se) como espaço de luta pela autodeterminação dos sujeitos, pela radical democracia do poder político e da riqueza social e da necessária apropriação social (não privada) da natureza. (SILVA, M. G., 2010, p. 151).

Desse modo, a concepção da educação ambiental tem sua trajetória mediante o processo pedagógico, em que amplia a sua conotação diante a variedade teórico-metodológica. Essa variável encontra-se justa posta a uma didática construtiva sobre cada localidade representada pela sua realidade territorial. Sendo assim, a educação ambiental gera a denominada mudança e/ou transformação social a partir das concepções que possam embasar o seu processo didático.

Ainda que a questão ambiental não apresente um denominador de negação, existem várias divergências quanto a suas causas e os meios para o seu enfrentamento, dificultando a expansão da educação ambiental como fonte de política pública. Daí a importância do exercício da legislação como forma de viabilizar as concepções do direito ambiental,

depositando nas autoridades governamentais a responsabilidade de solucionar questões similares a essa.

Mas quando o assunto delega mudanças, também o incide sobre o campo dos interesses e conflitos, pois, o que e/ou quem será favorecido? Assim, a educação ambiental possui um papel importante para o enfrentamento da barbárie estabelecida através da sua capacidade pedagógica. Desse modo, torna-se imprescindível a formação de sujeitos ecológicos (indivíduos, famílias, profissionais, educadores, etc.) multiplicadores da consciência socioambiental, em que haja a apropriação para o diálogo da vida, numa perspectiva de espaço ético, pensando numa ética socioambiental para desconstruir e construir idéias que constituam a matéria da educação ambiental. Mediante isso,

[...] o Serviço Social passa a integrar o escopo de profissionais interpeladas a oferecerem respostas ao agravamento da ‘questão ambiental’, a partir de uma forte mediação da educação ambiental, embora a mobilização e organização das comunidades de usuários institucionais também integrem as demandas postas à profissão. (SILVA, M. G., 2010, p. 157, grifo do autor).

Sob essa ótica, o Serviço Social delega novas possibilidades e contribuições no que tange a ações para efetivação e aplicação das políticas públicas ambientais, intermediado aos espaços sócio-ocupacionais, estando junto à população usuária e a instituição, entre a esfera pública e/ou a privada. À vista disso, “[...] novas possibilidades de trabalho se apresentam e necessitam ser apropriadas, decifradas e desenvolvidas [...]” (NUNES, 2013, p. 209). E que “[...] se os assistentes sociais não o fizerem, outros farão, absorvendo progressivamente espaços ocupacionais até então a eles reservados.” (IAMAMOTO, 2005, p. 48).

Afinal, o trabalho do(a) assistente social prorroga novos desafios contra o viés da falácia sob os rearranjos da estruturação produtiva incorporada ao capitalismo verde e pelo atual serviço da classe pauperizada na qualidade de catadores de materiais descartáveis, como alternativa de acumulação ecologicamente sustentável e para a captação de matéria-prima destinada ao processamento da (re)produção através da indústria de recicláveis. Este campo do fetiche se apresenta entre os renovados mecanismos que surgiram das sombras do interesse ecológico, mas o ditador da produtividade continua sendo o mesmo, acarretando com isso o agravamento da questão socioambiental e as suas múltiplas expressões. Em suma, cabe aos profissionais abarcar estratégias no seu exercício profissional, ampliando a formação profissional e continuada numa perspectiva socioambiental, a fim de que a dimensão ambiental deixe de ser apenas um campo novo de atuação e passe a representar o leque de mediações atribuídas à profissão, reforçando assim o seu projeto profissional, extraídas da sua

dimensão ético-políticas, teórico-metodológicas e técnico-operativas, onde tais elementos constituem o instrumental necessário para o trabalho profissional e também referência para todos os profissionais que buscam incluir-se na empreitada socioambiental.

A partir desse contexto, podemos apreender sobre as possibilidades de atuação e os desafios para o Serviço Social frente à questão socioambiental. Para aprofundar este estudo, no próximo *Capítulo* viabilizamos a importância de conhecer o trabalho profissional através da pesquisa empírica com profissionais formados em Serviço Social que atuam diretamente com essa questão no universo da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município de São Paulo/SP.

CAPÍTULO 3 TRABALHO PROFISSIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Sei que o meu trabalho é uma gota no oceano, mas sem ele, o oceano seria menor. (Madre Tereza de Calcutá).

A cidade de São Paulo pertence ao Estado brasileiro, constitui a capital do estado de São Paulo e região metropolitana considerada como sendo o centro econômico, corporativo e mercantil do hemisfério Sul. Esse município é a maior área urbana e populosa do país e também a mais globalizada. A sua expansão populacional demográfica representa o aumento dos conflitos urbanos, acrescidos pelos problemas ambientais entre as múltiplas expressões da questão socioambiental.

Nas megalópoles, metrópoles e grandes cidades com extensivas áreas peri-urbanas e suburbanas, a extensão horizontal, a alta densidade urbana, a degradação e destruição quase completa dos recursos naturais (aquíferos, bacias hidrográficas, mangues, ecossistemas litorâneos, etc.) aliadas ao aumento do tráfego, à poluição aérea, à destruição da cultura urbana e do direito a cidade da classe trabalhadora, à privatização do espaço público e a fuga dos ricos para enclaves fortificados têm tornado as áreas urbanas insustentáveis ambientalmente. (DAVIS, 2008 apud GUERRA, 2014, p. 261).

3.1 A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município de São Paulo/SP

A Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA), *lôcus* central desta pesquisa, compõe o quadro de secretarias administrativas da Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo/SP. A Secretaria foi criada pela Lei nº 11.426, de 18 de outubro de 1993 (SÃO PAULO, 1993), e, posterior a isso, em legislação subsequente, passou por uma ampla reestruturação por causa das questões ambientais da cidade de São Paulo/SP, e, com isso, sendo promulgada uma nova legislação nos termos da Lei nº 14.887, de 15 de janeiro de 2009. (SÃO PAULO, 2009), desta lei, na gestão do Prefeito GILBERTO KASSAB.

Assim ficou instituído no Art. 2 da lei que compete à Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA):

- I - planejar, ordenar e coordenar as atividades de defesa do meio ambiente no Município de São Paulo, definindo critérios para conter a degradação e a poluição ambiental;
- II - manter relações e contatos visando à cooperação técnico-científica com órgãos e entidades ligados ao meio ambiente, do Governo Federal, dos Estados e dos Municípios brasileiros, bem como com órgãos e entidades internacionais;
- III - estabelecer com os órgãos, federal e estadual do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA critérios visando à otimização da ação de defesa do meio ambiente no Município de São Paulo. (SÃO PAULO, 2009).

Segundo Inojosa (2012, p. 13) a Prefeitura Municipal da cidade de São Paulo/SP passa a configurar de forma a ampliar a visão sobre as questões socioambientais simultaneamente aos movimentos ambientais, internacional e nacional, no final do século XX. Por sua vez, a Prefeitura já vinha promovendo há décadas projetos de forma fragmentada em que “[...] administrava parques e jardins públicos e realizava ações de educação ambiental, na existente Escola de Jardinagem, quando do plantio de árvores, com palestras nas escolas e com moradores, nas feiras do verde e da primavera que era realizada na marquise do Parque Ibirapuera.” Para tanto, foi somente em 1993 que consolidou a estrutura organizacional para lidar com as questões ambientais do município através da implantação da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA).

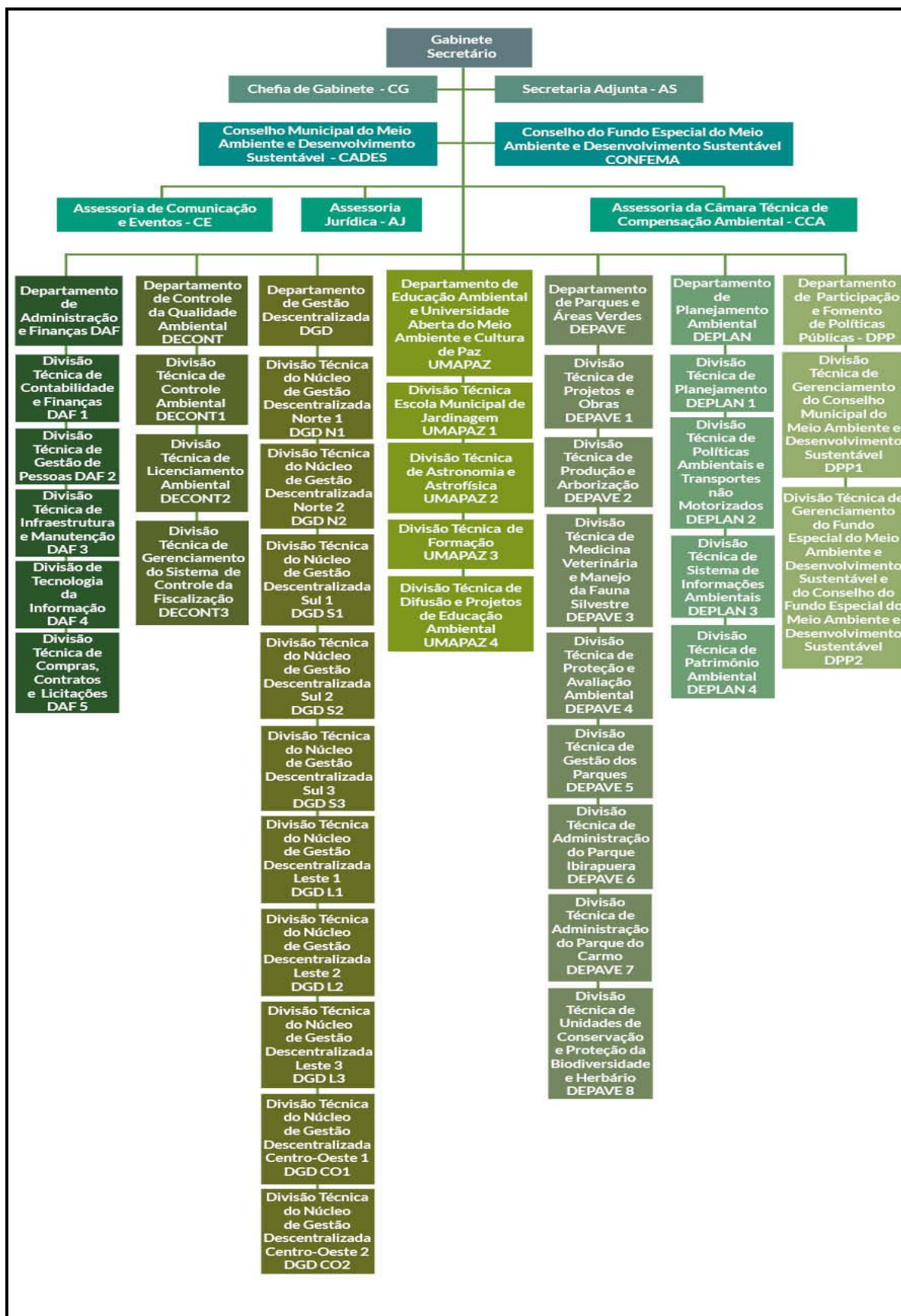
Essa estrutura agregou, ao já existente departamento de áreas verdes, unidades de controle e fiscalização e de planejamento e educação ambiental. Isso ocorreu logo após a Conferência Internacional do Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, indicando que o fortalecimento e a ampliação das reflexões sobre a gestão ambiental tiveram impacto em São Paulo. (INOJOSA, 2012, p. 13).

Com a implantação da SVMA em 1993, a gestão ambiental passa a ser estruturada, onde os órgãos setoriais também ficaram vinculados à secretaria, assim como:

Art. 4 a) o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, criado pela Lei nº 11.426, de 1993, e legislação subsequente;
 b) o Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CONFEMA, criado pela Lei nº 13.155, de 29 de junho de 2001, e legislação subsequente;
 c) o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - FEMA, criado pela Lei nº 13.155, de 2001, e legislação subsequente;
 II - ao Departamento de Educação Ambiental e Cultura de Paz - Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, o Conselho Consultivo da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, instituído pelo Decreto nº 49.144, de 17 de janeiro de 2008;
 III - no âmbito de cada Subprefeitura do Município de São Paulo, o Conselho Regional de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz.
 (SÃO PAULO, 2009).

Com isso, a estrutura organizacional setorial da SVMA foi vinculada a partir dos departamentos subdivididos em: Controle da Qualidade Ambiental (DECONT); Educação Ambiental e Cultura de Paz – Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz (UMAPAZ); Planejamento Ambiental (DEPLAN); Parques e Áreas Verdes (DEPAVE); Gestão Descentralizada (DGD); Administração e Finanças (DAF); Participação e Fomento a Políticas Públicas (DPP). Desse modo, a secretaria fica estruturada conforme descreve o organograma ilustrado na figura a seguir:

Figura 2 - Organograma da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo/SP



Fonte: SVMA – Estrutura/Organograma (SÃO PAULO, [2016]).

Com a reestruturação da SVMA em 2009, foram redefinidos os departamentos existentes. De modo geral, a secretaria criou unidades de conservação na cidade, principalmente nas zonas Sul e Leste, com áreas de proteção ambiental. Também foram reestruturados os centros de Educação Ambiental (atividades com subsídios para atendimento, trilhas e entorno dos parques) a partir da implantação da Universidade Aberta do Meio Ambiente e da Cultura de Paz (UMAPAZ), em que englobou as atividades de educação ambiental, passando a desenvolver diversos programas e projetos, inclusive aqueles de cultura de paz.

A estrutura organizacional da SVMA foi constituída num formato para que sejam avaliados os impactos socioambientais da cidade, principalmente sobre a construção de obras públicas e/ou privadas no município de São Paulo/SP. Ou seja, em toda obra pública e/ou privada, que venha gerar algum impacto ambiental necessita de avaliação, sendo este um instrumento atribuído ao licenciamento ambiental para permitir ou não tal obra. Assim, entre essas e outras ações incumbidas à SVMA, estão garantidas na legislação, com o propósito de nortear o desenvolvimento administrativo da secretaria no sentido de promover o cumprimento de suas determinações legais a partir da capacidade do trabalho de um corpo técnico especializado na área ambiental, de acordo com a focalização na estrutura, em que abranjam: “[...] a equipe e a produção, o trabalho intersetorial, especialmente com a saúde, a educação, as relações de trabalho, subprefeituras e a segurança urbana; as parcerias com organizações do terceiro setor, com a universidade, e o controle social.” (INOJOSA, 2012, p. 12).

O universo da SVMA também representa o lócus do trabalho multiprofissional das equipes inter e multidisciplinares, que estão subdivididas no sistema que compõe a estrutura dessa secretaria. Nessa representatividade, encontramos profissionais com formação em Serviço Social, inseridos no espaço sócio-ocupacional da secretaria com cargo de servidores públicos denominado – Especialista em Assistência e Desenvolvimento Social nível II, nos setores da DECONT e UMAPAZ, que foram apresentados anteriormente no organograma estrutural da SVMA.

Dos profissionais que compõem o corpo de trabalhadores da SVMA, estão: assistentes sociais, pedagogos, biólogos, geógrafos, agrônomos, engenheiros, arquitetos, administradores, e, entre outros. Para tanto, os profissionais do Serviço Social que trabalham atualmente na SVMA, encontram-se inseridos na DECONT e UMAPAZ. Tais setores da SVMA estão descritos no quadro a seguir, para elucidação das atribuições e trabalhos desenvolvidos.

Quadro 6 - Caracterização das principais atribuições do DECONT e UMAPAZ

Departamento	Descrição
DECONT	- planejar, ordenar, coordenar e orientar as atividades de controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental e da biodiversidade, no que se refere às atribuições da Secretaria como órgão local do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; - estudar, propor, avaliar e fazer cumprir normas e padrões pertinentes à qualidade ambiental do ar, água, solo, ruídos, vibrações e estética, tomando as medidas necessárias à sua implementação; - elaborar e manter atualizados cadastros e registros relativos ao controle ambiental; - propor, executar e participar de projetos que visem o monitoramento e o controle da qualidade ambiental; - orientar outros órgãos do Município, dando-lhes suporte técnico nas questões ambientais; - participar do sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos e demais recursos naturais; - participar do sistema de saneamento; - participar dos sistemas de Defesa Civil nos diversos níveis de Governo; - participar, juntamente com o Estado, no controle da produção, armazenamento, transporte, comercialização, utilização e destino final de substâncias, que comportem risco efetivo ou potencial para a qualidade de vida e meio ambiente, com ênfase nos produtos químicos perigosos; - representar a Procuradoria Geral do Município, da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, os casos concretos de poluição ou degradação ambiental, para adoção das providências cabíveis; - promover o desenvolvimento de normas e padrões de controle da poluição, em todas as suas formas; - promover o acompanhamento, avaliação e controle da qualidade das águas, do solo, do ar e dos resíduos, em todas as suas formas; - emitir, anualmente, Relatório de Qualidade do Meio Ambiente do Município - RQMA; - promover, em conjunto com o Departamento de Gestão Descentralizada, a definição de diretrizes e o apoio necessário para o desempenho das funções fiscalizatórias a serem desenvolvidas pelos Núcleos de Gestão Descentralizada.
UMAPAZ	- coordenar e executar programas e ações educativas para promover a participação da sociedade na melhoria da qualidade ambiental; - apoiar as ações de educação ambiental promovida por outras instâncias de governo e da sociedade civil; - desenvolver programas de capacitação de servidores e estagiários da Secretaria nas temáticas ambientais; - elaborar e divulgar ações pertinentes à preservação ambiental; - planejar e executar atividades científicas, culturais e educacionais no campo da educação ambiental; - manter serviços de arquivo, documentação e instrumentação científica na área de educação ambiental, promovendo intercâmbio com entidades congêneres; - atuar como apoio técnico em programas de educação ambiental a cargo da Secretaria Municipal de Educação e demais instituições públicas ou privadas, em todos os níveis de educação, mediante acordos formais de cooperação; - ministrar cursos de jardinagem destinados à população, incentivando-a a participar da melhoria da qualidade do meio ambiente; - planejar e executar atividades científicas, culturais e educacionais no campo da astronomia e ciências congêneres; - coordenar o funcionamento dos Planetários, da Escola Municipal de Jardinagem, da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz e da Escola Municipal de Astrofísica; - desenvolver, por meio da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, programa de formação aberta, ampla e permanente para cidadãos de diferentes faixas etárias e escolaridade, com o propósito de contribuir para uma convivência socioambiental sustentável e pacífica na cidade de São Paulo, articulando temas ambientais e a cultura de paz e não-violência, disseminando conhecimentos e tecnologias de mediação de conflitos; - adquirir, selecionar, organizar e divulgar toda documentação técnica que compõe o acervo, nas suas diferentes formas de apresentação, com vistas a oferecer ao usuário subsídios para estudos e pesquisas; - organizar Educação Ambiental e Cultura de Paz nos Parques, diretamente ou por meio de parcerias; - desenvolver atividades de rotinas administrativas, bem como projetos e trabalhos técnicos pertinentes.

Fonte: SVMA – Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2015).

Mediante a questão socioambiental da cidade de São Paulo/SP, muitos são os desafios para a SVMA, que se torna um equipamento necessário para a promoção de ações frente à atual conjuntura da questão urbana da cidade, pois são conotadas por muitos conflitos sociais e problemas ambientais. Assim sendo, a SVMA possui um papel fundamental para que sejam realizados os trabalhos de forma intersetorial, e, também por ser este um veículo para a promoção e a execução das políticas públicas ambientais para a cidade.

3.2 O trabalho profissional de assistente social na SVMA do município de São Paulo/SP

Partindo do pressuposto da importância da construção do conhecimento como parte essencial para a formação profissional continuada, incitamos neste momento a pesquisa de campo para que possamos conhecer a atuação do(a) assistente social no âmbito da questão socioambiental. Diante disso, buscamos entremeio ao aporte teórico abordado neste estudo, analisar e apreender o exercício profissional de assistente social através do relato de experiência no universo da SVMA do município de São Paulo/SP.

3.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Os sujeitos da nossa pesquisa são representados por profissionais com formação em Serviço Social que compõem o corpo técnico do universo da SVMA do município de São Paulo/SP, conforme caracterizado anteriormente. De modo geral, a entrevista foi aplicada a 6 (seis) assistentes sociais, sendo uma das participantes aposentada recentemente. Com isso, a pesquisa teve a amostragem concedida pela totalidade dos profissionais inseridos neste universo.

A busca pela amostragem dos sujeitos da pesquisa partiu da iniciativa de contato via telefone realizado pela pesquisadora com a SVMA do município de São Paulo/SP para averiguar se havia profissionais do Serviço Social na instituição. Nesta busca, foi identificada a inserção desses profissionais com atuação socioambiental nessa secretaria. A intenção da pesquisa também abrangia a identificação ou não de trabalhos existentes na área ambiental, desde que fossem trabalhos desenvolvidos em instituições públicas e/ou privadas, e porventura foi descoberto a existência desse trabalho na SVMA, o que instigou e complementou a realização deste estudo.

Desde a institucionalização da SVMA no ano de 1993, os(as) assistentes sociais efetivos do quadro de servidores da Prefeitura Municipal de São Paulo/SP oriundos de outras

secretarias foram sendo inseridos nesta secretaria a partir da sua implantação, sendo que três destes profissionais, um assistente social representado pelo sexo masculino e duas assistentes sociais do sexo feminino, encontram-se aposentados recentemente. Em relação ao quadro de servidores ativos, estão inseridos atualmente nessa secretaria, cinco assistentes sociais, todas do sexo feminino.

Com isso, a pesquisa de campo teve início em 05 de fevereiro de 2015 com a solicitação formal ao Secretário Sr. Wanderley Meira do Nascimento para autorização da pesquisa com as assistentes sociais dessa secretaria. Na ocasião, também foi realizado contato por telefone com uma das assistentes sociais para falar sobre a intenção do estudo, e posteriormente enviado e-mail convidando formalmente as profissionais para a participação na pesquisa.

A partir da autorização efetuada para a pesquisa de campo, as entrevistas foram aplicadas em datas distintas devido à agenda das profissionais e também pelo fato de o deslocamento da pesquisadora de sua cidade para o local da SVMA, na cidade de São Paulo/SP, pois a pesquisa contemplou o contato direto com os sujeitos no universo pesquisado através da entrevista gravada. Assim, três assistentes sociais foram entrevistadas no dia 03 de junho de 2015, e as demais entrevistas aplicadas em 04 de setembro de 2015. Durante a entrevista, foi utilizado um questionário pré-estabelecido e um gravador de voz, e também foi aplicado aos sujeitos envolvidos na pesquisa o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), aprovado pelo comitê de ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP).

Em conformidade com o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) no que tange a manter o sigilo dos sujeitos envolvidos na pesquisa no decorrer da análise de conteúdo, utilizaremos nomes fictícios para ser resguardada a identidade das assistentes sociais. Os nomes serão representados por denominação de alguns dos bairros da cidade de São Paulo/SP: Esmeralda; Mariana; Ana Rosa; Matilde; Santana e Madalena.

- *Esmeralda*: exerce a profissão de assistente social há 28 anos, trabalhando na SVMA - UMAPAZ por 20 anos. Na sua trajetória profissional, teve atuação nas áreas da assistência social, abastecimento e meio ambiente.
- *Mariana*: exerce a profissão de assistente social há 25 anos, trabalhando na SVMA por 19 anos com atuação no DECONT. Na sua trajetória profissional, teve atuação nas áreas da saúde e meio Ambiente.

- *Ana Rosa*: exerce a profissão de assistente social há 25 anos, passando por dois momentos de atuação na SVMA, nesta última, foram 7 anos. Na sua trajetória profissional, teve atuação nas áreas da saúde e meio ambiente.
- *Matilde*: exerce a profissão de assistente social há 23 anos, trabalhando na SVMA - UMAPAZ por 14 anos. Na sua trajetória profissional, teve experiência nas áreas da saúde, educação, assistência social, habitação e meio ambiente.
- *Santana*: exerce a profissão de assistente social há 10 anos, fazendo 1 ano que está trabalhando na SVMA - UMAPAZ. Na sua trajetória profissional, teve experiência em ONG's, saúde, assistência social e meio ambiente.
- *Madalena*: exerceu a profissão durante 30 anos, aposentada recentemente. Atuou na SVMA por 22 anos, na UMAPAZ e DECONT. Na sua trajetória profissional, teve experiência nas áreas da saúde e meio ambiente.

Após a entrevista ter sido aplicada aos sujeitos participantes da pesquisa, as respostas gravadas foram fielmente transcritas e organizadas de forma que o conteúdo disponibilizado durante o relato da experiência das assistentes sociais na SVMA venha possibilitar ao leitor conhecer seu exercício profissional frente à temática socioambiental.

3.2.2 *Análise de conteúdo: a construção do conhecimento sobre o Serviço Social na SVMA*

Ao contextualizarmos brevemente o objeto de trabalho do Serviço Social no subcapítulo 2.1. *O Serviço Social brasileiro*, fomentamos reflexões acerca da atuação profissional do(a) assistente Social frente às relações sociais permeadas pelo atual processo de desenvolvimento econômico seguidas por um sistema linear de (re)produção capitalista de bens materiais e gestadas pelo paradigma moderno de produção e consumo. A partir da lógica do crescimento econômico, deparamo-nos com as contradições demandadas pelas desigualdades sociais das riquezas socialmente produzidas, resultando nas múltiplas expressões da questão social. Ademais, desvelamos que esta lógica que pauperiza o gênero humano tem sido a mesma remetida ao aumento dilacerado da exploração, depredação e degradação do meio ambiente.

Diante disso, o Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho coletivo a partir da construção sócio-histórica da profissão para o enfrentamento do conjunto das sequelas da questão social, deve-se pautar por intermédio do projeto ético-político profissional incorporado à teoria crítica para atuação da sua categoria profissional.

Mas, sempre mantendo em seu bojo o instituído no código de ética da profissão de 1993, como um dos princípios fundamentais a “[...] garantia do pluralismo, através do respeito às correntes democráticas existentes e suas expressões teóricas.” (CFESS, 1993).

Desse modo, verificamos a importância da formação e atuação profissional seguida por uma linha teórica-metodológica para delinear a construção do exercício profissional, em que tais profissionais venham estar comprometidos com o aprimoramento intelectual. Pois, da mesma forma que o profissional posiciona o seu embasamento teórico-metodológico para atuar frente à questão social, também o é com relação ao enfrentamento da questão socioambiental. Assim, vislumbramos na primeira questão desta pesquisa no tocante a reflexão teórico-metodológica conhecer o trabalho profissional do Serviço Social na SVMA. Logo, as entrevistadas apresentaram a sua posição quanto a esse assunto como sendo algo de relevância para instigarmos reflexões sobre a formação e a atuação do(a) assistente social frente a temática ambiental:

A base que fundamenta meu trabalho depende do caso, eu prefiro a dialética porque dá mais flexibilidade diante da realidade. *(Mariana – Assistente Social)*.

Como eu estou muito afastada da academia, não sei dizer se meu trabalho tem alguma referência teórico-metodológico. Quando sai da faculdade eu me aproximava da dialética marxista, enfim, a visão de sociedade ia por aí, mas dizer se eu faço ou não, não posso afirmar, vejo um distanciamento da teoria com a prática, quando você não frequenta a própria academia e continua frequentando espaços acadêmicos ou de conselhos, enfim, para refletir sobre a profissão, você se distancia muito. *(Ana Rosa – Assistente Social)*.

Sim, quero começar dizendo, quero fazer uma reflexão de Bartine (2008), ele nos diz que o projeto ético-político, pressupõe uma prática que permita transmitir das necessidades para liberdade que eleva a capacidade do homem de criar valores, de escolher alternativas e ser reconhecer como cidadão. Então eu quero apoiar todas as minhas falas, também refletindo sobre isso, e aí posso dizer que a corrente teórica em que me apoio é a contemporânea e marxista, embora que por muitas vezes tenhamos traços de outros caminhos para fazer e atuar, e não ficar aquém daquele assistente social que não consegue fazer nada. *(Santana – Assistente Social)*.

Na atuação profissional acho que minha linha teórica metodológica ela perpassa a questão da dialética, ela é necessária porque eu preciso da prática e da teoria, e a avaliação desse contexto, para ver de que forma eu vou dar continuidade na atuação, na constituição desse indivíduo como um ser socioambiental. *(Matilde – Assistente Social)*.

A linha de trabalho que desenvolvia, pois agora estou aposentada, era a linha que trazia da educação, o construtivismo. *(Madalena – Assistente Social)*.

No fundamento do Serviço Social está em nossas ações de trabalho no ponto de vista teórico-metodológica, contudo a conceituação em palavras a que ser retomada em uma revisão. *(Esmeralda – Assistente Social)*.

À vista disso, percebemos uma dificuldade quanto à definição de qual linha teórico-metodológica é seguida na atuação profissional entre as assistentes sociais. Neste caso, *Ana Rosa* remete à dificuldade em relação ao tempo de formação e o distanciamento da academia, e *Esmeralda* enfatiza que existe em suas ações de trabalho fundamentações teórico-metodológica, mas não apresentou definições concretas do seu ponto de vista. Também observamos que entre as definições foram apresentadas diferentes linhas seguidas pelas assistentes sociais na atuação profissional, tendo maior destaque para a dialética – marxismo como referência teórico-metodológica.

Com isso, notificamos como fundamental a luta no sentido de reforçar o *projeto ético-político* enquanto categorial profissional, para que os princípios fundamentais fortaleçam a atuação do Serviço Social em favor a justiça social e a ambiental, posto que a relação homem-natureza, sob o atual projeto de desenvolvimento econômico constitui a pauperização dos homens, e, também o é em face da destruição da natureza em nome do capital, pois, “[...] como acumulação de capitais supõe a produção e reprodução contínuas da ‘questão social’, também o é em relação à ‘questão ambiental’ [...].” (SILVA, M. G., 2010, p. 76, grifo do autor), conforme citado no primeiro capítulo.

[...] a vitalidade deste projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissional na concretização dos rumos perseguidos. (IAMAMOTO, 2005, p. 114).

Assim, ressaltamos a importância da qualificação da formação profissional continuada no âmbito do Serviço Social a partir de um viés crítico, para que o profissional não venha a reproduzir intervenções numa perspectiva administrativa da questão ambiental em favor da (re)produção de capital, mas que integre o social e o ambiental em ações representadas pelo trabalho socioambiental, pois como podemos enfrentar a atual conjuntura da crise ecológica para a humanidade se não compreendermos os principais elementos que avançam tal crise. Isso depende da forma como entendemos os projetos societários, e como podemos construir a partir disso um projeto profissional que possibilite a edificação do paradigma ecológico, ou mesmo para a formação do sujeito ecológico.

Segundo Carvalho (2012, p. 23), a formação desse sujeito ecológico, como referência de ideal para a sociedade atual, é constituído por valores éticos, atitudes e comportamentos ecologicamente sustentáveis, e remetidos através de um plano individual e coletivo. Desse modo, a formação a partir da Educação Ambiental crítica incide a começar pelo plano pedagógico através de educadores, professores e profissionais que possam de forma inter e

multidisciplinar integrar esta temática aos diversos saberes para a formação do sujeito ecológico.

O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo como um parâmetro orientador das decisões e escolhas da vida que ecologistas, os educadores ambientais e as pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados. (CARVALHO, 2012, p. 65).

A partir disso, o sujeito ecológico terá condições de refletir sobre novas formas de enfrentamento da questão socioambiental enquanto cidadão de direitos e deveres, além do fato de se tornar um multiplicador de ideais para um novo paradigma, o ecológico. Isso:

Trata-se de impulsionar a edificação de uma consciência ambiental e socialmente crítica e de uma cultura política assentada nos princípios de autonomia e da autodeterminação dos sujeitos na busca pela satisfação de suas necessidades e da apropriação coletiva dos recursos da natureza. (SILVA, M. G., 2010, p. 160).

Assim sendo, o Serviço Social enquanto profissão também se encontra apto a constituir em suas ações cotidianas, intervenções de educação ambiental neste campo por ser um profissional que está inserido nas relações sociais. Para tanto, por esta temática compor uma abordagem nova na profissão, ainda precisa avançar discussões sobre esse assunto, principalmente no tocante à formação profissional neste âmbito, em consonância com as orientações a *Política Nacional de Educação Ambiental*²⁹.

Neste sentido, ao indagarmos acerca do questionamento sobre a possibilidade do Serviço Social estabelecer atuação na área ambiental, a assistente social *Santana* considera a necessidade de começar essa integração pelo campo da formação profissional:

Diria que a academia tem um grande compromisso, porque ainda falta assistente social com esse compromisso, com a visão de nos formamos na área ambiental, nós temos que nos financiar, entendeu! As próprias empresas, as instituições, as prefeituras, o Estado, não estão formando neste sentido. Então o que nós temos que fazer quando temos esse olhar, como foi meu caso, que tive que pagar uma pós-graduação, e, você tem que ir se capacitando para trabalhar nesta área. Acredito que o compromisso é neste sentido, é na academia, o de formar mais assistentes sociais, de estar na grade curricular questões e disciplinas que capacite e forme novos assistentes sociais, que tenham este olhar, e fazer pós-graduação nesta área, mas dentro das universidades e formação. (*Santana – Assistente Social*).

Essa citação remete à opinião de *Santana* quanto à importância da formação profissional a partir do enfoque socioambiental como meio de tecer novos olhares acerca desta questão, bem como de incluí-las como intervenções do Serviço Social. Além do fato

²⁹ BRASIL, Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1996.

destacado pela profissional sobre as dificuldades no que tange a capacitação continuada, como sendo algo somente do interesse do profissional, por isso a importância da militância profissional para que haja qualificação de modo a ampliar na matéria do Serviço Social atuações de cunho social e ambiental, a fim de eliminarmos, enquanto categoria, ações que sejam fragmentadas por conteúdos sintetizados e cuja proeminência seja somente para o “socioeconômico”.

Contudo, esta foi uma caracterização empírica construída entre as assistentes sociais na SVMA, a partir da sua implantação em 1993, onde os(as) profissionais do Serviço Social que foram compor o corpo técnico da secretaria eram oriundos de outras secretarias e não por iniciativa de trabalho, pois não pensavam inicialmente que poderiam promover intervenções na área de formação por se tratar da temática ambiental, até porque não era uma matéria de formação na universidade, visto que a maioria desses profissionais apresenta mais de 20 anos de formação. Para tanto, é importante mencionar que a profissão passou por mudanças no que diz respeito à formação profissional a partir das Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social instituído ABEPSS³⁰, de 1996, ampliando conteúdos para as áreas de formação e atuação do Serviço Social.

Neste sentido, observamos, através do relato da assistente social *Mariana*, uma reflexão sobre a construção intelectual como parte da sua experiência no trabalho socioambiental frente à questão ambiental da cidade São Paulo/SP, permeada pela questão urbana e os conflitos ambientais advindos dos processos sociais da organização social deste universo, através das intervenções do Serviço Social no espaço sócio-ocupacional da SVMA.

Quando eu entrei no Meio Ambiente, foi em 1996, eu não tinha noção, porque a área ambiental começava a ser percorrido aqui no Brasil em 1993, com a Rio 92. Então era um conhecimento novo para todos, inclusive para nós, então eu e outros colegas fomos descobrir em que parte poderia colaborar com esse meio ambiente e para nós foi uma surpresa enorme que o meio ambiente é a nossa essência, pois sem meio ambiente saudável nós não temos vida saudável se você tratar saúde, educação, trabalho, acessibilidade, todos necessários, mas se não tiver meio ambiente qualificado você está partindo a vida das pessoas, porque você precisa ter um meio ambiente integrado, porque é natural das pessoas entenderem que a educação faz parte disso, é interiorizado. O meio ambiente é bem mais amplo, nós ainda estamos num passo anterior de compreender que o meio ambiente ainda é perfume, e não é, é muito essencial na vida de todos nós e de todos os profissionais. Hoje todas as profissões estão abraçando, tendo disciplinas com relação a este tema, que é muito importante para nossa sobrevivência. Nós temos o problema da questão hídrica, poluição atmosférica, desmatamento, e, isso interfere diretamente na vida de todos nós e não podemos ser indiferentes a isso, a questão dos resíduos sólidos, todas as áreas são amplas e você pode se debruçar, e o Serviço Social tem como trabalhar com todas essas áreas, tem como discutir, ter o conhecimento desse tema, se aproximar, conhecer sua legislação desenvolver atividades junto, ou seja, ao

³⁰ Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

indivíduo, comunidades e grupos através de práticas, de troca de saberes, é preciso saber e é necessário, e, é uma área belíssima, abraçar essa área é maravilhoso. Isso eu falo na educação ambiental e também no caso do licenciamento, são várias as frentes que a gente pode atuar, eu, particularmente atuo na área de reassentamento, desapropriação, direito a informação, acessibilidade e no estudo de impacto ambiental eu acompanho essas frentes, esses temas para que o empreendedor traga no bojo o estudo esse conhecimento para que esteja mais próximo possível daquela comunidade, grupo, daquele bairro, para que aquele impacto não seja tão grande. E você tem ganhos muito positivos porque você atinge grandes massas de pessoas, nós temos experiências muito negativas com as hidroelétricas e temos experiências muito negativas na região amazônica, com os índios e ribeirinhos. Nas grandes cidades também temos nossos conflitos, até por que a ocupação do solo é intensa, não tem como mudar a ocupação do solo sem gerar um conflito, seja por proprietários, seja com locatários, comerciantes, indivíduos e moradores, isso gera conflitos, isso gera angústia, e, isso é o espaço de trabalho. (*Mariana – Assistente Social*).

Por conseguinte, ainda sobre a construção do trabalho profissional na área ambiental no que se refere o reconhecimento da possibilidade de atuação atribuído ao Serviço Social neste âmbito, foram apreendidas, através do relato da assistente social *Ana Rosa*, algumas incertezas quanto a esta atuação, principalmente quando iniciou o seu trabalho na SVMA, algo que, com o tempo, foi aos poucos sendo desmistificado por reflexões sobre este processo transcurada a sua experiência vivenciada na secretaria.

Então, no meu trabalho dentro do meio ambiente, eu nunca fiz um trabalho como assistente social nunca enxerguei assim, falando especificamente onde trabalhei este tempo, nesses sete anos, eu trabalhei no departamento de planejamento e participação social, mas dentro de uma divisão que financiava o fundo de meio ambiente. Este é um lugar que se avalia projetos, se escreve editais, acompanhamento técnico, mas eu fiquei especificamente na parte de avaliação de projetos da administração pública quanto para editais para o terceiro setor, e, depois na própria gestão, na direção. Então, eu não via isso como um trabalho específico do assistente social, mas o que eu enxergava desse trabalho, como uma demanda para o Serviço Social. Agora vou falar como alguém que está tentando olhar sobre este ponto de vista, é uma questão hoje dentro do meio ambiente, está colocado desde a ECO 92 a questão socioambiental, então, não dá para separar as coisas, pensar só nos aspectos naturais e no meio ambiente, e, considerar as pessoas, o ser humano, enfim, em que condições eles vivem, então, isso caminha junto hoje, isso é forte e presente. Então, aí, quanto demanda sinto que ainda tem esse fato, ao olhar para esse ser humano, nesse meio ambiente ainda não é uma visão tranquila, uma visão sem conflitos. Muitas vezes existem muitos outros interesses envolvidos em que prevalece o mercado financeiro, o desenvolvimento imobiliário, enfim, essa noção de progresso que já está ultrapassada, mas que ainda, infelizmente prevalece, muitas vezes em desenvolvimento da qualidade de vida, de olhar para esses que estão ali, para esse lado social do socioambiental. Sempre vai ter esse conflito instalado na medida em que a pessoa em que você tem que resolver o problema, mas que tem gente ali, como você resolve de uma forma que tanto se preserve o meio ambiente como se pense na vida dessas pessoas, isso é um conflito latente. (*Ana Rosa – Assistente Social*).

Também nesta trajetória a respeito da capacidade profissional, uma das assistentes sociais, *Matilde*, salientou que, para a sua atuação na SVMA, houve uma busca pessoal de aprimoramento intelectual para a composição do trabalho multiprofissional na área ambiental.

[...] nos formar dentro dessa lógica, trazendo um pouco a ótica da questão ambiental dentro do contexto social, eu não tinha muito ideia do que era, eu tinha uma necessidade, eu não tinha uma coisa teórica formada, mas eu sentia esta necessidade, aí eu fui ler Leonardo Boff, ler Leff, fui ler uma série de autores que foram me embasando e quando eu já tinha alguns indicadores, mas nada muito embasado, eles que começaram embasar mesma a minha condição, um profissional que poderia trabalhar na área da questão ambiental [...]. (*Matilde – Assistente Social*).

Diante disso, o exercício profissional de assistente social na SVMA perpassa por uma trajetória empírica da atuação profissional composta por equipes multi e interdisciplinares. Esta construção delega a importância desse espaço sócio-ocupacional como reconhecimento de possibilidades e ao mesmo tempo constitui desafios para o Serviço Social.

Mediante a reflexão sobre o trabalho interpessoal acerca do conhecimento transversal entre as equipes multi e interdisciplinares da SVMA, foi identificada a compreensão entre as assistentes sociais no que diz respeito à importância dessa capacidade de trabalho:

No meio ambiente ninguém trabalha sozinho, é algo que o assistente social está acostumado a desenvolver, trabalho em equipes, com profissionais de outras áreas, de outros conhecimentos. Se aproximar do conhecimento do outro para poder integrar esse conhecimento ao seu, e poder possibilitar ganhos para a cidade. (*Mariana – Assistente Social*).

[...] o Serviço Social vem para trazer esse olhar e forma de trabalhar, sempre o Serviço Social tem esta reflexão, sabe a importância do trabalho interdisciplinar e transversal. Então, acho que a gente contribui muito nesse sentido. (*Ana Rosa – Assistente Social*).

Aqui em São Paulo, na Secretaria do Verde e Meio Ambiente, nós temos trabalhado muito em equipe multidisciplinar e interdisciplinares, porque sozinhos não fazemos nada. (*Santana – Assistente Social*).

No âmbito da prefeitura de São Paulo, na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, integrar equipe interdisciplinar, composta por biólogos, engenheiros agrônomos, florestais e civis, arquitetos, assistentes sociais, pedagogos, psicólogos, e etc. (*Esmeralda – Assistente Social*).

Por isto, de acordo com Maria das Graças Silva (2010, p. 159) “[...] a abertura para o diálogo interdisciplinar torna-se decisiva e, ao mesmo tempo, desafiante, posto que supõe uma interlocução com múltiplas habilidades e competências [...]”. Neste sentido, compreendemos como imprescindível a composição do Serviço Social nas equipes que atuam na área ambiental, pois esse profissional possui no contexto da sua especialidade a capacidade de

intervenções sociais no que tange ao desenvolvimento do *ser social*³¹ através da educação social, o que demanda possibilidades de contribuição para as equipes multiprofissionais.

Isto confere uma amplitude de sentido à educação ambiental, tendo em vista a possibilidade de os profissionais contribuírem para a organização de diversos agrupamentos sociais, a fim de que eles intervenham nos espaços institucionais e para além destes, demarcando, assim, uma atuação democrática que garanta ampla participação dos sujeitos. Reforçar a luta cotidiana contra as práticas privatistas e pela apropriação social da natureza tenciona as bases de reprodução do sistema e coloca em questão a necessidade de transformação de sua ordem societária. (SILVA, M. G., 2010, p. 160).

Esse trabalho vai além de simples ações focalizadas àquela educação ambiental que trata a questão socioambiental através de ações fragmentadas, nas quais individualizam comportamentos e culpabilizam indivíduos, principalmente os pobres, pelo agravamento cada vez mais inquietante da questão ambiental. Isso imputa à profissão o contato maior com esta questão, pois, dado que novas demandas vão surgir no tocante às consequências advindas dos possíveis desastres ambientais, como sendo os maiores reflexos das manifestações da questão socioambiental, conforme identificamos na fala da assistente social *Matilde* que:

O agravamento cada vez mais inquietante da questão ambiental vem e surgem novas demandas, porque o Serviço Social, ele faz com que o profissional seja muito próximo do indivíduo, seja ele na relação de caso, seja ele na relação de comunidade, seja ele no R. H. de uma instituição pública ou de uma instituição privada, o profissional de Serviço Social a partir do momento que ele compreende essa visão maior, mais holística, com relação à questão ambiental do meio ambiente e o indivíduo que está lá, ele consegue ampliar seu olhar para que tipo de trabalho que ele vai estar desenvolvendo, porque sua consciência, sua crítica, sua reflexão enquanto indivíduo não pode dar vão para que o trabalho que ele vai desenvolver, ele traga novos elementos para facilitar um pouco a visão daquele indivíduo. (*Matilde – Assistente Social*).

Dessa maneira, a contribuição do Serviço Social implica atribuições de trabalho através de ações no âmbito da educação ambiental para o enfrentamento da questão socioambiental, posto que a profissão possui em seu bojo o compromisso com a classe trabalhadora, bem como a qualidade de vida dos indivíduos e do coletivo. Nessa perspectiva, as assistentes sociais, *Matilde, Mariana e Madalena*, apresentaram o relato de experiência sobre as atribuições das profissionais para o desenvolvimento do trabalho intersetorial em que a educação ambiental representa um dos mecanismos para a viabilização desse trabalho na implementação das políticas públicas ambientais designadas a SVMA.

³¹ “O homem nasce num mundo – concreto – que está mais ou menos alienado. Sem dúvida, nem todos os particulares devem aceitar obrigatoriamente este mundo, nem aceitá-lo como o é; nem todos estão obrigados a identificar-se com as formas alienadas de comportamento.” (HELLER, 1977 apud BARROCO, 2007, p. 41-42).

A educação ambiental assim como a atuação da fiscalização, da biodiversidade que verifica o crescimento dos espaços arbóreos, de áreas verdes, manutenção, consciência desses indivíduos com relação a isso também é por aí que a gente acaba trabalhando, então a gente mobiliza o público escolar nesse sentido que a gente tem uma interface muito grande com a escola, existe uma política pública voltada para os resíduos, onde a educação ambiental, ela está necessariamente implicada, trabalhei muito tempo com catadores por meio de cooperativas, então assim, sempre dentro da lógica de fazer que o indivíduo perceba que ele é um cidadão e ele é o mantenedor ou não daquela relação do território. (*Matilde – Assistente Social*).

E, esse profissional irá fazer através de atividades diversas de educação ambiental, palestras, seminários, congressos, temas, artigos, coordenação de grupos e articulação entre grupos e ONG's, entre um hospital, uma escola, no judiciário, na assistência social. Todas essas áreas são carentes desse conhecimento, não se aproximaram ainda dessa temática que é importante para a vida, sem o meio ambiente não há vida. Enquanto nós não olharmos para essa temática com algo interiorizado e acharmos que isso só acontece com o outro, ele vai ser um tema somente de discussão e não do meu dia a dia. (*Mariana – Assistente Social*).

Todo o período em que eu estive na secretaria do Verde, sempre estive vinculado à educação ambiental, só em um curto período eu estive em uma área de políticas públicas, mas para que o assistente social possa atender a abrangência e as oportunidades que ele tem, então dentro área de educação ambiental, nos trabalhos com unidades de conservação, e nas universidades de conservação você trabalha com a comunidade, de como essa comunidade pode se responsabilizar pelo meio ambiente, como ela pode interagir com o meio ambiente e cuidar desse meio ambiente e ter o retorno do meio quando ela cuida por que ao não degradar o meio ambiente, se tem um meio ambiente sadio para ela e seus familiares, e para a comunidade. Oportunidade de desenvolver projetos, projetos socioambientais, onde orientávamos ONG's a cuidar e fazer um trabalho in loco, e através desses projetos assessorava, acompanhava o desenvolvimento dos projetos na comunidade. Teve um período que a secretaria focou muito nesse tipo de trabalho e também na existência direta que foi o trabalho com os parques, de como você trabalhar a questão dos parques, das áreas verdes urbanas que é diferente de você lidar com uma unidades de conservação. Então foram experiências diversificadas e que enriqueceu muito o meu aprendizado. Em parques eu tive oportunidade de ver trilhos e através disso você trás uma qualificação para a vida das pessoas por que o Serviço Social é sempre o olhar da assistência e quando o Serviço Social vem para o meio ambiente, ele vê que a assistência é ampliada, ela é dado neste contexto interativo, homem e meio ambiente. E a gente sempre estimulando que essa nova visão, sendo essa uma visão nova para o público, que se possa ir trocando os valores de consumo, de degradação por cuidados com o seu meio ambiente. (*Madalena – Assistente Social*).

Também sobre o trabalho do Serviço Social através da educação ambiental, no tocante ao papel de educador ambiental, a assistente social *Mariana* apresentou o relato dessa experiência vivenciada no decorrente desenvolvimento do seu trabalho profissional na SVMA.

Na educação ambiental nós desenvolvemos cursos de valorização dos parques, tive uma experiência com o parque Nabuco onde foi uma experiência muito positiva porque antes de desenvolvermos curso, nós fizemos uma pesquisa para sabermos por que o parque não era utilizado pela população do entorno, era um parque, que era passagem de furto, não havia crianças e não havia idosos, e havia muita gente de idade produtiva desempregados. Com essa informação e essa pesquisa, nós nos munimos disso e fomos procurar os postos de saúde, apresentando o parque como espaço para desenvolver atividades e uma proposta de atividade de educação ambiental com unidades de saúde e também com as escolas. E, isso ocorreu ao longo de dois anos, o parque foi mudando, então, você vê que isso é a apropriação, pois, o porque que tinha

um perfil que era vazio, espaço de furtos, de pessoas que estavam drogadas, e gradativamente foi mudando, e, a população foi abraçando o parque, foi utilizando dele, e, aquele público não sumiu, ele diminuiu, mas o parque, ele teve a utilização muito importante dos jovens como já falei, a ocupação da cidade é muito grande no solo e os parques representam o contato com o verde, com o lazer, então, ele é necessário para a saúde mental, saúde física das pessoas e ali pode-se desenvolver cursos dos mais diversos, com o saber cuidar, que era uma base do Leonardo Boff, um livro que ele tinha que falava do saber cuidar. Nós íamos fazer o manejo do parque e tinha um biólogo que queria fazer conosco a revegetação daquele parque, então foi aberto vagas municipais e professores, e a partir daquele curso em X números de aulas iria ser feito o plantio, tudo aquilo respeitado, e aquelas árvores foram mantidas nos locais em que foram colocadas, porque antes elas eram degradadas, não era mantido, esse foi um curso muito bacana. Na bilens, também com escolas, qualificação da bilens, a importância das águas eram grupos com escolas estaduais e municipais, e, com a USP que tinha uma professora de geografia chamada Nidia que desenvolvia um trabalho de reconhecimento de área, território, a importância de se conhecer o território para a comunidade, daí sim apropriar dele, da importância da bilens, já naquela época, 96 e 97, criação das trilhas nos parques, o reconhecimento da vegetação, a importância da água, dos córregos, neste caso da vegetação, a importância da educação ambiental. (*Mariana – Assistente Social*).

Em vista disso, a importância da educação ambiental como política pública avança seus objetivos no tocante à questão socioambiental para além de discussões focalizadas somente no indivíduo, mas no sentido da promoção crítica dessa problemática. De acordo com Francisco (2015, p. 159, grifo do autor), novos olhares demonstram que “A educação ambiental tem vindo a ampliar seus objectivos. Se, no começo, estava muito concentrada na informação científica e na conscientização e preservação dos riscos ambientais, agora tende a incluir uma crítica dos ‘mitos’ da modernidade [...]”.

Pois com a crise socioambiental, compete então à sociedade repensar a sua relação com a natureza, o que confere a todos os sujeitos, educadores e profissionais munirem-se de forças para mudar, amenizar ou ao menos frear as ações antrópicas ao meio ambiente. Para isso, se faz necessário ser constituindo um legado sobre o desenvolvimento da sustentabilidade ambiental a partir da configuração entre o social, o ambiental e o econômico no tocante à construção de sociedades ecologicamente sustentáveis para as presentes e futuras gerações, em conformidade com a fala da assistente social *Madalena* quando mencionou que:

[...] a forma do(a) assistente social trabalhar no meio ambiente é na intersecção da trilogia – social, econômico e ambiental de pensar o meio ambiente com uma interface de todas as questões socioeconômicas. (*Madalena – Assistente Social*).

Com isso, o Serviço Social, por ser uma profissão intelectual quanto às relações sociais, consegue absorver o movimento sobre a questão socioambiental, podendo desenvolver novas habilidades para constituir em suas intervenções o enfrentamento desta questão junto às particularidades das demandas postas à profissão.

O Serviço Social tem condições de desenvolver-se na questão ambiental em várias áreas, junto educação ambiental, tendo conhecimento da legislação que propõe para esta área, porque o assistente social tem condições de coordenar, articular, desenvolver trabalho de acessibilidade, de direitos a informação, de conhecimento a gestão de pessoas, seja para grupos, pequenos grupos da sociedade, ou como meu caso grandes comunidades. Também atuar na área de licenciamento ambiental que é uma área que se desenvolve infraestruturas, geralmente é uma obra pública que irá intervir na vida em um numero muito grande da população, antes havia uma preocupação com meio físico e o meio biótico que antes chamava antrópico e hoje se chama socioeconômico foi se legitimando ao longo dos anos, porque quando se propõe uma obra, ela retira um grande numero de pessoas que tem ali, suas razões, sua cultura e o licenciamento pediram que para que isso ocorra de uma forma de impacto mínimo, que é muito difícil, essas pessoas têm que ter uma condição melhor, talvez igual, mas no mínimo melhor, essa é a proposta do licenciamento, da legislação, do CONAMA - 237, e tem essa cobrança da Política Nacional de Meio Ambiente para que o homem tenha resguardado seu direito, seus direitos de saúde, de meio ambiente qualificado e se ele tem que sair daquele ambiente em que esta deverá ser colocada nas proximidades de onde ele reside. E tudo isso envolve vários setores do conhecimento e o Serviço Social tem muito a colaborar porque ele propõe o dialogo, propõe a comunicação, propõe à abertura de informação, o direito a acessibilidade, trazer à tona a vulnerabilidade, então todas essas questões são pertinentes ao Serviço Social, é próprio de sua atuação, é um profissional que ficará a vontade para desenvolver sua área de trabalho. (*Mariana – Assistente Social*).

É neste sentido que o(a) assistente social poderá engajar-se em intervenções no trabalho socioambiental. Devido à abrangência da temática ambiental em interlocução com as demais áreas do saber, e, interligados aos problemas ambientais advindos sob a égide da organização societária, tem demandado espaço de trabalho para intervenções sociais e as ambientais. Esse trabalho tem abarcado esforços diversos de atuação, em instituições públicas e/ou privadas, por ser uma temática emergente da atual conjuntura da crise ecológica, conforme, discursa a assistente social *Matilde*, sobre como é possível estabelecer a atuação do Serviço Social diante da questão ambiental.

Trabalhando com a comunidade, fortalecendo os movimentos que existem, trazendo mais elementos para que compreendam, por exemplo, eu preciso lutar pela habitação, movimento de moradia, esse movimento de moradia precisa compreender o contexto onde ele esta, de que forma existe a necessidade da manutenção do meio ambiente, e ai o trabalho do assistente social, ele é fundamental, porque ele tem a visão da necessidade daquele indivíduo com relação ao que ele está querendo e ao mesmo tempo pode estar trazendo os elementos necessários para que aquele indivíduo reflita, em que tipo, em que qualidade de moradia ele vai ter, e, de forma isso vai ocorrer no contexto onde ele estiver, seja para a luta, seja para a conquista, o movimento Sem Terra, movimento Sem Terra Nacional, ele trabalha dentro dessa ótica, acredito que o(a) assistente social tem uma função primordial ali, principalmente, por compreender que aqueles indivíduos começaram a ter uma nova visão, que não era só da terra, para plantar e comer, mas da terra como sua mãe, como o olhar acaba sendo muito mais ampliado por parte dos próprios participantes do movimento pelo grau de compreensão que eles tem e o quanto a gente consegue trazer isso para a questão urbana. Na nossa atuação a gente tem que compreender todas essas relações, em todas as dimensões que a questão ambiental está implicada na relação do indivíduo, você é um indivíduo, você é um ecossistema, você faz parte de um processo de equilíbrio ou não vai depender da sua posição, mas para você ter uma posição você vai adquirir conhecimento sobre aquilo, você tem que compreender todas as relações que estão ali

e nessa hora o assistente social, ele já tem um embasamento, uma forma de atuação que exatamente busca todo um contexto para poder estar qualificado o tipo de atuação que ele vai ter naquela comunidade e de que forma aquela comunidade ela possa ter um deslanchamento, um desenvolvimento naquilo que ela permita. Nesse sentido, a forma do assistente social é levar essa questão e trabalhar junto esta questão que no final da conta nós profissionais, sejamos quem for: assistente social, arquiteto, biólogo, [...], só junto que agente consegue perceber o quanto esta buscando um equilíbrio ou o quando a gente está facilitando um desequilíbrio daquela relação socioambiental. *(Matilde – Assistente Social)*.

O Serviço Social, ao integrar o ecológico em suas ações cotidianas, se apropria desse conhecimento para adquirir competência intelectual no sentido de assumir o papel profissional frente à determinada questão, assim institucionalizando a sua atuação por meio dos espaços sócio-ocupacionais, e, também pela organização do processo de seu trabalho, ao qual este profissional poderá trazer elementos diferenciais através do exercício profissional. Isso implica, aos profissionais, desenvolver reflexões acerca da sua atuação ao compreender o seu papel frente à questão socioambiental posta na contemporaneidade, dado que o “[...] papel social do Serviço Social está fortemente condicionado pela estrutura e pelas dinâmicas sociais, expressas fundamentalmente pela correlação de forças e pelas lutas de classes.” (MONTAÑO, 2006 apud NUNES, 2012, p. 55). Por isso, o fundamental se faz presente à legitimação do papel profissional no que tange ao reconhecimento das demandas emergentes à profissão, assim como as múltiplas expressões da questão socioambiental. Desse modo, sobre este questionamento a respeito do papel do Serviço Social frente à questão ambiental, as entrevistadas apresentaram o seguinte posicionamento, em que o(a) assistente social:

[...] tem o papel de articular, ele tem o papel de coordenar e avaliar, avalia, analisa isso na questão de licenciamento ambiental. Na educação ambiental, ele tem uma frente mais próxima da comunidade, mais próximo dos grupos da população. No licenciamento temos o papel de articular conhecimento e cobrar do empregador, dentro do que pede a legislação dos direitos sociais já consagrados na constituição ou nas que já conhecemos, direito do idoso, direito a acessibilidade, direito a informação e tantos outros. Puxar essas informações legitimá-las, porque para que elas tenham um valor legal, cobrá-las para que o empreendedor possa incluir na excussão do seu trabalho. A qualidade do seu trabalho que ele vai desenvolver tem outro valor geralmente é um ganho. *(Mariana – Assistente Social)*.

Uma deles é colocar essa visão social longe do assistencialismo, enfim, enquanto cidadão, um social que é constituído de pessoas, que na maioria das vezes são excluídas do processo de bens e conhecimento. Então quando você trás esta discussão num meio que majoritariamente você tem técnicos de diversas áreas, então, engenheiros, agrônomos, arquitetos, humanista, enfim... Acho que você faz essa dimensão, dimensão humana que está colocado nesse trabalho muito técnico, você acaba desconsiderando o que deveria ser muitas vezes não acontece, mas o Serviço Social vem para trazer esse olhar e forma de trabalhar, sempre o Serviço Social tem esta reflexão, sabe a importância do trabalho interdisciplinar e transversal. *(Ana Rosa – Assistente Social)*.

[...] acredito que é conversando com o sujeito, com os usuários, com toda a população, é que realmente nós precisamos fazer com que a sociedade avance no sentido de compreender que ele faz parte do sistema, da vida, do mundo e da terra. E fazer esta relação do homem, participando do sistema e não ele apenas como sujeito individual e fazendo uso irresponsável dos recursos. Nós sabemos que muitos pensam que o dinheiro compra tudo, mas quem diria que o sudeste, São Paulo, estaria com uma crise hídrica, e aqui este sujeito que utiliza a água que está faltando na sua casa, ele tem consciência, que não houve investimento, que nossos governantes, que eles não estão pensando nisso, pois o capital é mais importante. E essa relação que é perversa, então, o nosso compromisso enquanto educador ambiental e assistente sociais é essencialmente estar fazendo com que haja conhecimento e informação. (*Santana – Assistente Social*).

Temos o papel de trazer a reflexão do indivíduo com relação com esta questão, a gente trabalha de uma forma que a gente trás muito os elementos com relação as suas necessidades vitais, os programas sociais que existem tem que fazer esta ponte, nessa hora nosso papel é de ampliar nosso conhecimento, nosso olhar com relação às questões socioambientais. É buscar saber e se atualizar com relação às questões de sustentabilidade de um território e quais as relações que pode favorecer isso é quais não, para ter elementos para discutir com a comunidade, com a população em geral, criando um trabalho, criando uma cartilha, tudo que a gente vai fazendo, ela tem que estar embasado nesta atualização do conhecimento. (*Matilde – Assistente Social*).

O papel do assistente social vai depender da linha temática que vai desenvolver no meio ambiente, se eles vão trabalhar com fiscalização, com legislação, ele vai ter um foco de defesa de direitos do cidadão. Se ele trabalha nos parques, ele trabalha com a questão da preservação, a informação, a educação, a participação da comunidade ou do usuário naquele equipamento para que ele sinta pertencente aquele equipamento. (*Madalena – Assistente Social*).

Educador; promotor de reflexões, sensibilizadores e mediador. (*Esmeralda – Assistente Social*).

Ao trazer para o universo do Serviço Social o reconhecimento do seu papel social frente à questão socioambiental, é possível descrever as suas inter-relações a partir do aporte teórico sobre essa temática no processo de trabalho que envolve o exercício profissional de assistente social. Desse modo, notamos que o(a) assistente social pode contribuir através do seu trabalho profissional no que tange às questões ambientais postas na atualidade, de acordo com que foi ressaltado na fala da assistente social *Madalena* ao dizer que,

O assistente social tem subsídios na formação dele que permite que se expresse nessa área como propriedade, porque ele entra na área do meio ambiente com uma compreensão ampla dessas interfaces de trabalho, enquanto muitos profissionais se delimitam e focam só num aspecto. O assistente social tem condição de entender que é específico e as correlações daquele fato específico. Essa é a constituição precisa de ter uma visão ampliada, que foi quando entramos na secretaria, quando viemos da saúde, na saúde você tem o cuidar das pessoas e no meio ambiente é o cuidar do meio ambiente no cuidado das pessoas. Então é um janelão que se abre para a gente por que você sai daquela condição do indivíduo e consegue ver o indivíduo em todo aquele contexto em que ele está e como este contexto, interface nas pessoas, na comunidade, nos grupos e nos indivíduos, então é muito rico esse aprendizado. (*Madalena – Assistente Social*).

Após enfatizarmos reflexões conceituadas neste ensaio sobre a construção desse processo intelectual das assistentes sociais acerca do exercício profissional de assistente social na área ambiental entremeio ao universo da SVMA, foi também apresentado pelas profissionais o relato da experiência constituída em torno da participação profissional em programas e projetos de trabalho desenvolvidos até o momento na secretaria, conforme destacamos no quadro a seguir:

Quadro 7- Participação das assistentes sociais em trabalhos desenvolvidos na SVMA

Trabalho	Descrição do exercício Profissional
Programa Agenda 21	[...] coordenei o formato desse programa, por que? Porque a gente conseguiu muito trabalhar a sensibilização e um pouco a mobilização da comunidade com relação a isso. <i>Matilde.</i>
Divisão do FEMA	Eu trabalhei na avaliação de projetos que se inscreviam vias editais, e então tinha edital para educação ambiental na cidade de São Paulo, então tinha projetos na área de educação ambiental e para agricultura orgânica e a agroecologia acompanhei as comissões de avaliação de editais desses dois temos. Ai a comissão recebíamos todos os projetos, avaliações, você tinha critérios e pontuação, enfim, para ver qual projeto se enquadra e depois passava com o FEMA. [...] todos os projetos que a gente avalia se tinha um público para qual esse projeto destinava e sem procurar ver o alcance, então, um projeto que atendesse maior número de pessoas, que tivesse uma metodologia participativa, que considerasse as pessoas não só como benefícios, mas que eles participassem do processo, fossem ouvidos, participassem da construção, das ações, enfim, isso era sempre visto pelo Serviço Social com esse olhar para quem o projeto se destina, eles vão participar desse projeto. Se pretende trabalhar a autonomia, pois a continuidade pelos próprios benefícios, isso era sempre pontuado pelos assistentes sociais que participaram do processo. <i>Ana Rosa.</i>
Cursos Valorização dos Parques	[...] tive uma experiência com o parque Nabuco onde foi uma experiência muito positiva porque antes de desenvolvermos curso, nós fizemos uma pesquisa para sabermos, porque o parque não era utilizado pela população do entorno, era um parque, que era passagem de furto, não havia crianças e não havia idosos, e havia muita gente de idade produtiva desempregados. Com essa informação e essa pesquisa, nós nos munimos disso e fomos procurar os postos de saúde, apresentando o parque como espaço para desenvolver atividades e uma proposta de atividade de educação ambiental com unidades de saúde e também com as escolas. E isso ocorreu ao longo de dois anos, o parque foi mudando, então você vê que isso é a apropriação, pois o porquê que tinha um perfil que era vazio, espaço de furtos, de pessoas que estavam drogadas, ele gradativamente foi mudando e a população foi abraçando o parque, foi utilizando dele, e aquele público não sumiu, ele diminui, mas o parque, ele teve a utilização muito importante dos jovens como já falei, a ocupação da cidade é muito grande no solo e os parques representam o contato com o verde, com o lazer, então, ele é necessário para a saúde mental, saúde física das pessoas e ali se pode desenvolver cursos dos mais diversos, com o saber cuidar, que era uma base do Leonardo Boff, um livro que ele tinha que falava do saber cuidar. <i>Mariana.</i>
Departamento de Educação Ambiental	[...] tivemos um trabalho na região sul de São Paulo, com capacitação de professores e moradores da comunidade em que ia ser criado as áreas de proteção ambiental da cidade de São Paulo, do extremo da zona sul, Capivari Monas e Polônia, mas eu trabalhei mais na criação de Capivari Monas. Então fiz cursos de educação ambiental, tanto para professores da rede pública como também para a comunidade, esse foi o primeiro trabalho, primeiro projeto feito de forma interdisciplinar, onde tinha assistentes sociais, sociólogos de outras secretarias, Sabesp, da própria secretaria, então engenheiro e agrônomo, enfim, tinham várias áreas trabalhando nessa finalidade de educação ambiental. Depois voltei para a saúde[...]. <i>Ana Rosa.</i>

Trabalho	Descrição do exercício Profissional
Centro de Educação Ambiental	[...] tinha a proposta de aglutinar a sociedade e o poder público na condição da melhoria da qualidade de vida daquele território, aí o que a gente fazia, a gente fazia muitas reuniões, chamava as pessoas para dentro do parque, porque era dentro do parque da Luz, no jardim da Luz. <i>Matilde.</i>
Projeto Crescer: germinando a cidadania	[...] estou como coordenadora, assistente social e educadora ambiental e monitora. Eu sou assistente social, educadora ambiental, trabalho o homem, o tema homem e meio ambiente, do ponto de vista de fazer uma retrospectiva, comportamento, qualidade de vida, e uma observação aqui entra no urso de jardinagem de novo que ele atenda aos interessados no mercado de trabalho, jardinagem, paisagismo em fazer seu próprio jardim, utilizar como hobby ou terapia da terra, e aqueles que receberam sugestão e indicação médica. Então temos em nossas salas de aula estudantes de arquiteturas, biologia, agronomia, artistas plásticos, donos de casa, educadores, profissionais da área da saúde, porque há unidades de saúde que entre as atividades a serem oferecidas aos seus usuários inclui, por exemplo, oficinas de horta, idem unidades da educação, acabam sendo nossos multiplicadores de uma forma aí mais macro, isso tudo retorna para a cidade de São Paulo, a gente vai cobrir a cidade de verde, é o que é a intenção da Secretaria de Meio Ambiente, de fazer o caminho de volta, introduzir o verde neste contra ponto com o cinza por conta desse crescimento populacional e essa urbanização que tanto impactou algumas áreas da cidade. O terceiro você tem o orquidário, que eu entro também como assistente social e educadora ambiental [...]. <i>Esmeralda.</i>
Projeto Zeladoria de Praças	[...] eu entro como assistente social e educadora ambiental, com o tema jardineiro e meio ambiente, profissional jardineiro e postura, [...] onde os profissionais estão convergindo para essa área de atuação, então o mercado está aberto, está forte, o objetivo é a manutenção desse projeto de zeladoria de praça é a manutenção das praças públicas e áreas verdes da cidade de São Paulo, bem como qualificar trabalhadores empregados no ofício de jardineiro, aqui você vê inclusão social também, trabalho e você aí um grande frente de trabalho para dar uma devolutiva, já que são muitas praças que a gente fala que está no vermelho do ponto de vista de levantar essas áreas. Esse projeto de zeladoria de praça, vale colocar aqui, ele visa capacitar profissionais desempregados, já que estamos falando do nosso Serviço Social, pertencentes às famílias de baixa renda [...]. <i>Esmeralda.</i>
Programa Braços Abertos	[...] trabalho com o curso de jardinagem com carga horária de 60 horas em 2014, e aí você vai pensar de novo através da jardinagem que é a inclusão social por meio do trabalho, e o que esse programa de braços abertos é importante, importante saber que com relação a empregabilidade que vai além da inserção social por causa do objetivo dele [...]o Serviço Social do ponto de vista da minha unidade de trabalho é retomado um trabalho multidisciplinar referente a encaminhamentos de ordem técnica, administrativa, organizacionais da divisão técnica da escola de jardinagem como assistente social e educadora ambiental no âmbito das atividades desenvolvidas na divisão técnica da escola de jardinagem em contra vazão das suas atribuições específicas, orientações ao indivíduo, famílias, instituição sobre direitos e deveres, serviços e recursos sociais, programas de educação, enfim, encontra um espaço para planejar, executar, supervisionar, coordenar, avaliar planos, projetos sociais nas diversas áreas de atuação, na área governamental, municipal atua de novo de forma interdisciplinar na esfera governamental, municipal, prefeitura municipal de São Paulo [...]. <i>Esmeralda.</i>
Operação - Águas Praiadas	[...] a proposta era o assentamento de oito mil famílias, quase uma cidade, cinquenta mil pessoas, pediu o estudo socioeconômico da SEAB, que era secretaria responsável pelo assentamento, fez este levantamento, mostrou toda a base de legislação, estatuto da cidade, plano diretor, a própria lei da operação PANA, a construção de critérios junto com os próprios moradores e cidadãos. Esse trabalho é muito rico, que teve um tempo que foi de governo, mudou a gestão, mudou-se o propósito, mas está aqui registrado aqui, ele foi realizado atendendo solicitações nossas, implantando atividades de educação ambiental com crianças, adultos, levando conhecimento da importância do reassentamento, de como eles gostariam que fossem realizados, e isso foi possível [...]. <i>Mariana.</i>

Trabalho	Descrição do exercício Profissional
UMAPAZ – Curso da Carta da Terra	Então no curso da Carta da Terra eu pude participar de um módulo que é o da participação social, colocando o mapa falando e o diagnóstico participativo, não é a ONG's chega lá e levar o projeto pronto, não ter a participação das pessoas que estão envolvidas. O assistente social é chamado nesse sentido, de entender se é para emancipar, se é um projeto educativo em educação ambiental, se vem de encontro aos princípios, é nesse sentido que nós sentimos que nós estamos participando dos projetos do FEMA. <i>Santana.</i>
UMAPAZ – Divisão da Formação	Estou junto à oficina de regular de dança circular, conheci o grupo de dança circular no centro de convivência, quando trabalhei na saúde, é uma coisa que sempre tive vontade de seguir e fazer os workshops, então surgiu essa possibilidade, e me disponibilizei a estar junto. E agora, em outros cursos que eu também estou envolvida, e, também estou promovendo um círculo de encontro de água e ecologia, vai ser o primeiro, eu quero trabalhar mais este tema na UMAPAZ, teve algumas palestras, mas soltas e esporádicas e agora eu queria fazer uma coisa permanente. <i>Ana Rosa.</i>

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2015).

A partir da experiência relatada pelas assistentes sociais nos trabalhos desenvolvidos até o momento na SVMA, podemos confirmar as indagações iniciais acerca das inter-relações do trabalho profissional do Serviço Social no âmbito da questão socioambiental. Assim, torna-se possível instigar essa temática como espaço sócio-ocupacional à medida que as intervenções foram destacadas pelas assistentes sociais no que concerne a experiência vivenciada na SVMA, onde as profissionais evidenciam a construção desse processo intelectual através do exercício profissional frente à questão ambiental. Isso constitui reflexões que significam “[...] reconhecer os limites e possibilidades do espaço ocupacional é fundamental no sentido de assegurar sua legitimidade profissional e enfrentar o desafio de responder às particularidades das demandas postas à profissão.” (NUNES, 2012, p. 55).

Também sobre esse trabalho com a questão socioambiental na SVMA, foi questionado às assistentes sociais acerca da experiência vivenciada diante desta questão, e se, neste caso, podemos designar este espaço sócio-ocupacional para o trabalho do Serviço Social?. O que constatou a opinião entre as entrevistadas de que esse espaço institucional constitui demandas postas ao exercício do Serviço Social. Pois, foi identificado, entremeio as falas, que a questão ambiental e suas múltiplas expressões configuram matéria para o trabalho profissional de assistente social mediante as particularidades emergentes dessa questão como espaço sócio-ocupacional, posto que as assistentes sociais responderam essa questão, dizendo que:

Sim, [...] quando você trabalha com o ambiental, você está olhando o ser humano de uma forma integral. E quando você tem esse olhar integral, você vai procurar outros conhecimentos, vai à busca de outros colegas, de outras áreas que possam contribuir para ter um conhecimento um pouco mais amplo para poder ofertar uma qualidade de trabalho mais positivo. *(Mariana – Assistente Social).*

Sim, é um lugar para o assistente social trabalhar, justamente pela questão socioambiental que está descolado. Então a gente vive numa cidade, numa sociedade

que tem pessoas, que tem interesses, que tem conflitos. Então acho que sempre vai ser necessária uma atuação com formação do Serviço Social. *(Ana Rosa – Assistente Social)*.

Sim, é um espaço sócio ocupacional, é um espaço de crescimento, de ampliação para você exercitar essa questão social, econômico, ambiente, trabalhar toda essa interação. Isso é uma coisa fundamental. *(Madalena – Assistente Social)*.

Sim, porque as profissões estão hoje conversando para área verde, entre “”, e ambiental, de modo a otimizar e potencializar o resultados dos trabalhos aí desenvolvidos através dos múltiplos perfis. *(Esmeralda – Assistente Social)*.

Assim observamos a construção do conhecimento sobre o Serviço Social na SVMA do município de São Paulo/SP como sendo algo pioneiro para o exercício profissional de assistente social frente à questão socioambiental, principalmente por se tratar de um espaço sócio-ocupacional interligado ao setor público que lida diretamente com a temática ambiental.

Pois, ao transcursar sobre este estudo com as entrevistadas, nos movemos no sentido de apreender sobre as motivações e os obstáculos do trabalho profissional desenvolvido pelas profissionais na SVMA, onde, no primeiro ponto desta questão foram levantados às seguintes citações pelas assistentes sociais:

As motivações, o profissional, ele tem uma auto motivação por que ele quer ver o resultado do seu trabalho, por que tem uma produção de conhecimento, solicitei, cobrei e veio aqui registrado, se a população foi esclarecida dos seus direitos, se foi informada, ela veio conhecer o conjunto habitacional, como seria isto feito, ela tem direito a informação. Por que se você olhar alguns anos atrás a informação, não era algo que se tinha direito. O fato de a gente ter plenárias em que as pessoas decidiam ou pelo menos elas se colocavam, nós temos audiências públicas de todos os empreendimentos que vão ser implantados na cidade, a população vai e a população se coloca. É um instrumento de participação importante, tem a sua validade por que antes nós não tínhamos, pois os empreendimentos eram realizados e as pessoas não tinham conhecimento disso, e isso, já é uma evolução, um ganho que antes não ocorria, as pessoas não tinham esse olhar há quarenta anos atrás, nós não tínhamos esses tipo de ganho. Então isso, nos motiva a ver a qualidade, pois temos que ter audiências públicas, o órgão público escuta a comunidade? Escuta o cidadão? Ele ainda não aprendeu a escutar o cidadão, então, o que precisa é o cidadão aprender a usar a audiência pública, entender melhor esse instrumento, que instrumento é esse, o órgão público vai atender a legislação. Sabendo disso, o cidadão faz uso disso a seu favor, é um direito dele, enquanto ele não entender esse processo, ele vai ser levado as nossas câmeras por que nós ainda não entendemos o funcionamento da participação. Quando a gente tomar para si não vai ser tão fácil sermos liderados da forma que somos, podemos ter ganhos maiores, mas já são alguns espaços de que o cidadão possa se colocar, isso já é uma motivação para nós poder participar desses grupos e dessas atividades que antes o Serviço Social não estava presente. No licenciamento ambiental eu estou de 2000, é uma área ampla para o Serviço Social, é uma área muito rica, de muito conhecimento. Notadamente você tem como desenvolver atividades específicas do Serviço Social com avaliação e análise de instrumentos do Serviço Social. Não este em excussão, mas tem instrumentos para cobrar a execução disso porque tem legislação para isso. E o empreendedor, que é um órgão público só atende o que a legislação pede. *(Mariana – Assistente Social)*.

[...] motivação, era não só pela questão premente da vida, meio ambiente é vida, continuidade da vida, o reconhecimento da importância da vida nos mais diversos

aspectos, enfim, setores. Isso sempre me atraiu, é um tema que também depende da sua visão de mundo, então sempre me considerei parte da natureza tem necessidade de ser coerente com aquilo que eu faço, com aquilo que eu acredito, então, nesse sentido me aproxima bastante por que trás esse caminho de olhar para si, dos meus hábitos, valores, sempre me acrescenta e você leva para todos os lugares. *(Ana Rosa – Assistente Social)*.

Eu vejo que a grande motivação são os próprios colegas, que na união, um ajuda o outro no desenvolvimento desse trabalho. *(Madalena – Assistente Social)*.

Nas motivações é fazer um curso de pós-graduação em educação ambiental Lato Sensu, Também fui motivada a fazer um curso de aperfeiçoamento Fundamentos em psicanálise e sua prática clínica para ajudar a identificar e colaborar um pouco mais com aquele percentual de jovens em vulnerabilidade social de dezesseis a vinte anos que ingressaram com esse perfil e vulnerabilidade em saúde e se eu for pensar no meu público alvo do programa braços abertos em relação aos dois. *(Assistente Social – Esmeralda)*.

As motivações observadas nesta empreitada do trabalho socioambiental perpassam pelo aprimoramento das assistentes sociais através do trabalho profissional frente à questão ambiental na SVMA, solidificando descobertas para novos campos, e renovando a capacidade intelectual numa construção dimensional da prática profissional do Serviço Social. Pois, no que concerne “A análise dos espaços ocupacionais do assistente social – em sua expressão e metamorfose – requer inscrevê-los na totalidade histórica considerando as formas assumidas pelo capital [...]” (IAMAMOTO, 2009b, p. 342). Isso constata o movimento da atuação profissional em direção às necessidades postas à profissão no tocante à (re)produção das expressões da questão social.

À vista disso, a motivação para a realização desse trabalho está conectada transversalmente a outros saberes para a desmistificação da realidade da vida social, para assim então derrubar muralhas e reconstruir novas formas de conexão da relação da sociedade com a natureza através da preservação da vida planetária. Por isso, a motivação em “[...] pesquisas concernentes à percepção ambiental nas relações entre o homem e a biosfera podem encorajar a participação local no desenvolvimento e na planificação, com vistas a uma realização mais eficaz de uma transformação mais apropriada.” (ABRANCHES, 2015, p. 56).

Já no segundo momento desta questão, foi instigado sobre os obstáculos encontrados pelas profissionais nesta trajetória, pois é comum a ocorrência de obstáculos na empreitada socioambiental, por se tratar de um caminho arraigado por dificuldades e desafios transfigurado pelas questões que perpassam a dinâmica social constituída sob a égide da barbárie enraizada aos projetos societários, e que se encontram institucionalizados por meio das suas próprias corporações gerenciadas aos interesses determinados pela conjuntura estabelecida. Assim, os obstáculos especificados pelas entrevistadas foram que:

[...] obstáculos, às vezes os obstáculos é a própria instituição que não está pronta para o que a população e a sociedade solicita. São caminhos e são evoluções diferentes, que às vezes burocratizadas, às vezes alguém da necessidade do que a sociedade precisa. A cidade de São Paulo mereceria condições de trabalho, referência, equipamentos, salas, instrumentos para receber o público da forma que ele merece, pois ele paga impostos e infelizmente não temos isso. E assim, é os vários outros serviços públicos na saúde, isso, é muito apresentado, na educação também. É o descaso com espaço público, acho que isso dificulta mais o nosso trabalho porque precisamos oferecer mais e no momento que você não tem um instrumento, às vezes não tem uma sala, não um ambiente adequado para receber, isso dificulta o atendimento. *(Mariana – Assistente Social)*.

Os obstáculos do serviço público, na Secretária do Verde, podem dizer nesse período em eu estive, é mesmo a troca de gestores, é mesmo a troca de a sua visão, por muitas vezes ele chega carrega consigo sempre público que já estava fazendo, aí tem que romper algo que estava sendo executado para dar início a um novo projeto e isso tem sido um grande desafio. Mas nós como assistente social aprendemos lá no curso que a gente de fato tem que aproveitar e saber trabalhar com as possibilidades, então, é nessas pequenas possibilidades que, como o projeto do FEMA, o curso da Carta da Terra, e aí quando nós exercendo de fato nossa autonomia, porque ela é parcial, néh, então nesse momento quando nós vamos analisar um projeto, descobrir qual ONG's possui uma visão melhor, nós vamos estar sempre tentando fazer com que a Ong's consiga cumprir o que foi acertado, o que foi combinada, e se o projeto não estiver dando certo, a gente tem que olhar o projeto, ter uma modalidade que a gente tem que encontrar uma das maneiras de fazer nossa atuação sempre com compromisso ético-político. *(Santana – Assistente Social)*.

Os obstáculos foram às mudanças de governo, a não continuidade dos trabalhos que a gente desenvolve fechamento do Centro de Educação Ambiental, fechamento da divisão de gestão descentralizada, enxugamento da máquina. Todas essas coisas, elas vem porque tem um interesse único do poder público naquela administração vigente, ela não olha como um todo, aquela sociedade, a compreensão dessa sociedade do que está no território, a disparidade entre o nível de consciência dos indivíduos de tal maneira que eles, esse individualismo é um fomentador da relação que existe hoje na nossa relação institucional na sociedade, na administração vigente, ela vem e faz o que ela quer. Hoje temos uma administração que fala de participação, mas ela não faz participação, ela não cria este canal e não abre precedente para que esse canal seja criado, não é função do poder público o canal de participação, é uma relação de duas vias a sociedade se organizando e o poder público trabalhando na administração dessa visão. Na SVMA como em qualquer outra secretaria, porque tudo isso aqui está diretamente envolvido com a administração pública vigente. Se a SVMA não tiver possibilidade dialógica com as outras secretarias, as outras partes, a gente não está fazendo nenhum trabalho, porque nosso trabalho tem que ter interface com todas as outras, mas esse não é o olhar da administração pública essa a anterior, a outras e eu reforça que tivemos exercício durante quatro anos disso, e é muito pouco [...]. *(Matilde – Assistente Social)*.

[...] eu vejo como obstáculo as interrupções, assim, a cada governo. Existem projetos e programas bons para serem desenvolvidos, e a gente percebe que isso se torna um impacto dessa transformação, à medida que muda um governo, às vezes, um programa que estava indo bem deveria dar continuidade por que para você ter bons resultados na educação ambiental e no social leva tempo, é uma questão de tempo, de muitos anos, e como esse personalismo dos nossos dirigentes não permite que aconteça então isso acaba se tornando um obstáculo por que você pode ter um programa e rever este programa, reavaliá-lo, mas não precisa estar sempre recomeçando a cada governo. *(Madalena – Assistente Social)*.

Por ora, fica esclarecido que a dinâmica social advinda dos interesses da estrutura hegemônica determina a atual conjuntura da vida socioambiental, principalmente no tratado das determinações dos poderes políticos como sendo um dos obstáculos, por transmutar os interesses dos poderosos em face às necessidades da vida coletiva. Sabe-se, então, que isso perpassa no relato de experiência das assistentes sociais, onde a visão desse processo com relação aos trabalhos desenvolvidos e projetos seguidos acontecem em consonância com a mudança de governos. Isso dificulta o desempenho das ações públicas, expressando que as políticas públicas por vezes vão sendo enfraquecidas a modo do imediatismo como meio de mascarar o feito no que tange às necessidades sociais, bem como, também, as ambientais.

Desse modo, como em outras áreas de atuação profissional de assistente social, também, no socioambiental, sobretudo, evidenciamos necessário que a categoria profissional engaje mediações com os indivíduos e o coletivo em prol da interação entre o social e o meio ambiente a modo da construção do paradigma ecológico, pois como podemos ficar alheios ao modelo de desenvolvimento societário que separa homem-natureza através da ideologia da dominação, pois, a exemplo disso, “Neste caso, cabe indagar: como esperar que tais indivíduos desenvolvam comportamentos respeitosos ao meio ambiente quando este, na maioria das vezes, se resume ao espaço doméstico e a natureza é tomada como algo abstrato, e idealizado?” (SILVA, M. G., 2010, p. 156). Assim, mais uma vez o discurso fragmentado da questão ambiental pode camuflar o interesse econômico através da falsa superação da problemática ambiental entremeio às suas contradições estruturais.

Frente a isso, num viés crítico, o enfrentamento dessa questão dissemina a participação e a mobilização do ser social intermediado a superação da alienação subentendida a hegemonia para a construção de uma ordem societária condizente a consciência da interação e interdependência homem-natureza como parte expressiva para a perpetuação da vida. Por isso, foi indagado às participantes da pesquisa, sobre os elementos essenciais acerca da importância do profissional, intelectualizar essa temática para mediar na matéria do Serviço Social intervenções nas mais expressas dimensões do seu exercício profissional. Desse modo, entre as assistentes sociais da SVMA foram apresentadas as seguintes conotações sobre a importância para a profissão realizar intervenções em prol dessa interação entre o social e o ambiental, ao responderem que:

É importantíssimo, estou aqui há alguns anos e cada dia eu tenho esta certeza, e, eu agradeço a oportunidade de ter encontrado o meio ambiente como área de trabalho porque é uma área que não é só de conhecimento para o outro, mas para mim

também, então faz parte disso também. Então quando estou vendo um projeto de conjunto habitacional, ele vai ficar melhor, eu também vou ficar, então meu olhar muda, pois se eles vão sair de uma área de risco e vão para uma área em que vão ter dignidade, então é bom! É bom para mim também. Se vão ganhar um parque é bom para todos, a cidade precisa da área verde. Então o ganho na categoria é imenso porque não é só para categoria porque ultrapassa trabalhar, pois não é só uma questão de engajamento de reivindicação e causa, é em prol da vida, da vida do ser humano. Você ter a honra de trabalhar com o meio ambiente e poder aprender e trocar esse conhecimento com outros colegas e com outros profissionais, com a própria população, pois conhece a área onde mora, que passa por coisas que você nem imagina. Então é uma honra trabalhar no meio ambiente e na Secretaria do Verde, nesse sentido é um ganho para nós assistente sociais poder ter acesso a este conhecimento e projetar uma atuação nossa de frentes das mais diversas por que é um campo novo. O que você trouxe de necessidades, nós temos como desenvolver frentes, por exemplo, um viário é uma operação urbana, mexe com muitas pessoas, com reassentados, mas tem pessoas que estão desapropriadas, que é outro tratamento, tem os próprios viários, tem os parques que vão remodelando a cidade, pensando numa qualidade, tentando pensar numa qualidade, tem erros, tem! Pois sempre pede ser melhor, as pessoas fazem pelos instrumentos que tem na hora, infelizmente com o que elas podem contar. Se, é um terminal de ônibus, se é um metrô que vai aproximar valorizar a área das pessoas e os temas mais variados como poluição atmosférica, já nesta área é mais difícil porque não temos legislação para isso, como você vai poder acusar aquele X número de pessoas estão com problema respiratório se nós não temos legislação que mostre tal X número, é um impacto determinado do diário de carros que passam em frente aquela escola, é um aeroporto que gera problemas, que gera problema respiratório, que dependendo da sensibilidade, dores de cabeça, nós não temos, ainda não temos. Acredito que temos pesquisas ao longo dos tempos que possam associar um coisa a outra e aí teremos ganhos maiores. O que é mais difícil é não ter legislações específicas, por que meio físico tem, pois têm sobre o solo, trepidação, vibração, no caso do biótico quantos indivíduos de manejo, quanto custa aquilo no meio socioeconômico não só que o impacto daquele ambiente, daquela mudança, que vai pagar é a população, pagar com o que? Com sua saúde, às vezes. Isso é dividido custo social que fica para a cidade. *(Mariana – Assistente Social)*.

Sim, você tem ideias dentro da área ambiental, por onde se deve caminhar, o que não se deve fazer, o que é saudável estimular, enfim, o que é importante se fazer. Mas é um social que caminha a passos lentos nesse sentido por que tem as necessidades básicas, por que tem a questão cultural da própria forma do nosso povo, enfim, essa diversidade e essa, era bom até um sociólogo falar, mais isso contribui para ser um povo diverso em vários aspectos, mas também na questão da valorização da vida, de se enxergar como parte da natureza, enfim, então tem muito que caminha nesse sentido, e por isso, acho que o assistente social atua, mesmo estando longe da academia, mas eu sei que onde a gente está a gente leva esse olhar. Então de alguma forma se compartilha isso, seja em planejamento de um projeto, uma instância de decisão da secretaria, você teve esse olhar de considerar o todo, de trabalhar em conjunto, de que deve sim existir as especificidades, mas que elas também devem se integrar por que o meio ambiente é um todo. Então a gente tem muito a contribuir, e há ainda uma diferença muito grande entre o meio ambiente apesar do discurso estar vinculado ao socioambiental, mas na prática efetivamente ainda não e acho que tem muito a avançar, considerar as comunidades, tradições, os saberes, enfim, os valores, a cultura, acho que por muitas vezes não levando em conta e o assistente social neste aspecto trás essa importância de se considerar isso nas decisões. *(Ana Rosa – Assistente Social)*.

É importantíssimo, porque a gente poderia dizer que é o socioambiental mesmo. Hoje nós estamos trabalhando com o conceito de socioambiental, avançando para a ética na política, ética na nossa profissão e o compromisso. Então assim, é de fato olhar, que a categoria tem que começar a compreender essa junção, porque enquanto

a gente não alçar voos, abrir, ter um alargador de horizontes para a gente fazer uma análise da sociedade, precisamos analisar o contexto geral e global, o que está acontecendo nas relações hoje, elas são muito rápidas. Então a gente tem que entender nesta velocidade da tecnologia, e começar, a entender que nosso trabalho é tecnologia social, e começar com compromisso exercer a nossa profissão, com carinho e respeito. *(Santana – Assistente Social)*.

Total, porque o profissional de Serviço Social é aquele que tem toda a base em sua formação, ele vem neste sentido, no sentido de que quando estiver envolvido com uma questão, ele está envolvido com uma questão que de uma relação social, dentro de uma relação socioambiental a partir do momento que ele consegue perceber que não é social. O profissional que consegue fazer essa relação, ele vai ter a possibilidade de atuar dentro de qualquer área. Hoje a questão ambiental é muito latente nas questões que temos que trabalhar, porque a pobreza está ligada a questão ambiental, a visão do individualismo, o quanto ele é um ser que está ligado a questão ambiental. A visão dos empreendimentos também tem que estar vinculado a questão ambiental, nós somos participantes desse processo, nós não estamos acima e nem somos menores do que isso. Eu costumo dizer que o ser humano, ele é um administrador disso tudo porque penso a respeito, a única coisa que ele precisa é adquirir conhecimento maior a respeito daquela questão para ele poder atuar, e eu acho que o que me embasou a isto foi a formação em Serviço Social, que me fez ter uma visão holística em relação às coisas, nem pensar exclusivamente em um único ponto, mas o quanto este ponto está ligado a outros, que a transformação de todos eles a partir do momento que as pessoas compreender que existe uma teia, que as coisas sejam melhores, melhores em que sentido, melhores para aquela comunidade, melhores para o território, melhores para a qualidade de vida e não só do indivíduo, mas não só do homem, mas de toda a condição. Todo embasamento que existe ali que ele esteja aí falo até mesmo dos micros organismos que é uma coisa que a gente não pensa, a gente destrói, a gente destrói um monte de vida em prol de uma idéia, a gente não compreende o que a gente está fazendo. Então o assistente social, profissional nessa hora, pode se engajar em qualquer tipo de atuação a partir do momento que ele tem a possibilidade de ampliar seu olhar, se não tiver, pode ser qualquer outro profissional, que também não vai buscar nenhuma forma, pode atuar da mesma forma que um biólogo, que só olha a planta, mas não percebe a correlação dela com o mundo, com o terreno onde ele está, enfim, tudo isso, depende muito da postura do profissional diante disso. *(Matilde – Assistente Social)*.

É muito importante por que com essa crise da socialização que o Leonardo Boff fala pra gente, vivemos uma crise da socialização, vamos viver novos paradigmas e nós só vamos sobreviver a partir de novos paradigmas e vamos ter que reconstruir muito desse meio ambiente. Entender que o meio ambiente, que estou inteiramente ligado comigo e como eu vou cuidar desse novo desenvolvimento do meio ambiente, com uma nova mentalidade, onde as pessoas vão interagir com valores de boa vontade, respeito ao próximo, respeito à natureza, com valores novos valores, valores cooperativos e não tão competitivos, valores não de quantidade, mas de qualidade. O que eu vou fazer para favorecer a vida, minha, do outro na questão da poluição ambiental, da questão de uma coleta seletiva bem feita, será que consigo produzir menos lixo até para não fazer uma coleta seletiva, será que vamos chegar neste estágio? Será que vou aprender cultivar minhas hortaliças para eu comer verduras que não tenham agrotóxicos ou será que sempre vou estar dependente dos mercados. E aí o quando esses mercados impactos o meio ambiente, as pegadas ecológicas, o quanto eles impactam na trajetória, lá na agricultura até chegar o meio urbano. O homem urbano, ele vai ter que rever as distâncias que ele percorre para trabalhar, para que tenha menos estresse, menos depressão, ser mais feliz. Então ter um transporte menos poluente, tudo isso, vai ficar cada vez mais forte para nós e preocupante e cabe ao Serviço Social trabalhar essa nova mentalidade, pois trabalhamos com valores, nós temos mais uma formação que trabalha somente com a assistência, isso é somente uma etapa do nosso trabalho, não é nossa finalidade. Nossa finalidade é trabalhar valores, contribuir com cidadão mais saudáveis, que

fiquem interagindo melhor, estimular convivência com a vizinhança, por que hoje não sabemos que é nosso vizinho, hoje temos medo de andar pelas ruas. Então o que é uma água mais saudável, e assim pensar nesse novo cidadão e neste aprendizado também seremos esse novo cidadão, que agora não tem muito espaço para isso, está se abrindo com a crise da civilização, então muitas coisas criaram um fenda, um distanciamento, mas a tendência é rever, e eu como otimista, acredito que vamos vencer. *(Madalena – Assistente Social)*.

Sim, pois tudo está interligado, homem e meio ambiente, qualidade de vida e vida. *(Esmeralda – Assistente Social)*.

Neste caso, a partir dos argumentos transcorridos pelas entrevistadas, presume-se que em si mesma a questão ambiental apresenta novos desafios aos profissionais do Serviço Social ao incluir o ambiental em suas intervenções. Pois, “No âmbito dessas questões, mais do que em qualquer outra época os assistentes sociais são convocados a registrarem a sua contribuição no âmbito da questão socioambiental tanto no plano teórico quanto no âmbito da intervenção cotidiana.” (NUNES, 2013, p. 210). Em síntese, identificamos que entre as possibilidades e os desafios de o(a) assistente social inserir-se no âmbito do trabalho socioambiental, não basta somente a abertura para um campo novo de trabalho, mas que seja uma dimensão de trabalho reconhecida pela categoria como sendo espaço sócio-ocupacional para o exercício profissional de assistente social.

Finalizamos a pesquisa com a questão instigada aos desafios postos a profissão frente à questão socioambiental, onde foram identificados três pontos importantes no relato de experiência da atuação das assistentes sociais no que concerne o olhar das profissionais sobre os desafios futuros para o Serviço Social na SVMA:

Seria a busca dos colegas, olharem para cá, pois as pessoas ainda vêem o meio ambiente como perfumaria, é um lugar que é bonito, um tema bacana, mas não se aproximam. Ao longo desses anos todos, eu não me lembro de ir algum assistente social, ir no setor onde eu trabalho, procurar [...] nem estágio. Então ainda é um tema muito novo. *(Mariana – Assistente Social)*.

[...] ter concursos públicos para ter mais funcionários que tenha o compromisso com a carreira, para ter um trabalho que tenha continuidade e para isto, a categoria de funcionário público de São Paulo, principalmente da Secretaria do Verde que está se aposentando, e a gente está muito fragilizado no sentido de se fortalecer, não vou dizer aqui seja concurso só para assistente social, mas também de assistente sociais com formação, que tenha visão ambiental [...]. *(Santana – Assistente Social)*.

Continuar fortalecendo, continuar lutando para que a comunidade se fortaleça cada vez mais, para fazer com que o poder público trabalhe em prol da sociedade, e aí o nosso papel é um papel que a gente enxerga além daquela pasta, a gente enxerga o trabalho intersetorial. *(Matilde – Assistente Social)*.

Em linhas gerais, entre os elementos apontados pelas entrevistadas, encontramos: na primeira fala em que é destacada a importância de se tecer novos olhares acerca da realidade ambiental posta na atualidade, fortalecendo a categoria para o trabalho profissional no âmbito ambiental e assumindo o papel de trabalhadores do socioambiental. Outro fator de grande relevância na vivência da atuação na SVMA trata da necessidade de abranger a continuidade desse campo de trabalho na secretaria, pois desde a sua implantação não foram abertas vagas em concursos para o cargo de assistente social, visto que as assistentes sociais do quadro ativo de profissionais da secretaria se encontram em fase final de carreira através da aposentadoria. Por último, foi abordado no que se refere ao compromisso profissional frente a esse trabalho no sentido de reforçar a construção da nossa identidade profissional também no tocante a esta temática.

Esses elementos oferecem conotações que incorporam reflexões e a construção do conhecimento acerca desta temática como base para a formação e a atuação profissional que sejam capazes de prover a capacidade intelectual de um profissional que venha a ser propositivo e criativo ao trabalho com a população usuária do Serviço Social.

É preciso que os assistentes sociais se apropriem desse novo campo de trabalho. No entanto, embora o terreno pareça fértil, num espaço emergente como a temática socioambiental, o assistente social precisa munir-se de recursos, instrumentos, e ferramentas que demonstrem a efetividade desta intervenção. (NUNES, 2013, p. 210).

Neste aspecto, a pesquisa sobre a experiência da atuação das assistentes sociais na SVMA incitou contribuições essenciais acerca da identidade profissional em face da luta para ampliar trabalhos qualificados, principalmente para a capacitação que nos mova a discutir a respeito do fazer profissional em relação à incorporação dos campos emergentes a matéria do Serviço Social. Os elementos constituídos nesta pesquisa confirmaram a necessidade do trabalho socioambiental, e para isto precisamos instrumentalizar novas formas de intervenção para apropriação especializada dessa atuação. E salientamos, ainda, que o compromisso, a responsabilidade e a sensibilização sobre esta questão seja a motivação principal para esse trabalho profissional. “Que o nosso tempo seja lembrado pelo despertar de uma nova reverência face à vida, por um compromisso firme de alcançar a sustentabilidade, pela rápida luta pela justiça e pela paz e pela alegre celebração da vida.” (BOFF, 2015, p. 460).

Por fim, essa análise de conteúdo possibilitou a construção do conhecimento sobre o Serviço Social na SVMA de forma qualitativa ao apreender os elementos dialéticos do conteúdo da unidade pesquisada. Em suma, abarcamos a contextualização quanto à temática

ambiental no âmbito do Serviço Social e, com isso, confirmando as indagações acerca das inter-relações do trabalho profissional nesta matéria ao conotarmos a atual conjuntura da problemática socioambiental. Enfatizamos por final essa contribuição intelectual para a continuidade de novos estudos, as quais serão necessárias para o aprimoramento profissional desse trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é a consciência do homem que lhe determina o ser, mas, ao contrário, o seu ser social que lhe determina a consciência. (Karl Marx).

A consciência ambiental emerge a partir do teor crítico que dissemina o ser social, a emancipação humana pela ruptura da alienação aos traços enraizados na estrutura social, em que os sujeitos possuem a incondicionalidade de pensar a natureza sem dominação. Logo, temos no binômio paradigma moderno e modo de (re)produção capitalista – *o ditame* – para as resultantes à questão socioambiental contemporânea. E esse projeto societário tem colocado em risco a vida planetária ao introduzir a captação inadequada dos recursos naturais por meio das atividades antrópicas.

A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se ‘desvela’ a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em ‘estar frente à realidade’ assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da ‘práxis’, ou melhor, sem o ato ação – reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. (FREIRE, 1979, p. 15, grifo do autor).

Com isso, foi possível, por meio do estudo no campo teórico e prático sobre a questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social, discorreremos reflexões acerca da crise ecológica no tocante a exploração, destruição e a poluição do Planeta Terra pela ação antrópica enraizadas a junção do empirismo, mecanicismo, racionalismo e o tecnicismo que gestadas a partir da era moderna e intensificadas com a Revolução Industrial, representou a expansão do modo de (re)produção capitalista moderno. Assim, o homem desenvolveu a inspiração pela dominação, exteriorizando sentimentos de independência à natureza, pelo não pertencimento e a ideia de bem utilitário dos recursos naturais.

Essa ideia levou o homem ao mito do progresso como fonte de evolução para a condição humana para a satisfação do seu bel-prazer. A dominação social, econômica, política e cultural dos homens por intermédio do sistema linear de (re)produção de bens materiais vem representando a cruel espoliação da natureza à medida que o homem foi se apropriando do meio ambiente pela subjugação das suas riquezas naturais.

As reflexões abordadas sobre os fundamentos da questão socioambiental permitiram o desvelar crítico ao depreendermos acerca das suas múltiplas expressões da questão ambiental entremeio ao conjunto das sequelas da questão social como resultado posto a contraditória dinâmica advinda do sistema capitalista de produtividade.

É certo que o desenvolvimento de sua ordem sociometabólica, o capital opera inexorável e articuladamente na produção de mecanismos de apropriação da natureza e de exploração do trabalho humano: promove o desemprego e a precarização das relações de trabalho, tornando disponível um exercito de famintos a ser manipulado de acordo com as necessidades de barateamento dos custos de produção; por vias idênticas, transforma a natureza em ‘condição de material da produção’, de tal sorte que tanto a depredação ambiental quanto a exacerbação da ‘questão social’ compõem uma unidade estrutural; a mercantilização da natureza e a subsunção formal e real do trabalho ao capital integram um mesmo movimento destinado a assegurar as bases materiais e simbólicas do processo de acumulação capitalista. (SILVA, M. G., 2010, p. 231, grifo do autor).

O caminho percorrido pela dialética foi determinante para aprofundarmos a investigação de tal realidade. Com isso, constatamos as consequências da problemática ambiental interligada à dimensão social quando identificamos os impactos ambientais para a humanidade como sendo resultado dos avanços provenientes da crise ecológica ao apreendermos o aumento dos desastres naturais por meio do desequilíbrio ambiental causado pelas ações antrópica. Isso infere que a apropriação devastadora da natureza e a exploração predatória do sacrifício do gênero humano têm gestado o acirramento da insustentabilidade ambiental.

Por ora, temos assistido aos efeitos dos impactos do sistema capitalista também em impactos ambientais pela exploração, espoliação e poluição dos ambientais naturais, e com isso evidenciando a questão socioambiental e suas múltiplas expressões. O aumento dilacerado dessa questão poderá aos poucos levar a Terra a sucumbir se nada for feito para mitigar e frear tal crise.

Diante dessa constatação, consideramos imprescindível a realização de outra forma de se relacionar com o meio ambiente, que implique novo paradigma de vida, e, neste caso, o ecológico. Ou seja, onde possa ser desenvolvido um relacionamento de dependência através de novas atitudes no agir, no interpretar e no se colocar junto à natureza, o que significa incluí-la em nossas ações, pensamentos e valores a fim de construirmos relações harmoniosas que desemboquem no compromisso, na responsabilidade e na sensibilidade acerca da preservação ambiental para as presentes e as futuras gerações, que têm direito de acesso a uma vida com qualidade socioambiental, e todos devem preservá-la para garantir-lhes isso.

Sobremodo, buscamos reflexões de que a sociedade mundial precisa estabelecer ações de práxis transformadora do âmbito local ao global com relação à forma como tem sido tratado o meio ambiente e, também a si próprio, a modo que o meio que nos cerca possa propagar a perpetuação da vida planetária. Dessa maneira, pensar os efeitos dos fenômenos socioambientais é um ponto crucial para instigar mudanças necessárias, em que estas venham

promover outra forma de lidar e cuidar da natureza, onde ocorra a preservação da biodiversidade de todo o sistema planetário.

Nesse preâmbulo, assimilamos a necessária sustentabilidade socioambiental como meio legal para alcançar esse novo paradigma de vida e, para isso, tendo instrumentos de apoio para realizar tal mediação, que são: a legislação, a ética e a educação ambiental. Junto a isso, compreendemos especificamente que os instrumentais se constituem como elementos essenciais para abarcarmos esse paradigma.

Depois de abordarmos a questão socioambiental, incumbimos à tarefa de investigar o papel do Serviço Social frente a esta problemática, tendo como universo de pesquisa de campo a SVMA da cidade de São Paulo/SP para conhecer o trabalho profissional de assistente social nesse âmbito. Com isso, primeiramente descrevemos sinteticamente algumas características da profissão e na sequência os desafios e possibilidades de trabalho mediante esta temática.

Desse modo, certificamos que o Serviço Social é uma profissão que se insere no tecido das relações sociais sempre buscando redimensionar suas ações de acordo com as particularidades das demandas postas à profissão, sendo cada vez mais desafiado a atuar sobre as demandas contemporâneas de forma propositiva e crítica, lutando pela ampliação dos direitos a cidadania.

Assim sendo, a profissão não deve ficar insciente à questão socioambiental contemporânea, pois essa questão coloca a profissão como uma das múltiplas expressões da questão social, expressões estas que se constituem o objeto de trabalho dos(as) assistentes sociais. Com isso, podemos dizer que os problemas sociais estão interligados aos problemas ambientais, e, por esta razão designamos esta questão como sendo “socioambiental” e assim incitamos pensar soluções imediatas para tal questão por implicar na sobrevivência planetária.

Afinal percebemos que faz-se necessário que a categoria se interesse, estude e compreenda que esse mesmo sistema que explora e aliena os homens também depreda, destrói e polui a Terra e por esta razão não devemos ser reducionistas, enxergar só o social, fragmentar nosso pensamento, separando novamente homem e natureza. (LACERDA; SILVA, 2008, p. 82).

Desta forma, temos que compreender que a superação da questão ambiental instituída sobre o mundo vai depender da instauração de outra forma de relacionamento do homem com a natureza, para outra que seja de interdependência do equilíbrio socioambiental. Portanto, evidências clarificam a necessidade de aproximarmos a profissão da questão socioambiental por se tratar de uma demanda emergente a sociedade em geral, pois também temos o dever

enquanto profissionais das ciências sociais aplicadas de intervirmos neste âmbito com ações que desemboque novas formas, alternativas e harmônicas de atuação para integrar o ecológico na dimensão social.

Decerto descobrimos nos estudos que é possível essa atuação profissional e também como sendo dever do Serviço Social desempenhar esse importante papel na construção do paradigma ecológico. Por conseguinte, assimilamos na pesquisa de campo através do relato de experiência das assistentes sociais que atuam na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) do município de São Paulo/SP fundamentações e reflexões que denotaram descobertas sobre os trabalhos desse profissional em torno dessa questão, principalmente pela apreensão da educação ambiental como ferramenta para o exercício do seu papel no âmbito ambiental.

O papel deste profissional como educador ambiental incorpora conotações educativas da política pública ambiental, onde poderemos utilizar dos mecanismos da educação ambiental como meio para desenvolver ações no tocante à conscientização através da tomada da consciência ambiental, estabelecendo um aprendizado novo que venha substituir essa cultura de não pertencimento a natureza, por outra que seja de respeito, interação, interdependência e solidariedade dos indivíduos e do coletivo com a vida planetária.

Assim, constatamos a institucionalização desse trabalho profissional de assistente social como espaço sócio-ocupacional no trato com a questão socioambiental, pois se não abarcarmos com coragem e determinação essa demanda, perderemos a oportunidade de redimensionar a práxis profissional tangente as particularidades das demandas postas a profissão pelo acirramento das manifestações da questão socioambiental.

Esse ponto foi apreendido através das entrevistas que realizamos com as assistentes sociais da SVMA, especificamente confirmando as indagações iniciais acerca do trabalho profissional no âmbito da questão ambiental. Através de suas falas, desvelamos esta realidade investigada durante nosso estudo ao apreendermos descobertas sobre a amplitude de ações que podem ser realizadas neste campo de trabalho, ao qual nos remeterá possibilidades interventivas e a novos desafios para o Serviço Social ao inserir-se nessa empreitada socioambiental.

Desse modo, os desafios estão postos à profissão do Serviço Social para que sejam efetuadas intervenções neste âmbito, pois esta questão não é devida a ser proposta somente através do poder público, mas da sociedade em geral. E o Serviço Social também possui esse papel, sendo dever e compromisso dos profissionais com relação à incumbência ao engajamento de lutas interventivas e espaços ocupacionais permanentes em que sejam

viabilizados estudos e ações que impliquem conhecimentos e a apropriação epistemológica para desempenhar seu papel no tocante à questão socioambiental.

Enfim, o que se pretendeu não foi esgotar o assunto tratado, mas apenas iniciar reflexões sobre necessidade da sociedade pensar o socioambiental. Em linhas gerais, a humanidade entre amplas esferas da vida social precisa se envolver e conhecer as questões interligadas ao meio ambiente, principalmente no que se refere às mudanças ambientais contemporâneas e como tem sido retratada essa questão, e da mesma forma buscando contribuições multiprofissionais em equipes mult e interdisciplinares como parte desse processo, para assim mobilizar ações de transformação e a participação societária para novos rumos regressos entre as dimensões sociais no âmbito ambiental.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/uploads/textos/documento_201603311138166377210.pdf>. Acesso em: out. 2013.
- ABRANCHES, M. Controle social e planejamento urbano participativo, o mapeamento dos problemas da cidade pelos seus diversos atores. **Revista Conexão Gerais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 54-61, 2015.
- ABREU, M. M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: EMIR, S.; GENTILI, P. G. (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDRADE, J. C.; CRUZ, F. T. F.; SILVA, M. C. Das palafitas ao Conjunto Residencial Parque Barreiros: a relação da questão social e da questão ambiental na intervenção do Serviço Social junto às famílias removidas de mangue seco. In: BERNABÉ, V. L.; RODRIGUES, S. C. C.; SANTANA, V. N. (Org.). **Educação, ambiente e sociedade**: novas idéias e práticas em debate. Vitória: CST, 2007.
- AGOSTINI, N. Crise ecológica: o ser humano em questão: atualidade da proposta Franciscana. In: MOREIRA, A. S. (Org.). **Herança Franciscana**: Festschrift para Simão Voigt. Petrópolis: Vozes, 1996. Disponível em: <http://www.niloagostini.com.br/artigos/2010/pdf/17_010610_criseecologica.pdf>. Acesso em: fev. 2016.
- AZEVEDO, F. A. de. Ainda uma vez a ética e a ética ambiental. **Revista Intertox de Toxicologia, Risco Ambiental e Sociedade**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 2-9, mar./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.intertox.com.br/documentos/v3n2/rev-v03-n02-01.pdf>>. Acesso em: jun. 2014.
- BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial**: modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- BARROCO, M. L.S. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social**. mod. 1. Brasília, DF, Ed. UnB, 1999.
- _____. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2007.
- BARSANO, P. R.; BARBOSA, R. P. **Meio ambiente**: guia prático e didático. São Paulo: Erica, 2013.

BARZOTTO, L. F. **Justiça social:** gênese, estrutura e aplicação de um conceito. [Porto Alegre, 2003]. Disponível em: <http://cursos.ead.pucrs.br/Biblioteca/direitoambiental/Textos/pdf/DHEA_justica_social_old.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

BAZZANELLA, S. L. **A constituição da ciência moderna:** pressupostos definidores da vida e suas preocupações biopolíticas contemporâneas. Facapa, 2010. Disponível em: <<http://www.unc.br/mestrado/docs/BAZZANELLASandroLuiz-AConstituicaodaCienciasModerna.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social:** fundamentos e história. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: out. 2015.

_____. Lei n. 8662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993, página 7613. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L8662.htm>>. Acesso em: out. 2013.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: maio 2013.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm>. Acesso em: out 2015.

BOFF, L. **Ecologia:** grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra. ed. rev. e ampl. Petrópolis: Vozes, 2015.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: jan. 2016.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental:** a formação do sujeito ecológico. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTILHO, L. V.; FABRIANI, C. B.; OLIVEIRA, P. M. C., Análise de tragédia ambiental e participação da população no equacionamento dos problemas de moradia: um estudo de caso da tragédia na região serrana do Rio de Janeiro, 2012. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 6., 2012, Belém. **Anais...** São Paulo: ANPPAS, 2012. [p. 1-15]. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT11-1191-954-20120622101303.pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

CAVALCANTE, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

CEFSS. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mar. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf>. Acesso em: out. 2013.

_____. **Proposta do CFESS no Brasil para definição de Serviço Social**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao_ss_fits_SITE_por.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

_____. Dia Mundial do meio ambiente. **CEFSS Manifesta**, Brasília, DF, 5 jun. 2012a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_diamundialambiente-SITE.pdf>. Acesso em: jan. 2016.

_____. **Situações de desastres requerem assistentes sociais**. Brasília, DF, 19 out. 2012b. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/864>>. Acesso em: mar. 2016.

CHAVES, E. G. Goiânia é azul: o acidente com o cézio 137. **Revista UFG**, Goiânia, ano 9, n. 1, [p. 1-9], 2007. Disponível em: <http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agosto2007/textos/dossieGoianiaAzul.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Vargas, 1991.

CNUMAD. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA. **A Carta da Terra**. [S.l.], 2000. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cartadaterra.pdf>>. Acesso: out. 2013.

CONAMA. Resolução nº 001 de 23 de janeiro de 1986. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 fev. 1986. Seção 1.p. 2548-2549. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legislacao/CONAMA_RES_CONS_1986_001.pdf>. Acesso em: out. 2015.

DALBERIO, O. A pesquisa científica e os desafios dos instrumentos para obtenção de dados. In: _____.; JOSE FILHO, M. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2006.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. **Metodologia científica: o método dialético e suas possibilidades reflexivas**. 21. ed. Natal: Ed. UFRN; Campina Grande: Ed. UEPB: EDUEP, 2008. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fG9mUbSV-rkJ:www.gpesd.com.br/baixar.php%3Ffile%3D133+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=BR.>>>. Acesso: dez. 2015.

DUPAS, G. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

FALEIROS, V. P. **Estratégias em Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FARIA, J. H. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. In: NEVES, L. S. (Org.). **Sustentabilidade**: Anais de textos selecionados do V Seminário sobre Sustentabilidade. Curitiba: Juruá, 2011.

FEUDALISMO. In: SILVA, B. (Coord.). **Dicionário de ciências sociais**. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Vargas, 1986.

FIORILLO, C. A. P.; RODRIGUES, M. A. **Manual de direito ambiental e legislação aplicável**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FLORIANO, E. P. **Política de gestão ambiental**. 3. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx**: materialismo e natureza. Tradução de Maria Tereza Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANCISCO (Papa). **Carta Encíclica**: sobre o cuidado da casa comum. Roma, 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

_____. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução do pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Melo e Silva; Rev. de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez : Moreas, 1979. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_conscientizacao.pdf>. Acesso em: out. 2015.

FREITAS, V. P. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

GIOMETTI, A. B. R. et al. Prática e método de ensino para o conteúdo diferenciado a respeito do aquecimento global. In: _____.; FONSECA, G. A.; SILVA, M. P. (Org.). **Ensino e práticas pedagógicas**: a proposta do Núcleo de Ensino da UNESP Franca. Franca: Ed. UNESP/FCHS, 2010.

GOMES, R. Análise e interpretações de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUERRA, E. C. Questão urbana e ambiental em tempos de crise do capital: configurações e particularidades no Brasil contemporâneo. **Revista Políticas Públicas**, São Luís, n. esp., p. 257-267, jul. 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/18514/1/Eliana_2014.pdf>. Aceso em: mar. 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social e cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009a.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009b.

_____.; M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IBAMA; DIPRO; CGEMA. **Laudo técnico preliminar: impactos ambientais decorrentes do desastre envolvendo o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, Minas Gerais**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/phocadownload/noticias_ambientais/laudo_tecnico_preliminar.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

INOJOSA, R. M. et al. O envolver da UMAPAZ: primeiro setênio. In: _____. (Org.). **Aprendizagem socioambiental em livre percurso: a experiência da UMAPAZ**. São Paulo: SVMA, 2012. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/livro_-_aprendizagem_socioambiental_em_livre_percurso_-_v12_-_web_1355257931.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

IPCC. **Mudança do clima 2007: a base das ciências físicas: contribuição do grupo de trabalho I ao quarto relatório de avaliação do painel intergovernamental sobre mudança do clima**. Paris: OMM: PUNAMA, fev. 2007. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>>. Acesso em: nov. 2013.

IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; Rev. Marços Reigota. São Paulo: Cortez, 2005.

JAPIASSÚ, H. **Dicionário básico de filosofia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JUNGES, J. R. **Ética ambiental**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.

JUNIOR, A. **Google Earth mostra fotos da tragédia em Mariana (MG) antes e depois**. [S.l.], 19 nov. 2015. Disponível em: <<http://www.techtudo.com.br/dicas-e-tutoriais/noticia/2015/11/google-earth-mostra-fotos-da-tragedia-em-mariana-mg-antes-e-depois.html>>. Acesso em: 2016.

LACERDA, G. L.; SILVA, T. P. **Crise socioambiental: uma nova realidade para o Serviço Social?** 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2008.

LEHFELD, N. A.; BARROS, A. J. **Projeto de pesquisa**: propostas metodológicas. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

LENIN, V. I. A Luta de Classes. **Obras escolhidas em três tomos**. Lisboa: Ed. Avante; Moscovo: Progresso, 1977.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão social: pressupostos para uma práxis crítica ambiental. In: _____.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S (Org.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2002.

LUIZ, D. E. C. **Emancipação e Serviço Social**: a potencialidade da prática profissional. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

MARENGO, J. A. Mudanças climáticas, condições meteorológicas extremas e eventos climáticos no Brasil. In: FBDS. **Mudanças climáticas e eventos extremos no Brasil**. Rio de Janeiro, [2015]. Disponível em: <http://www.fbds.org.br/cop15/FBDS_MudancasClimaticas.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999.

MARX, K. **O 18 Brumários e cartas a Kugelmann**. Tradução de Leandro Konder. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. L. 1. t. 1.

_____. _____. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. L. 1. t. 2.

_____. **A questão judaica**. Tradução de Artur Mourão. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MATA-LIMA, H. M. Impactos dos desastres naturais nos sistemas ambientais e socioeconômico: o que faz a diferença? **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 45-64, 2013.

MENDES, R. C. L. O. **Os catadores e seletores de material reciclável**: o social e o ambiental na lógica do capitalismo. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

MESZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. Tradução de Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica: dialética como caminho do pensamento social. In: _____.; DESLANDES, S. F. (Org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MMA et al. **Guia de procedimentos para Licenciamento Ambiental Federal**: documento de referência. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/Procedimentos.pdf>. Acesso: jan. 2016.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema de mercadorias. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NALINI, J. R. **Ética ambiental**. Campinas: Millennim, 2001.

NASCIMENTO, N. S. F. A questão agrária, urbana e ambiental na Amazônia Brasileira: notas para o debate. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 12, n. 24, p. 171-189, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/viewFile/3145/3287>>. Acesso em: fev. 2016.

NOSELLA, P. Ética e pesquisa. **Educação Social**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 255-273, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v29n102/a1329102.pdf>>. Acesso em: maio 2014.

NUNES, L. S. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis**: novas demandas ao Serviço Social. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

_____. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Conexão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013.

OLIVEIRA, M. B. S. **Os desafios socioambientais na “nova” questão urbana**: as perspectivas da política de educação ambiental no município de Rio das Ostras. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2013.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: crise contemporânea, questão social e serviço social. mod. 1. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999.

_____. Construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez : OPAS : OMS : Ministério da Saúde, 2009.

PROCHNOW, M. **Crime ambiental na Atlântida**. Atalanta, 13 mar. 2008. Disponível em: <[HTTP://www.apremavi.org.br/noticias/apremavi/367/crime-ambiental-em-atalanta](http://www.apremavi.org.br/noticias/apremavi/367/crime-ambiental-em-atalanta)>. Acesso: fev. 2016.

RATIER, R. Quais foram os maiores desastres ecológicos do mundo? **Mundo Estranho**, São Paulo, ed. 22, dez. 2003. Disponível em: <<http://mundoestranho.abril.com.br/materia/quais-foram-os-maiores-desastres-ecologicos-do-mundo>>. Acesso em: fev. 2016.

RETROSPECTIVA 2011: vazamento de óleo na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. **Estadão**, São Paulo, 21 dez. 2011. Disponível em: <ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,retrospectiva-2011-vazamento-de-oleo-na-bacia-de-campos-no-rio-de-janeiro,813889>. Acesso em: fev. 2016.

RODEGHERI, L. B.; OLIVEIRA, R. S. A proteção do meio ambiente no século XXI frente aos desafios e oportunidades das novas tecnologias informacionais. **Revista Eletrônica do Curso do Direito**, Santa Maria, v. 8, ed. esp., p. 14-26, 2013. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs.2.2/index.php/revistadireito/article/viewFile/8214/pdf>>. Acesso em: fev. 2016.

ROVER, A. J. Sistemas especialistas legais: uma solução inteligente para o direito. In: _____. (Org.). **Direito, sociedade e informática: limites e perspectivas da vida digital**. Florianópolis: Boiteux, 2000. Disponível em: <http://www.inforjur.ufsc.br/aries/arquivos/artigo_sarieslivroboiteux.pdf>. Acesso em: nov. 2008.

ROSA, B. O. **As vozes e as visões dos catadores de materiais recicláveis sobre o meio ambiente**. 2015. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

SALGADO, J. A. Desigualdade social. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: ED. UFMG/FE, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/127.pdf>>. Acesso em: fev. 2015.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. S. **Ética**. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1996.

SANTOS, J. F. A. A redução de vulnerabilidades como estratégia no enfrentamento de desastres. **Razón y Palabra**, Mexico (Ciudad), n. 91, [p. 1-23], sept./nov. 2015. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N91/Monotematico/07_Alves_M91.pdf>. Acesso em: fev. 2016.

SÃO PAULO (Cidade). Lei Municipal 11.426, de 18 de outubro de 1993. Cria a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA; cria o Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, e dá outras providências. **Diário Oficial Municipal**, São Paulo, 23 out. 1993. p. 1. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/doc/LeiCADES.pdf>>. Acesso em: mar. 2015.

_____. Lei Municipal 14.887, 15 de janeiro de 2009. Reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente (SVMA) e dispõe sobre seu quadro de cargos de provimento em comissão; confere nova disciplina ao Conselho do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CADES), ao Conselho do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CONFEMA), ao Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA), ao Conselho Consultivo da Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz e ao Conselho Regional de Meio Ambiente e Cultura de Paz; revoga as leis e os decretos que especifica. **Diário Oficial Municipal**, São Paulo, SP, 16 jan. 2009. Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=16012009L%201488700000>. Acesso em: mar. 2015.

_____. **Secretaria do Verde e do Meio Ambiente**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/meio_ambiente/>. Acesso em: mar. 2015.

SANEAR. 2015 já registra 932 municípios em situação de emergência por seca ou estiagem. **Sanear**: Revista do Saneamento Básico, ano 8, n. 26, mar. 2015. Disponível em: <http://www.aesbe.org.br/up/files/Sanear_Edi%C3%A7%C3%A3o_N%C2%BA_26.pdf>. Acesso em: nov. 2015.

SANCHES, C. et al. Vazamento de óleo na bacia de Guanabara/RJ. **Acidente ambiental reflexões e críticas**. Rio de Janeiro, 6 nov. 2011. Disponível em: <<https://acidenteambientalreflexoesecriticastecbio.wordpress.com/2011/11/06/vazamento-de-oleo-na-baia-de-guanabara-2000/>>. Acesso em: fev. 2016.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, D. M. **Dano ambiental e sua reparação**. Curitiba: Juruá, 2007.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável**: um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SIMIONATTO, I. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórica-prática. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, DF, 2009.

SPOSATI, A. et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras**: uma questão em análise. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TROTTA, W. Política social: perspectivas de medidas efetivamente públicas. **Achegas, net**: Revista de Ciência Política, [Rio de Janeiro], n. 43, p. 81-99, 2010. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/43/wellington_43.pdf>. Acesso em: mar. 2016.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

GLOSSÁRIO

Crise Ecológica - Esta crise aponta para uma desordem ambiental que não é fruto de cataclismas ou catástrofes naturais. Existe aí algo de particular que provém do tratamento unilateral que o ser humano está conferindo à natureza. Isto acaba levando ao nó principal da crise como sendo a intervenção predatória do ser humano ante a realidade (limitada) da Terra (AGOSTINI, 1996, p. 5).

Conscientização - Implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 1979, p. 15).

Degradação Ambiental - Termo usado para qualificar os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais (MMA et al., 2002, p. 114).

Ecossistema - É uma unidade que abrange todos os organismos que funcionam em conjunto (comunidade biótica) em uma área, interagindo com o ambiente físico e criando um fluxo de energia com estruturas bióticas interligadas (FLORIANO, 2007, p. 9).

Educação Ambiental - É a junção do campo ambiental e as tradições educativas, as quais irão produzir diferentes orientações pedagógicas e educações ambientais, um encontro entre o ambiental e o educativo para reflexões provenientes da vida, convocando diferentes saberes e áreas do saber para compreendê-las através do diálogo (CARVALHO, 2012, p. 151).

Emancipação - É a redução do mundo humano, das relações, ao próprio homem. Isso ocorrerá somente quando o homem real e individual recuperar em si, o cidadão abstrato e converter em ser genérico o seu trabalho individual e as suas relações individuais; e quando tiver reconhecido e organizado suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política, somente então se processará a emancipação humana (MARX, 2005, p. 30).

Desenvolvimento Sustentável - Esse termo tem sua origem no ano de 1987, no relatório de Brundtland “Nosso Futuro Comum”. Nesse relatório, o desenvolvimento sustentável é conceituado como sendo “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (FARIA, 2011, p. 16).

Injustiça Ambiental - É o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento às populações marginalizadas e vulneráveis. (CARVALHO, 2012, p. 171).

Justiça Ambiental - Em geral, designa o conjunto de princípios e práticas: assegure que nenhum grupo social, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas ou políticas; acesso justo e equitativo aos recursos naturais do País; acesso a informações sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de dejetos e localização de fontes de riscos ambientais (CARVALHO, 2012, p. 171-172).

Justiça Social - Na Encíclica Divini Redemptoris, de 1937, para Pio XI, o seu conceito é em geral, aplicado na esfera econômica, para avaliar a distribuição de renda e riqueza. Outrossim, a justiça social tem a universalização da justiça legal, a qual define que todos têm obrigações em relação ao bem comum. E, o bem comum é o bem de todos, assim sendo, isso se dá na ordem econômica, onde a sua formula seria então: “todos os bens necessários para todos” (BARZOTTO, [2003], p. 5).

Meio Ambiente – É composição dos elementos físicos, químicos, biológicos, sociais, humanos e outros que envolvem um ser ou objeto. Em suma, refere-se aos aspectos físicos e da natureza que interagem com o humano (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 29).

Natureza - São os recursos naturais que constitui este planeta, coisas que não foram conquistadas pelo homem, contemplando a fauna e a flora, mas também as rochas, os bosques, as praias (CAVALCANTE, 1995, p. 203).

Paradigma Ecológico - É uma crítica radical à autonomia do pensamento moderno e uma proposta de compreensão da realidade em suas inter-relações e não como pura soma de entidades individuais. Amplia a pura perspectiva intersubjetiva dos humanos e tenta incluir também a consideração das interdependências e interligações com os seres vivos e com os ecossistemas e a biosfera (JUNGES, 2004, p. 55).

Paradigma Moderno - É o pensamento da ciência moderna marcada pela tensão ontológica e epistemológica em relação ao mundo antigo e medieval. A ciência moderna se estabelece a partir dos esforços civilizatórios empreendidos ao longo do tempo, na busca de causas e principais explicativos para os fenômenos naturais para a existência. Ampliando e aprofundando pressupostos e perspectivas herdados do mundo antigo e medieval, uma nova visão de mundo começa a se estabelecer, uma visão de mundo que ultrapassa a física das qualidades, elevando a uma condição primeira de uma física das quantidades pautada em pressupostos de quantificação e mensuração, de natureza, de corpos (BAZZANELLA, 2010, p. 21).

Poluição Ambiental - É a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente (MMA et al., 2002, p. 116).

Questão Social - “Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.” (CARVALHO; IAMAMOTO, 2005, p. 77).

Recursos Naturais - O patrimônio nacional nas suas várias partes, tanto os recursos não renováveis, como jazidas minerais, e os renováveis, como florestas e meio de produção. Os recursos naturais são tanto bióticos (flora e fauna) quanto abióticos (ar, água, solo, subsolo etc.) (MMA et al., 2002, p. 117).

Sujeito Ecológico - É um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plenamente ecológica. O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo como um parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, os educadores ambientais e as pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados (CARVALHO, 2012, p. 65).

Sustentabilidade - É uma ação em que a elaboração de um produto ou desenvolvimento de um produto ou desenvolvimento de um processo não compromete a existência de suas fontes, garantindo a reprodução de seus meios (FARIA, 2011, p. 16).

APÊNDICES

Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____ BAIRRO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu _____,
declaro para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: ***Questão socioambiental e sua inter-relações com o Serviço Social***. O projeto de pesquisa será conduzido por **Tatiane Pereira da Silva**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pela **Profª. Drª. Analúcia Bueno dos Reis Giometti**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/Campus de Franca/SP. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A proposta de pesquisa tematiza sobre a “*questão socioambiental*” e suas inter-relações com o Serviço Social na contemporaneidade. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

São Paulo, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Tatiane Pereira da Silva

Endereço: Rua José Pereira dos Santos, 25 Alto Bela Vista – São Sebastião do Paraíso/MG

Cep: 37950 000 - Tel: 35 98459212/35 35315069

E-mail: tatipdsmg@hotmail.com

(assinatura)

Orientador

Profª. Drª. Analúcia Bueno dos Reis Giometti

Endereço: Rua Luiz Leporaci, 1236 apt. 701 – Santo Augustinho – Franca/SP

Cep: 14.401-355 - Tel: 19 9 99186800 / 16 34027015

E-mail: analuciagiometti@yahoo.com.br

Apêndice B – Entrevista Semiestruturada

Parte I – DADOS SOBRE O SUJEITO DA PESQUISA

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Há quanto tempo exercendo a profissão?
- 4- Quanto tempo de profissão na Secretaria do Verde e Meio Ambiente do município de São Paulo?
- 5- Qual área de atuação já trabalhou?

☐ indústria	☐ saúde	☐ assistência social
☐ comércio	☐ educação	☐ sistema prisional
☐ ONG's	☐ judiciário	☐ outros: _____
- 6- Nas atividades profissionais que já realizou enquanto assistente social houve possibilidades de pensar ou desenvolver intervenções em relação ao meio ambiente?
 - ☐ não
 - ☐ sim, se sim, quais ações desenvolvidas?

Parte 2 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

- 1- Na sua atuação profissional, se baseia em alguma linha teórico-metodológica?
- 2- Em sua opinião, com o agravamento cada vez mais inquietante da questão ambiental, quais novas demandas surgem para o Serviço Social?
- 3- Perante a sua trajetória profissional, é possível que o Serviço Social estabeleça uma atuação na área ambiental? De que forma?
- 4- A partir de sua perspectiva epistemológica, qual é o papel do assistente social frente à questão ambiental?
- 5- Diante o seu conhecimento teórico e prático a respeito da atuação do assistente social, como este profissional pode contribuir em sua atuação no que tange as questões ambientais postas na atualidade?
- 6- Sobre a atuação em que já realizou na área socioambiental, descreva as experiências vivenciadas, como também, as que existiram na Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente de São Paulo/SP.
 - 6.1. – Destas, quais projetos, ações ou cursos foram desenvolvidos?
 - 6.2. – Descreva os sujeitos envolvidos nas ações desenvolvidas.
 - 6.3. – Quanto tempo de duração, e o que se propôs a realizar? E, quais contribuições do Serviço Social neste universo?
- 7- Quais obstáculos e as motivações ocorreram durante sua trajetória profissional na Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo/SP?
- 8- Em sua ótica, quais os desafios futuros para o Serviço Social nesta Secretaria?
- 9- Trabalhar com a questão ambiental se torna de fato um espaço sócio-ocupacional para o assistente social atuar? Por quê?
- 10- É importante para essa categoria profissional engajar sua atuação em prol da interação entre o social e o meio ambiente?

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS - UNESP - CAMPUS DEFRANCA

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E SUAS INTER-RELAÇÕES COM O SERVIÇO SOCIAL.

Pesquisador: Tatiane Pereira da Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 45460015.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais - Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.085.916

Data da Relatoria: 24/06/2015

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um estudo sobre os condicionantes sociais da questão ambiental e as possibilidades de atuação do Serviço Social neste âmbito

Objetivo da Pesquisa:

Estudar os fundamentos da questão socioambiental e as possibilidades de atuação do Serviço Social junto a estes fundamentos

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos. Quanto aos benefícios, dada a importância da questão ambiental, o exame das possibilidades de atuação do Serviço Social neste quadro pode contribuir para o reconhecimento de diferentes aspectos sociais envolvidos no problema e para um consequente avanço nas formas de enfrentá-lo.

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS - UNESP - CAMPUS DEFRANCA



Continuação do Parecer: 1.085.916

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A questão ambiental configura-se como um problema complexo, envolvendo diferentes fatores, aspectos e consequências e estudos a respeito podem fornecer importantes contribuições.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:
Estão de acordo com a Resolução 196/96.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações.

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

Considerações Finais a critério do CEP:
O colegiado acata o parecer do relator.

FRANCA, 29 de Maio de 2015

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Anexo B - Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós, signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidas com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Comprometemo-nos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário.

Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superprodução e superconsumo para uns e em subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria.

Consideramos que são inerentes a crise, a erosão dos valores básicos e a alienação e a não-participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes. Dentre essas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantêm o atual modelo de crescimento, com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana.

Consideramos que a educação ambiental deve gerar, com urgência, mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1. A educação é um direito de todos; somos todos aprendizes e educadores.
2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seu modo formal, não-formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
6. A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e da interação entre as culturas.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem se abordar dessa maneira.
8. A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, lingüística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingüe.
10. A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promovendo oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.
11. A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.
12. A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.
13. A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião ou classe.
14. A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.
15. A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.
16. A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Plano de Ação

As organizações que assinam este Tratado se propõem a implementar as seguintes diretrizes:

1. Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio-92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.
2. Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio-92.

3. Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED; utilizar as conclusões em ações educativas.
4. Trabalhar os princípios deste Tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.
5. Incentivar a produção de conhecimentos, políticas, metodologias e práticas de educação ambiental em todos os espaços de educação formal, informal e não-formal, para todas as faixas etárias.
6. Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.
7. Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições história.
8. Fazer circular informações sobre o saber e a memória populares; e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.
9. Promover a co-responsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.
10. Estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores e consumidores e de redes de comercialização ecologicamente responsáveis.
11. Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos populares de Ação Ecológica e Gestão do Ambiente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.
12. Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir que os governos destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.
13. Promover relações de parceria e cooperação entre as ONGs e movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO, entre outras), em nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecer em conjunto as prioridades de ação para a educação, meio ambiente e desenvolvimento.
14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global, população, produtos contaminados).
15. Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para preservação e conservação de recursos naturais, apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados por comunidades locais.
16. Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir para transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para a transformação de nossas próprias práticas.
17. Buscar alternativas de produção autogestionária apropriadas econômicas e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.
18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural, dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.
19. Mobilizar instituições formais e não-formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.
20. Fortalecer as organizações dos movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

21. Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.
22. Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

Sistemas de Coordenação, Monitoramento e Avaliação

Todos os que assinam este Tratado concordam em:

1. Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, através de campanhas individuais e coletivas promovidas por ONGs, movimentos sociais e outros.
2. Estimular e criar organizações, grupos de ONGs e movimentos sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.
3. Produzir materiais de divulgação deste Tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob a forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas na mídia, feiras de criatividade popular, correio eletrônico e outros.
4. Estabelecer um grupo de coordenação internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.
5. Estimular, criar e desenvolver redes de educadores ambientais.
6. Garantir a realização, nos próximos três anos, do 1º Encontro Planetário de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis.
7. Coordenar ações de apoio aos movimentos sociais em defesa da melhoria da qualidade de vida, exercendo assim uma efetiva solidariedade internacional.
8. Estimular articulações de ONGs e movimentos sociais para rever suas estratégias e seus programas relativos ao meio ambiente e educação.

Grupos a serem envolvidos

Este Tratado é dirigido para:

1. Organizações dos movimentos sociais – ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairro e outros.
2. ONGs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.
3. Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino como em outros espaços educacionais.
4. Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação de massas.
5. Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.
6. Grupos religiosos interessados em atuar junto às organizações dos movimentos sociais.
7. Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.
8. Empresários comprometidos em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida humana.
9. Comunidades alternativas que experimentam novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

Recursos Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem a:

1. Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente de vida.

2. Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Nacional Bruto para a implantação de programas de educação ambiental em todos os setores da administração pública, com a participação direta de ONGs e movimentos sociais.
3. Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolverem e aplicarem tecnologias apropriadas e a criarem programas de educação ambiental para o treinamento de pessoal e para a comunidade em geral.
4. Incentivar as agências financiadoras a alocarem recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental; além de garantir sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.
5. Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das ONGs e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado, que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.